

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**JOHN KNOX (1513-1572) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO NA ESCÓCIA DO SÉCULO XVI**

PAULO HENRIQUE VIEIRA

MARINGÁ

2012

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: EDUCAÇÃO
DOUTORADO**

**JOHN KNOX (1513-1572) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO NA ESCÓCIA DO SÉCULO XVI**

Tese apresentada por PAULO HENRIQUE VIEIRA, ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, como um dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Educação.

Área de Concentração: EDUCAÇÃO.

Orientador: Prof. Dr. CÉZAR DE ALENCAR ARNAUT DE TOLEDO

Co-orientador: Prof. Dr. PETER JOHANN MAINKA

MARINGÁ
2012

PAULO HENRIQUE VIEIRA

**JOHN KNOX (1513-1572) E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA A
EDUCAÇÃO NA ESCÓCIA DO SÉCULO XVI**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo – Orientador - UEM

Prof. Dr. Paulino José Orso – UNIOESTE

Prof. Dr. Neimar Machado de Sousa – UCDB

Prof^ª. Dr^ª. Ângela Mara de Barros Lara – UEM

Prof. Dr. José Joaquim Pereira Melo – UEM

Maringá ____ de _____ de 2012.

AGRADECIMENTOS

A **DEUS**.

Ao professor Dr. **César de Alencar Arnaut de Toledo** pela orientação segura, incansável e competente em todas as horas.

À minha esposa **Elizeth**, pela paciência e apoio imprescindíveis para o êxito desta pesquisa.

Aos meus filhos **Gabrielle** e **Guilherme**, que sentiram muitas vezes a ausência do pai.

À professora Dr^a **Rosângela Célia Faustino**, coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPE), que nos apoiou sempre que necessário e com grande disposição.

Aos funcionários do PPE e colegas **Hugo** e **Márcia**, pela ajuda incessante e paciente.

VIEIRA, Paulo Henrique. John Knox (1513-1572) e suas contribuições para a educação na Escócia do século XVI. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2012.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é analisar as contribuições do teólogo escocês John Knox (1513-1572) para a educação na Escócia do século XVI, tendo como fundamento de pesquisa seus escritos sobre Igreja, política e educação. John Knox foi um personagem importante no processo de mudança religiosa na Escócia, que se transformou à partir de 1560 num país protestante. Tendo que defender a nova fé diante de uma forte resistência real e católica, Knox também escreveria textos sobre o governo secular e a necessidade de limitação de seus poderes ao campo meramente político. Assim como Martinho Lutero (1483-1546) e João Calvino (1509-1564), Knox percebeu a importância que a educação tinha para a continuidade e disseminação da nova fé. Os conceitos de *sola scriptura* e sacerdócio universal de todos os crentes requeriam dos novos adeptos a capacidade de leitura e interpretação dos Textos Sagrados encontrados na Bíblia. Knox escreveu em 1560 o Livro da Disciplina onde detalhou um plano educacional que pudesse ser criado em todo o país. O Livro previa um sistema educacional que ia desde as escolas primárias até a universidade, apresentando os currículos e o tempo de cada estágio, bem como as despesas necessárias para a manutenção dessas instituições. Em todos os livros de história de educação da Escócia um capítulo é dedicado ao protestantismo e suas contribuições para a história da educação no país. Em todos os capítulos sobre história da educação, John Knox aparece como o líder religioso que sugeriu um sistema nacional de educação que até aquele momento não havia sido pensado. Segundo essa proposta, os filhos dos mais abastados deveriam ser mantidos por sua própria conta, enquanto que os filhos daqueles que não tinham condições deveriam ser mantidos pela Igreja. Knox não foi um educador, mas contribuiu para que a Escócia discutisse seu sistema de ensino e após a Reforma Protestante os representantes da Igreja lutaram para que esse modelo de educação pudesse nortear as propostas educacionais no país. Este trabalho contribui para ampliar nosso conhecimento sobre a história da educação, sobretudo, sobre a história da educação na Escócia, tema ainda pouco estudado no Brasil. Como fontes de pesquisa utilizamos as obras de John Knox reunidas na edição de David Laing intitulada: *The Works of John Knox*, ainda não traduzidas para o português. Todos os manuais de história da educação da Escócia concordam com a importância que o Livro da Disciplina teve para o país como um modelo que serviu para orientar as políticas educacionais aprovadas posteriormente. As leis de 1633, 1696 e de 1872, marcos na história da educação escocesa foram, na verdade, a concretização do sistema sonhado e apresentado pelos reformadores no século XVI, tendo à frente o próprio Knox.

Palavras-Chave: John Knox, Educação escocesa, História da Educação, Século XVI.

VIEIRA, Paulo Henrique: John Knox (1513-1572) and his contributions to the Scottish education in the sixteenth century. 155 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá. Orientador: Prof. Dr. César de Alencar Arnaut de Toledo. Maringá, 2012.

ABSTRACT

This research objective is analyze the contributions of Scottish theologian John Knox (1513-1572) to the education in sixteenth century Scotland taking as basis his writings about Church, politic and education. John Knox was an important in a process of religious changing in Scotland that transform from 1560 on a protestant country. Need to defend the new faith against a strong real and catholic resistance, Knox also wrote texts about the secular government and the necessity to limit his power in a merely politic field. Thus as Martin Luther (1483-1546) and John Calvin (1509-1564), Knox realized the importance that education had to the new faith continuity and dissemination. The concepts of *sola scriptura* and universal priesthood of all believers required of the new fans the reading ability and Sacred Texts interpretation. Knox wrote in 1560 the Book of Discipline where detailed an educational plan that could be created in Scotland. The Book provided an educational system that started in primary schools until the university, presenting the curriculum and the time for each stage, as well as the necessary expenditures these institutions maintenance. In all Scotland education history books on chapter is dedicated to the Protestantism and his contribution to the country education history, John Knox emerges as a religious leader that suggested a national system of education that had not been thought in that time. According this proposal, the richest sons must be maintained on their own, but the poorest sons should be supported by the Church. Knox was not an educator, but contributed for the Scotland could discuss its education system and after Reformation the Church representatives struggled for this educational model could guide the country education proposal. This work contributes to enlarge our knowledge of the history of education, especially, about Scotland history of education, few studied topic in Brazil. As research sources we used the John Knox writings gathered in David Laing edition entitled: *The Works of John Knox*, not translated to Portuguese yet. All Scotland history of education handbook recognizes the Book of Discipline importance had to the country as a model to guide the educational politics after approved. The laws of 1633, 1696 and 1872, important dates in Scotland history of education were, in fact, the implementation of a system dreamed by reformers in sixteenth century, headed by Knox.

Key-words: John Knox, Scottish Education, History of Education, Sixteenth Century

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	08
2. ESCÓCIA FRONTEIRA NORTE COM A INGLATERRA, UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA, DIPLOMACIA E SOBREVIVÊNCIA	17
2.1. Escócia no Século XVI, Revoltas, Guerra e Revolução	22
3. REFORMA PROTESTANTE: FIM DA HEGEMONIA CATÓLICA NA EUROPA	30
3.1. A Igreja de Roma, Herdeira de São Pedro?	31
3.2. Os Precursores da Reforma	38
3.3. Os Reformadores do Século XVI <i>SOLA SCRIPTURA</i>	43
3.4. A Reforma Protestante na Escócia, Momentos de Tensão	48
4. JOHN KNOX (1505-1572) VIDA E OBRA DO REFORMADOR ESCOCÊS	55
5. O PENSAMENTO DE JOHN KNOX EM SEUS ASPECTOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS	68
5.1. A Política como Instrumento da “Verdadeira” Igreja de Cristo (Reformada)	72
5.2. As Concepções Religiosas de John Knox	87
6. JOHN KNOX E A EDUCAÇÃO REFORMADA NA ESCÓCIA	105
6.1. A Educação na Escócia antes da Reforma	108
6.2. A Questão da Educação no Livro da Disciplina	117
7. CONCLUSÃO	138
8. REFERÊNCIAS	141
10. ADENDOS	146

1. INTRODUÇÃO

Foi durante a Reforma Protestante que a ideia de uma educação dispensada a todos começou a ser elaborada, ainda vinculada à religião, essa educação tinha como objetivo possibilitar ao fiel o acesso aos textos bíblicos. As ideias de salvação por meio do conhecimento da Palavra de Deus, tema caro e defendido por Martinho Lutero (1483-1546), o teólogo alemão que desencadeou a Reforma Protestante, precisava de uma gama de fiéis capazes de ler os textos sagrados do cristianismo para receber a salvação. Com esse fim, os protestantes desde Lutero, passando por João Calvino (1509-1554) e incluindo John Knox, buscaram incentivar o ensino, que hoje denominamos de fundamental entre seus adeptos. Temos dessa forma, um caminho claro a ser percorrido a partir dos fundamentos da fé protestante, que precisavam incondicionalmente da educação, ou seja, da capacidade de ler e escrever, de seus seguidores para a garantia da continuidade da reforma religiosa. Sabemos que outros fatores como o Renascimento, o Humanismo, a urbanização, a descoberta de novas terras na América, as transformações econômicas que vinham ocorrendo na Europa e que influenciaram o sistema feudal europeu, foram importantes para a educação no início da modernidade.

A religião no século XVI era ainda um tema de interesse público e ocupava lugar proeminente dentre os interesses governamentais, já que era pensada como norteadora de valores éticos e morais propícios ao Estado. Naquele momento havia uma política administrativa praticada por reis e príncipes na Europa, que se utilizaram da religião para administrar seus territórios. Por sua vez a Igreja Católica e após a Reforma, também a Igreja Reformada, uniram-se aos poderes seculares para conduzir as almas por meio de seus princípios e dogmas religiosos. A separação entre Igreja e Estado foi uma invenção do Estado moderno, que se tornou laico, possibilitando a distinção entre fiéis e cidadãos, pois, ser leal ao Estado e suas leis, não necessariamente significava estar ligado a uma denominação religiosa. Essas discussões surgiram com o advento do Protestantismo, que trouxe consigo as lutas religiosas para as frentes de batalhas. Franceses matavam franceses em função de suas diferenças no campo da fé, ingleses condenavam ingleses por suas diferenças teológicas, e assim, sucessivamente, aconteceu na Escócia, na Alemanha e nos demais países onde houve a penetração do pensamento reformado.

Depois de muitas perdas humanas e econômicas e após a destruição de boa parte da riqueza material e intelectual dessas nações, começaram a surgir as ideias de laicização do Estado como saída para sua sobrevivência. As querelas religiosas eram questões de Estado. Escrever sobre religião era escrever sobre política, poder e também sobre educação; era desafiar ou apoiar o governante, justificando-o ou não, por meio da religião. Escrever sobre religião era discorrer sobre as relações econômicas e os problemas sociais que estavam ligados à moral cristã contida nos escritos da Bíblia Sagrada, que era a grande carta de conduta de homens e governos na Europa Ocidental. Não é de admirar que, ao estudarmos o pensamento dos grandes reformadores do século XVI no campo da fé, iremos também encontrar em seus textos reflexões sobre a política, a economia e a sociedade.

A Bíblia se tornou uma importante ferramenta de combate para os homens que se interessavam pela política, quer fosse para defender o *status quo*, quer fosse para combatê-lo. “Pelo fato de a Igreja e de o Estado serem uma unidade, a religião tornou-se política e a Bíblia se transformou em um texto útil para ambas as esferas” (HILL, 2003, p. 83). Ao incentivar as traduções da Bíblia para as línguas vernáculas, os reformadores ampliaram a possibilidade de compreensão de um mundo que estava ainda muito ligado aos dogmas e aos ensinamentos do Cristianismo.

Para Calvino, tudo fazia parte do reino de Deus e, portanto, interessava verdadeiramente a todo cristão. A teologia, a política, a economia, a educação e o trabalho, eram temas que se desdobravam da fé. Ao desenvolver o conceito luterano de vocação (*Beruf*), Calvino mostrou que todo trabalho útil à sociedade era também agradável a Deus. O verdadeiro cristão não precisava mais buscar glorificar a Deus na vida ascética, era preferível a vida ativa e digna, nas diversas formas de trabalho. O padeiro, o ferreiro, o agricultor, professor ou o político, estavam servindo a Deus tanto quanto o clérigo. Nesse modelo de mundo, não havia lugares, pessoas ou atividades especialmente sagradas e preferíveis a Deus, pois tudo fazia parte do grande todo, de Sua obra. Por essa razão, não escreviam apenas sobre teologia, mas, agiam também na educação, na política e nos problemas sociais de suas localidades e países, como desdobramento de sua visão de mundo.

Tendo passado por Genebra, Knox estava propenso a valer-se do mesmo *modus operandi* e da mesma concepção teológica de mundo que Calvino defendia. Imbuído de uma teologia em grande parte sistematizada e pensada por Calvino e precisando defender sua doutrina em terras escocesas e inglesas, esses reformador agiu e escreveu

para a difusão da fé, da educação e da participação do cristão na organização do mundo secular, como obrigação de defender os valores evangélicos revelados por Cristo.

Embora não tivesse sido um educador nem um teórico da educação, mas um teólogo, ele trabalhou para que o país formulasse e efetivasse um sistema integrado e nacional de educação, apresentado no *First Book of Discipline* (1560). Knox seguiu os passos de outros que vieram antes dele, como Martinho Lutero e João Calvino tornando-se também um grande líder das propostas educacionais que a Reforma defendia. Nosso objetivo é apresentar elementos que comprovam a atuação de John Knox no desenvolvimento de uma educação que pudesse atender aos anseios das novas teorias religiosas que estavam sendo adotadas na Escócia. Segundo essas teorias, todos os fiéis eram também sacerdotes, por isso, todos deveriam receber instrução suficiente para examinar os Textos Sagrados. Desse modo, uma educação voltada para todos e não somente para uma pequena parcela da população era um dos fatores que diferenciava a educação protestante da educação católica.

Para a Igreja Católica, uma educação voltada para o alto clero e para os leigos mais abastados era suficiente para sua administração. O domínio da religião católica na Europa delineava seus contornos culturais e sociais tendo como base os Textos Sagrados que versavam sobre a origem do mundo, do homem e de seu futuro. A elite medieval européia estava vinculada direta ou indiretamente à religião católica. Bispos, cardeais e arcebispos formavam o alto clero e eram liderados pelo papa. Condes, duques e barões constituíam a alta nobreza e estavam submissos a príncipes, reis ou imperadores. Todos eles, no entanto, precisavam da religião para legitimar seu poder e justificar sua posição num mundo visto como imutável e alicerçado pela fé. Daí porque o grande domínio que a Igreja Católica possuía sobre a sociedade medieval européia, domínio esse questionado e combatido pela Reforma Protestante do século XVI.

O surgimento do Estado moderno que se desvinculou das questões relativas à fé, e considerava como bom cidadão não aquele que professava a fé de seu governante, mas aquele que cumpria as leis criadas para o bom governo do país; passou pelas discussões dos teólogos do século XVI, como John Knox, que lutaram por tolerância, liberdade e participação política. A luta pelo estabelecimento da nova fé precisava encarar os poderes constituídos na Escócia, pois, Maria de Guise (1515-1560), regente e católica fervorosa, não cederia de bom grado aos apelos protestantes. Antes de se preocupar com a educação em seu país, Knox precisou se voltar para o problema político, do qual foi

um precursor, das idéias que mais tarde influenciariam os presbiterianos escoceses e os puritanos ingleses.

A educação aparecia vinculada a uma teologia que buscava libertar o homem de sua prisão religiosa praticada pela Igreja que rezava, lia e escrevia em latim, língua estranha ao conjunto da população. A Igreja como única instituição universal da Europa medieval conseguiu preservar os tesouros culturais que acumulou ao longo de sua trajetória, embora compartilhados apenas por um seletivo grupo de líderes. A educação era um privilégio que o alto clero gozava no interior da instituição e que somente os mais ricos podiam bancar fora dela.

A presente pesquisa pretende relacionar a religião protestante em sua origem no século XVI com a disseminação de uma educação básica com o intuito de disponibilizar mecanismos ao povo para o conhecimento dos textos sagrados. Mais precisamente, estudar na obra do teólogo John Knox, essas relações, bem como os possíveis efeitos dessa influência. Seguindo os passos dos grandes teólogos protestantes como Martinho Lutero e João Calvino, no aspecto salvacionista, ele também reconhecia a importância do entendimento da Bíblia para o futuro espiritual dos fiéis. Lutou para que o Estado adotasse a fé reformada e para que a Igreja Reformada mantivesse escolas, subsidiasse os alunos mais brilhantes e de poucos recursos e pagasse o salário dos professores.

A Reforma na Escócia, bem como na própria Alemanha de Lutero ultrapassa as questões relativas à Igreja. É necessário considerar os aspectos políticos e econômicos dentro dos quais vivia cada país para perceber o momento adequado de se implantar novos paradigmas no campo da fé. Na Alemanha o desejo de alguns príncipes alemães de se tornarem independentes do Sacro Império Romano Germânico e de conquistar terras e propriedades da Igreja para seus cofres. A ascensão da rainha protestante Elizabeth I da Inglaterra e seu apoio ao movimento reformador da Escócia contribuiu para anular o poder e influência da França católica sobre o país, abrindo caminho para a Reforma.

Os problemas encontrados dentro da própria Igreja também são fatores que devem ser considerados, pois contribuíram para sedimentar as mudanças vindas de fora. A pouca instrução do baixo clero, bem como seus vícios e indisciplina; o luxo e a riqueza de bispos, arcebispos e cardeais e suas influências políticas, usadas não para aliviar o sofrimento do povo, mas, para concentrar ainda mais a riqueza e aumentar a exploração. O papa como chefe espiritual da cristandade não se parecia nem de longe com um legítimo representante de Cristo e sucessor dos apóstolos, criticavam os

protestantes, liderados por Lutero. O sentimento de revolta diante desse quadro contribuiu para dar força ou justificar as reformas que alguns de seus membros desejavam e deram sua vida.

Com os reformadores religiosos do século XVI, o mundo sofreu transformações muito importantes no campo da fé e um novo capítulo da história da humanidade surgiria. O fim do monopólio religioso da Igreja Católica na Europa ocorreu não somente pelos ataques internos sofridos por seus antigos membros, mas também pelo surgimento fora dela de uma nova concepção de mundo que buscava na razão, no individualismo e na riqueza, conforto para a alma. Influenciado pelas idéias calvinistas, John Knox foi um teólogo que debateu sobre assuntos seculares, como a educação, influenciando nas ações que formataram e transformaram a realidade educacional da Escócia nos séculos XVI e XVII. Ajudou na elaboração do **Primeiro Livro da Disciplina** (*First Book of Discipline*), de 1560, que regulamentou a educação no país já no início dos Tempos Modernos. Os paradigmas estabelecidos na Idade Média foram pouco a pouco sendo substituídos por uma nova cultura, então dita moderna. A Igreja como legitimadora dos valores medievais tais como: a fé, a teologia e o misticismo, foi questionada em suas teorias e combatida em suas ações, pois era ela quem legitimava a política, quem cuidava do ensino, simbolizava o feudalismo e supervisionava a cultura.

A educação para John Knox era um tema que se afinava intimamente com as suas pretensões religiosas. A teoria do sacerdócio universal concebida por Lutero e adotada pelos reformadores, requeria a construção de um sistema educacional básico para que os fiéis (sacerdotes) pudessem ler os textos sagrados e conhecer a Palavra de Deus, sem o que, o alcance da Reforma seria ínfimo e seu futuro incerto. Instruções para a comunidade protestante escocesa foram dadas no seu **Livro da Disciplina**, que incluía tópicos sobre educação geral, providências para ajudar os pobres, idosos e doentes e mais cooperação entre a Igreja e o Estado. É por meio desse livro que vamos analisar mais de perto as idéias educacionais de John Knox e o modelo educacional pensado para a Escócia Protestante de seu tempo. O livro foi apresentado ao Parlamento em 1560, mas só foi publicado em 1621. Utilizamos o texto editado por James Cameron de 2005 para nossa discussão. Textos de Lutero sobre educação como: **Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha, para que criem e mantenham escolas** (*An die Ratsherren aller Städte deutsches Lands, dass sie christliche schulen aufrichten und erhalten sollen*) de 1524, e **Uma prédica para que se mandem os filhos à escola** (*Eine Predigt, dass man Kinder zur Schule halten solle*) de 1530, e de Calvino **As Institutas**

ou **Tratado da Religião Cristã** (*Institutio Religionis Christianae*) de 1536, também servirão como ponto de partida para este trabalho.

O presente texto inicia com um capítulo sobre a história da Escócia para ajudar a discutir o ambiente político e econômico em que os fatos se deram e que Knox viveu. O segundo capítulo foi elaborado para contar um pouco da história da Reforma Protestante, movimento religioso que surgiu no seio da própria Igreja e que acabou por dividir protestantes e católico em pólos diferentes, pondo fim à hegemonia exercida pela Igreja Católica na Europa. Trazemos um pouco da história da Igreja desde os seus primórdios como “herdeira” e “continuadora” de Pedro, passando pelos precursores da Reforma como John Wicliff (1324-1384) e John Huss (1369-1415). Em seguida abordamos a Reforma Protestante ocorrida após os debates promovidos por Martinho Lutero e se solidificou pelo trabalho fecundo de João Calvino. O capítulo é finalizado com um pouco da história da Reforma na Escócia, ambiente em que atuou e escreveu John Knox.

O terceiro capítulo é uma apresentação da vida e obra de Knox, ainda pouco conhecido aqui no Brasil, primeiro porque não existem textos dele traduzidos para o português e depois porque mesmo nos estudos sobre a Reforma Protestante, a ênfase é dada sobretudo a Lutero e em segundo plano, a Calvino. É a história de um homem que exilado, preso, condenado e perseguido, mas que conseguiu superar as adversidades e voltar para seu país como líder do movimento que acabou com a supremacia do catolicismo e com o perigo do domínio francês.

No quarto capítulo apresentamos o pensamento político e religioso de John Knox, que se desdobrava de sua teologia calvinista. Ainda que semelhante em muitos aspectos às idéias de Calvino, Knox avançou no que se relacionava ao poder político, pois, precisou lutar contra os governos seculares da Escócia e da Inglaterra, governos católicos e contrários ao pensamento reformado. No aspecto político seu texto mais famoso: *The first blast of the trumpet against a monstrous regiment of woman*, de 1558 e que lhe rendeu o ódio das rainhas católicas, é discutido neste capítulo. No aspecto religioso cuidamos com os textos da confissão de fé escocesa de 1560, do *First Book of Discipline* também de 1560.

O sexto capítulo apresenta as contribuições de John Knox para a educação na Escócia, sobretudo, com o sistema educacional apresentado no Livro da Disciplina ao Parlamento em 1560. Antes dos estudos sobre esse livro, o capítulo também contempla um resumo da história da educação na Escócia antes da Reforma Protestante. A

educação na Escócia esteve sempre vinculada às atividades da Igreja Católica, como ocorria no resto da Europa e é uma história que remonta o século VI, quando da chegada de São Columba ao país. Por isso, quando a Reforma eclodiu no país, a Escócia já possuía três universidades criadas pela Igreja no século XV e escolas vinculadas a igrejas, mosteiros e catedrais existiam em números consideráveis. Feita essa introdução sobre a história da educação antes da Reforma, as atenções se voltam para o Livro da Disciplina. Nesse livro, um sistema nacional de educação desde as escolas primárias até a universidade é detalhado, prevendo recursos das antigas rendas da Igreja Católica e ajuda aos alunos pobres que não tinham condições de arcar com suas despesas, mas que tinham propensão para os estudos. Foi um modelo pensado para dar solidez ao pensamento reformado e estabelecer uma nova base cultural modelado pela nova Igreja Reformada e seus representantes.

Após o exame de qualificação, inscrevemo-nos para concorrer a uma bolsa sanduíche fornecida pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) a fim de pesquisar mais de perto nosso objeto. O plano de trabalho, aprovado pelo professor Dr. César Alencar Arnaut de Toledo, orientador, previa a permanência por quatro meses na Escócia e também foi aceito pelo professor Dr. Roger Mason, da Universidade de Saint Andrews (*University of Saint Andrews*) primeira universidade fundada no país e onde Knox estudou. Cumpridas todas as exigências dessa instituição federal (Processo nº 6714/10-2) e ainda conforme carta enviada pelo coordenador geral de bolsas no exterior da CAPES, Arno Vogel, de 10 de fevereiro de 2011 para a supervisão de bolsas da universidade escocesa, não foi possível a sua implementação. Após cumpridas todas as exigências de ordem técnica, surgiram problemas de ordem burocrática que infelizmente não conseguimos resolver, pois era exigida uma dispensa de quatro meses assinada pelo governador do Estado do Paraná e publicada no Diário Oficial da União. Devido à dificuldade no cumprimento desse item e dos prazos reduzidos para o cumprimento de outras exigências da CAPES, como por exemplo, o retorno ao país com o mínimo de 6 meses antes do prazo legal para a defesa, resolvemos fazer a viagem com recursos próprios, mas então, diminuindo o prazo de permanência na Escócia para 45 dias.

Uma das razões pelas quais insistimos na viagem para a Europa foram os contatos que já havíamos feito com o professor Dr. Roger Mason que é um grande estudioso da obra de John Knox e de assuntos relacionados ao século XVI. Ele publicou algumas obras sobre esses temas, como por exemplo: *John Knox on*

Rebellion (Cambridge University Press, 1994); *Scots and Britons: Scottish Political Thought and the Union of 1603*, (Cambridge University Press, 1994); *Kingship and the Commonwealth: The Political Thought in Renaissance and Reformation Scotland* (Tuckwell Press, 1998); *John Knox and the British Reformations* (Ashgate, 1998); *A Dialogue on the Law of Kingship among the Scots, a critical edition and translation of George Buchanan's 'De Iure Regni apud Scotos Dialogus'* (St Andrews Studies in Reformation History, Ashgate, 2004); *George Buchanan's Law of Kingship: "De Iure Regni Apud Scotos Dialogus"* (Saltire Society, 2006). O contato com o professor Mason foi muito importante para nos dar a segurança de que tínhamos em mãos os materiais necessários e confiáveis para um estudo sobre John Knox, história da Escócia e Reforma Protestante na Escócia.

A passagem por Saint Andrews foi fecunda, hoje uma cidade com quase 16.000 habitantes, vive do turismo do golfe e das atividades universitárias, mas sustentou por quase 400 anos o título de capital eclesiástica do país, até o século XVI. Visitamos e fotografamos os lugares em que Knox foi preso (castelo de Saint Andrews), estudou (Universidade de Saint Andrews) e pregou (catedral de Saint Andrews e de Saint Giles). Com a orientação do professor Mason, tivemos acesso ao acervo da universidade onde coletamos muitos materiais úteis à pesquisa. Em Edimburgo foi possível conhecer a casa em que Knox morou, por pouco tempo, é verdade, mas que foi transformada em museu. Em Edimburgo também visitamos a catedral de Saint Giles, palco de muitas pregações de Knox onde se encontra uma estátua sua, bem como a escola de teologia da Universidade de Edimburgo, que também guarda uma famosa estátua desse reformador.



CASTELO DE EDINBURGO – ESCÓCIA (Arquivo pessoal 13-06-2010)

2. ESCÓCIA: FRONTEIRA NORTE COM A INGLATERRA, UMA HISTÓRIA DE RESISTÊNCIA, DIPLOMACIA E SOBREVIVÊNCIA

Apesar da presença do homem na Escócia remontar a mais de 7.000 anos, foi somente no último milênio que uma identidade escocesa começou a se formar ao norte da Grã-Bretanha. Antes disso, não só não havia a Escócia, como também não existia a Inglaterra, o País de Gales ou a Irlanda. Na antiga terra escocesa a população estava dispersa pelas florestas e montes e estavam quase todos envolvidos com uma agricultura rudimentar e familiar, como era comum em todo o arquipélago. Os romanos nunca conseguiram dominar completamente a Escócia e foram combatidos corajosamente pelos nativos, que não aceitaram suas imposições. Embora tenham deixado um importante legado cultural, os romanos, deixaram também sua civilização. Não se sabe ao certo quando o cristianismo alcançou o norte da Grã-Bretanha. A escassez de fontes escritas que possam comprovar as origens da presença romana na região, obrigou os historiadores a recorrerem à arqueologia e constatar, por meio das tumbas funerárias, a influência de Roma a partir do quinto século da era cristã (FORSYTH, 2005).

A Escócia é o resultado da junção de quatro povos que habitaram a região. Os Picts que ocupavam o extremo norte do país e parecem ter sido os primeiros a ocupá-lo. Os escoceses os chamavam de “Pritani” ou “Britons”, o que marcaria o nome da ilha. Os escoceses (Scots) que eram um povo que falava o gaulês e haviam se estabelecido no norte da Irlanda para depois ocuparam as terras que hoje recebem o seu nome por volta do século seis. Os bretões (Britons) que habitavam as terras baixas e faziam parte do mundo celta-romano que sobreviveu à invasão e ao contato com Roma. Havia nomes romanos na linhagem de alguns de seus chefes e algumas pessoas eram declaradamente cristãs. Por último os anglo-saxões (Angles) que se estabeleceram primeiramente em Yorkshire e constituíram o grande reino da Nortúmbria.

Das quatro nações que formaram a Escócia, os primeiros a chegar foram os bretões de origem celta. Não há registros históricos da chegada dos bretões ao arquipélago, os romanos os encontraram quando o invadiram. Os anglo-saxões, provenientes do norte da Alemanha ocupavam inicialmente as regiões de Holstein, Schleswig e Jutland e se transferiram em sucessivos bandos e expedições para a Inglaterra em meados do quinto século e que continuaram em grande parte do século seguinte. Deixaram as regiões do continente em busca de terras mais férteis, era natural

que buscassem a posse de terras férteis e as riquezas que pudessem compensar os problemas da conquista. Os invasores se dividiam em três tribos distintas: os *angles*, os *jutes* e os *frisians* para os quais foi dado um nome genérico de Saxões. Eram piratas, por isso mesmo, duros e aventureiros. (WYLIE, 2010). Invadiram a Inglaterra e expulsaram os bretões para o oeste e o noroeste onde acabaram formando um reino próprio.

Os Picts ocupavam todo o meio leste da Escócia e viviam dentro de fronteiras bem definidas tendo a leste o Mar do Norte e a oeste as montanhas de Argyllshire e Perthshire. Dividiram-se em duas grandes nações, a do norte e a do sul e na última metade do sexto século eles adotaram o cristianismo e se tornaram uma nação unida governada por um poderoso rei. Os escoceses (scots) eram ainda estrangeiros numa terra que ganharia seu nome e entre os quatro povos, as terras dos escoceses eram as menores e menos férteis. Os scots se estabeleceram inicialmente na Irlanda e depois rumaram para o norte alcançando terras escocesas. O nome Escócia começou a ser de uso mais geral e a ser dado para toda a Irlanda. Foi somente no século XII que o nome Escócia foi aplicado para a região situada acima do canal que separa a Irlanda do Norte da Escócia (WYLIE, 2010)

A Escócia se formou a partir da união desses quatro povos, mas, foi um processo lento e demorado que durou séculos para se concretizar. Cinco foram os motivos que levaram esses povos a se unir numa única nação: uma base comum; cristianismo; o surgimento de Pictland; os ataques escandinavos e as pressões da Inglaterra.

Como base comum entende-se as semelhanças culturais que os três primeiros povos carregavam no tocante às estruturas políticas e sociais. Todos estavam organizados em reinos tribais e a base da sociedade era a pequena propriedade rural habitada por parentes e familiares. O cristianismo deu a esses quatro povos a oportunidade de coesão, já que as mesmas grandes verdades eram ensinadas entre eles. Com a chegada de Columba (521-597) ao país, um religioso de ascendência real e fundador de duas casas religiosas, em 563, o cristianismo ganhou novo impulso. Com grande prestígio, fé inabalável e boa oratória, Columba reavivou o cristianismo na Escócia e transformou Iona no centro da fé no país por muitos anos.

Outro fator importante para a unificação da Escócia foi o surgimento da monarquia dos Picts e sua predominância sobre os demais povos. O sistema matriarcal adotado pelo Picts ajudou a fortalecer o poder real com o sangue vindo de fora da linhagem monárquica (MACKIE, 1991). As invasões dos escandinavos também são consideradas razões para a unificação dos povos que viviam na Escócia, como a maioria

dos países da Europa Ocidental que sentiram o impacto dessas extraordinárias incursões. Sob pressão desses invasores vindos do continente, os povos escoceses foram forçados a unir suas forças contra um inimigo comum. As invasões nórdicas se deram em três estágios. O primeiro ocorreu entre 780 e 850 quando chegaram povos camponeses em busca de terras mais férteis para sua subsistência. O segundo foi um período de grandes assentamentos em que um forte poder real na Noruega procurou estender seus domínios no além mar entre 863 e 933. O terceiro estágio se deu pelo estabelecimento de dinastias nórdicas que se tornaram muito poderosas na Escócia, algumas duraram até 1231 e acabaram por criar laços de parentesco com a nobreza da Escócia por meio dos casamentos dinásticos.

John Duncan Mackie (1991) apresenta ainda as pressões inglesas como outro fator importante na unificação da Escócia. O casamento de Malcom III (1031-1093) da dinastia Canmore, com Margarete (1045-1093), da casa real de Wessex, depois canonizada, conjugou interesses, mas também guerras entre as monarquias escocesas e inglesas e que continuou em grandes disputas até a independência total da Escócia, frente aos interesses ingleses. Essa dinastia dos Canmore, iniciada com Malcom II (954-1034) conseguiu a unificação do reino da Escócia, que viveu sem grandes problemas até a morte de Alexandre III (1241-1286) em 1286.

Alexandre III morreu sem deixar herdeiros e a disputa pelo trono se deu entre pretendentes mais afastados da linhagem real. Sob a influência de Eduardo I da Inglaterra a disputa pela coroa foi vencida por John Balliol (1249-1314) um descendente de David I (1080-1153) contra Robert Bruce (1274-1329) em 1292. John não governou de forma autônoma a Escócia, pois se submeteu de forma comprometedora aos desejos do rei inglês forçando os barões e lordes escocesas a se aliarem com a França contra os interesses ingleses no país. Eduardo I invadiu a Escócia e destituiu John Balliol após o acordo feito com os franceses para conquistar a independência em 1295. Ele deixou claro que não queria apenas o trono escocês, mas também anexar a Escócia aos domínios ingleses. Em 1297 a guerra pela independência continuou sob a liderança de William Wallace (1270-1305), que restaurou a monarquia escocesa. Depois de sua morte em 1305, Robert Bruce, que havia disputado o trono com Balliol continuou a luta contra a Inglaterra e se intitulou rei em Scone em 1306. Travou-se a partir de então uma ofensiva guerrilha contra as forças inglesas do sul até que em 1328, quando os regentes de Eduardo III (1312-1377) da Inglaterra aceitaram a independência da Escócia no tratado de Northampton. Essas lutas de resistência contra a Inglaterra enfraqueceram a

realeza escocesa, que assistiu à ascensão dos nobres. No noroeste do país o clã dos Donalds, que se intitulavam Lordes de Isles tornou-se tão poderoso que exercia uma autoridade quase independente do rei; no sul, os Black Douglas fizeram uma oferta pela coroa em 1371, que foi recusada, mas, tornaram-se aliados da monarquia contra os Red Douglas. Sem o apoio da França, a coroa escocesa não teria sobrevivido diante de seu inimigo histórico que ficava ao sul e pôde contar ainda com o enfraquecimento da Inglaterra que, nesse período, estava em constantes guerras com a monarquia francesa, na Guerra dos Cem Anos (1337-1453).

A vantagem mais importante que a Escócia possuía nesse período era a contínua fraqueza da Inglaterra. A idade avançada de Eduardo III, a juventude de Ricardo II, a ascensão de Henrique IV (apenas coroado 'Lorde Recorrente'), o fracasso na França após o aparecimento de Joana D'arc e o extermínio mútuo na Guerra das Rosas. Todas essas coisas enfraqueceram o poder inglês (MACKIE, 1991, p. 90).

No século XV grandes esforços foram feitos para fortalecer novamente o poder monárquico. Com a volta de Jaime I (1394-1437) do cativeiro inglês em 1424 e dos poucos esforços feitos pelos regentes da casa dos Albany para sua libertação, o rei percebeu que era uma questão vital o fortalecimento de sua realeza. “Isso incluía por em ordem as finanças, estabelecer tribunais e juízes, e insistir para que sua autoridade fosse obedecida” (MITCHISON, 2002, p. 62). Também foi realizada uma reforma no Parlamento introduzindo os comissários dos condados, novos membros teoricamente aliados do rei Jaime I, que pretendia tirar vantagens na divisão das responsabilidades e ampliar o apoio da nobreza.

Jaime II (1430-1460), que assumiu o trono após o assassinato do pai, também teve problemas para fortalecer seu poder e tendo que lutar com famílias poderosas que também reivindicavam o trono. Em 1455 numa guerra contra os Douglas, dois irmãos foram mortos e Jaime II capturou seus castelos em Abercorn e Threave, obrigando o conde dessa família buscar refúgio na Inglaterra. Após a crise vivida pela realeza para manter a coroa, uma importante lei foi aprovada no Parlamento, que garantia propriedades e rendimentos mínimos para a monarquia, tratava-se da Lei de Anexação (*Act of Annexation*) de 1455. Lei que anunciou várias fontes de recursos e poder inalienáveis da Coroa (MITCHISON, 2002).

Concessões de ofícios e cargos herdados desde Jaime I foram revogadas, funções públicas hereditárias foram proibidas... A Lei de Anexação foi uma tentativa do Parlamento (embora em vão) em assegurar que as rendas da Coroa tivessem uma base sólida (BARRELL, 2000, p. 169).

As dificuldades continuaram com Jaime III (1451-1488) que também precisou enfrentar rebeliões contra seu governo, pois recebia severas críticas da nobreza por sua fraqueza. Ainda teve que enfrentar uma revolta liderada por seus dois irmãos Alexander Stewart (1454-1485), duque de Albany e John Stewart (1479-1503), conde de Mar. Ao final de seu governo em 1488 quando foi assassinado, Jaime III não conseguiu estabelecer uma monarquia poderosa e forte para seu descendente Jaime IV (1473-1513).

2.1 ESCÓCIA NO SÉCULO XVI, REVOLTAS, GUERRA E REVOLUÇÃO.

O século XVI pertence aos tempos modernos, mas, com suas estruturas sociais, políticas e culturais ainda fortemente marcadas pelos padrões medievais. A propriedade da terra era ainda a feudal e as relações sociais estavam baseadas nesse modo de produção, no qual o servo garantia a riqueza de seu senhor e proprietário das terras. “A estrutura hierárquica da posse da terra e as vassalagens armadas, intimamente ligadas a ela, davam à nobreza o poder sobre os servos” (MARX, 2007, p. 46). Era uma sociedade que embora com algumas cidades importantes e com um Parlamento, características de uma sociedade moderna, estava ainda presa a uma produção agrícola baseada nas relações servo e senhor. Seu parlamento traduzia ainda em grande medida o poder que a nobreza tinha, em conjunto com a realeza, para determinar os destinos da nação.

França e Inglaterra lutaram durante muito tempo pelo domínio desse país situado ao norte da Grã-Bretanha. As querelas entre essas duas grandes nações européias repercutiram na Escócia e resultaram num conflito religioso deflagrado entre a monarquia escocesa católica e alguns nobres protestantes no século XVI. Embora mascarada pelas questões religiosas, as disputas travadas entre nobres e a monarquia eram problemas de ordem política, pois os nobres escoceses temiam a perda de sua independência para a França. Essa crise política e essa disputa religiosa culminaram com a deposição da monarquia reinante e transformou o país de um reino católico ligado à França a um reino protestante aliado da Inglaterra (MASON, 2005). Em 1603 essa aliança com a Inglaterra tornou-se ainda mais íntima com a união das duas coroas sob o reinado de Jaime VI (1566-1625) da Escócia e denominado Jaime I da Inglaterra. Foi com a dinastia dos Stuart que a Escócia conseguiu força e poder para se tornar um reino forte e definitivamente independente.

Símbolo dos poderes reais, a coroa imperial podia ser vista nas torres das Igrejas, como na capela universitária em Aberdeen. “A proliferação da iconografia imperial sobre construções eclesiásticas é testemunha do sucesso da política agressiva seguida pelos monarcas Stuarts para com o enfraquecimento da autoridade papal” (MASON, 2005, p. 108). Na Escócia, bem como em toda a Europa, a balança que pretendia equilibrar o poder entre coroa e papado estava pendendo muito mais para o lado da primeira em razão da formação dos Estados Nacionais. Esse poder, no entanto, não foi suficientemente forte para impor a autoridade real nas localidades onde havia

governantes regionais. Conflitos entre os poderes locais e a realeza não eram exceção na Escócia, mas, a regra, pois, os monarcas tentavam incansavelmente governar tanto quanto reinar nesses locais.

Jaime IV criou e distribuiu honrarias e se aliou aos nobres locais para exercer com eficiência um bom governo. Ele via a si mesmo como um príncipe guerreiro, não apenas presidindo, mas participando de torneios em 1507 e 1508. O culto à cavalaria foi uma saída bem vinda para justificar a força da nobreza e servia também para reforçar a posição real de líder da comunidade aristocrática e a fonte de honras dentro dela. O interesse pelas questões marciais fez com que o rei investisse em treinamentos e armas para a criação de um exército, enquanto também criava uma marinha de poder sem precedentes.

No início do século XVI Jaime IV da Escócia casou-se com Margarete Tudor filha de Henrique VII (1457-1509) da Inglaterra, aliviando as tensões entre os dois países. Apesar dessa aliança dinástica, a Escócia permaneceu ligada à França que, na figura de Luís XII (1462-1515), dava suporte financeiro para os desejos expansionistas e militares de Jaime IV. Em 1513 o rei da Escócia cortou relações com seu cunhado Henrique VIII (1491-1547) e invadiu a Inglaterra gerando um conflito de graves consequências para a Escócia e que terminou com a famosa Batalha de Flodden (1513) onde foi morto juntamente com quase todos os seus nobres. Como consequência dessa derrota, tanto a política escocesa local quanto internacional foi desestabilizada e a monarquia passou para as mãos do jovem Jaime V.

Foi durante o reinado de Jaime IV que as ideias humanistas vindas da Europa adentraram no país. Elphinstone, bispo de Aberdeen, foi uma figura importante no governo Jaime IV. Advogado e servidor real, Elphinstone se interessava primeiramente pela obediência à autoridade real. Mais amplamente, entretanto, ele estava vivamente interessado numa sociedade mais civilizada por meio da educação das classes mais abastadas e governantes. A fundação do King's College em 1495 foi seguida em 1496 pela aprovação da celebrada lei de educação que incentivava os barões e proprietários a enviarem seus filhos para a universidade. A influência de uma educação baseada na literatura clássica foi fundamental para o programa humanista que se assentou no coração da cultura renascentista. A disponibilidade de livros impressos garantia a rápida circulação de ideias, permitindo aos escoceses, por meios relativamente baratos e fáceis, manterem-se ligados com os desenvolvimentos culturais do continente (MASON, 2005).

Influenciados pelo pensamento humanista, muitos escoceses começaram a entender a necessidade da educação para a constituição de uma nação culturalmente mais desenvolvida. As influências do humanismo na Escócia também podem ser verificadas pela adoção da língua vernácula para a divulgação dos documentos do governo, bem como pelo grande aumento da produção literária mais acessível para a população de um modo geral. Ao mesmo tempo em que uma literatura humanista se tornava mais acessível na Escócia, o protestantismo também ganhava força, incomodando ainda mais a Igreja Católica e seus defensores. Em 1525 o Parlamento aprovou uma lei proibindo a divulgação dos escritos luteranos e em 1528, Patrick Hamilton (1504-1528) foi queimado na fogueira por divulgar as ideias reformistas da Alemanha. Esses acontecimentos, no entanto, não foram suficientes para impedir a disseminação do pensamento reformado na Escócia, o que favoreceu o rei a conseguir da parte do papado, mais poderes na concessão de ofícios eclesiásticos, aumentando ainda mais suas rendas. Jaime V estava longe de se equiparar com outros monarcas mais poderosos como Henrique VIII (1491-1547), Francisco I (1494-1547) ou Carlos V (1500-1558), por isso, foi astuto ao explorar uma união com a França por meio de seu casamento com Maria de Guise-Lorraine (1515-1560) em 1538 (MASON, 2005). Apesar da renovação dos laços diplomáticos com a França e com Roma, Jaime V sempre foi um patrono do movimento anticlerical, que o aconselhava a seguir os passos de Henrique VIII para assegurar a supremacia real sobre os interesses da Igreja. Em razão desses fatos é que Jaime V era visto como um rei de reputação humanista e simpático às novas idéias, mas sua morte em 1542 iria mudar esse quadro em favor da Igreja.

Jaime V morreu um mês depois de sua lamentável derrota para a Inglaterra na Batalha de Solway Moss em 1542 quando dois de seus herdeiros masculinos foram mortos, deixando Maria Stuart como sua sucessora. Ainda criança Maria Stuart esteve sob os cuidados do regente Conde de Arran que acordou com os franceses o casamento entre Maria Stuart e Francisco II, herdeiro do trono francês. Henrique VIII viu na morte de Jaime V a possibilidade de unir em casamento seu filho e herdeiro, o príncipe Eduardo com Maria Stuart, herdeira do trono da Escócia e com isso conseguir a paz tão almejada por ele em sua fronteira norte. Seus propósitos com a conquista do trono escocês era concentrar forças na luta contra a França, certamente que era um fato indesejável por seus inimigos.

Maria Stuart era neta de Margaret Tudor, irmã mais velha de Henrique VIII que, não tendo conseguido um filho herdeiro com Catarina de Aragão, buscou em outros casamentos, um filho que pudesse sucedê-lo no trono. Dessa forma a única pessoa que podia impedir que Maria Stuart assumisse legalmente o trono da Inglaterra era sua filha Maria Tudor (1516-1558), do seu primeiro casamento. O casamento entre os dois herdeiros dos tronos da Escócia e da Inglaterra solucionaria esse grave problema da sucessão inglesa. Foi por isso que dentro desse ambiente político e de rivalidade entre Inglaterra e França é que a Escócia passou a ocupar lugar de destaque na política europeia do século XVI.

Com a morte de Jaime V, entretanto, não foi a rainha mãe Maria de Guise nem tampouco o líder proponente de uma aliança católica com os franceses, o arcebispo de Saint Andrews, David Beaton (1494-1546) que tomaram o controle. Quem passou a comandar a política escocesa foi seu presumível herdeiro Conde de Arran, um homem simpático à reforma religiosa e propenso a uma união com a Inglaterra. Em poucos meses uma lei foi aprovada permitindo a livre circulação da bíblia no vernáculo, um evento importante na luta contra a hierarquia católica. Em primeiro de julho de 1543, no Tratado de Greenwich, a infante rainha dos escoceses foi prometida em casamento para o herdeiro do trono inglês. As forças católicas tendo Maria de Guise a sua frente se opuseram a essa política de Arran, temendo a perda de soberania frente ao poder de Henrique VIII. O conde foi pressionado a descumprir o acordo feito em Greenwich, irritando profundamente o rei inglês, que passou a lançar uma série de ataques contra os escoceses para forçá-los a cumprirem os termos do tratado (DUNN, 2003).

Com a morte de Henrique VIII, em 1547, e Eduardo VI (1537-1553), então rei aos nove anos, ficava mais fácil para os escoceses desconsiderar os termos do Tratado de Greenwich. O tio do novo rei Eduardo Seymour (1506-1552), conde de Hertford, então duque de Somerset, tornou-se regente instalando um protetorado ainda mais protestante do que o pensado por Henrique VIII. Somerset empreendeu uma campanha para que o casamento entre Maria e Eduardo pudesse criar o império da Grã-Bretanha governado por um protestante. A Inglaterra, no entanto, não escondia sua intenção por meio das invasões patrocinadas por Somerset, no papel que caberia a ela ocupar nesse império. O regente inglês impôs uma sangrenta derrota aos escoceses em Pinkie em setembro de 1547 e seguiu criando guarnições permanentes nas terras baixas da Escócia.

Os escoceses se voltaram então para uma aliança com a França e em julho de 1548, pelo Tratado de Haddington, Maria Stuart foi prometida para Francisco, o herdeiro do trono francês e enviada imediatamente para a França. Somerset tendo que enfrentar uma rebelião interna e com dificuldades financeiras, sofreu uma amarga derrota para os escoceses. A monarquia francesa celebrou a vitória e proclamou o direito de Maria Stuart ao trono inglês, um propósito que animaria a dinastia Valois durante os anos 1550. Henrique da França assumiu o papel de protetor da Escócia pelo tratado, controlando ao mesmo tempo as questões civis, militares e diplomáticas e nomeou em 1554 Maria de Guise a regente do país. Com seus irmãos duque de Guise e o cardeal de Lorraine poderosamente abrigados na corte francesa, ela tinha plena condição de representar os interesses franceses na Escócia, bem como os interesses escoceses na França (MASON, 2005).

Com a morte de Eduardo VI e a ascensão de Maria Tudor ao trono da Inglaterra em 1553 e seu casamento com Filipe da Espanha (1527-1598), as condições políticas da França se tornaram ainda mais delicadas. Para poder arcar com as despesas de proteção frente a um inimigo ainda mais poderoso, foi discutido em 1556 um imposto perpétuo para a Escócia e que acabava pesando muito sobre a nobreza escocesa. Além desse imposto, outras taxas eram cobradas dos escoceses, o que aumentou a animosidade contra os interesses franceses no país e levou os nobres a se oporem a qualquer intervenção militar na Inglaterra em nome da França.

Foi nesse ambiente político que Knox retornou do exílio em 1555. “Foi da Genebra de Calvino que ele retornou para a Escócia, refazendo os passos de Wishart entre as células de dedicados protestantes que tinham mantido uma existência secreta em Lothian, Fife, Angus e Ayrshire” (MASON, 2005, p. 125). Esses contatos permitiram a Knox uma aproximação com nobres simpáticos ao protestantismo, os futuros senhores da Congregação, que sozinhos era capazes de mudar os rumos do protestantismo no país, tornando-o uma significativa força política (MASON, 2005). Ao garantir o apoio de condes como Glencairn e Argyll e do meio irmão da rainha, Jaime Stuart, Knox estabelecia as fundações do partido protestante que, em 1559-60, se envolveu na revolução.

O partido protestante que foi aos poucos se fortalecendo e, em 1557, reuniu-se numa congregação, tornou-se um grande problema para a rainha e não podia ser combatido por meio de perseguições tais como as que Maria Tudor praticava na Inglaterra. Maria de Guise teve muito cuidado e tato para não jogar o país numa guerra

civil, entretanto, sua atitude política antecipou a rebelião, pois, não deixava claro a possibilidade de uma reforma gradual. Aliado a isso, uma Igreja cada vez mais criticada por suas cobranças impopulares de seus fiéis, que serviam para financiar a vida luxuosa do alto clero, enquanto as paróquias sofriam na penumbra dos poucos recursos que lhes sobravam. A apropriação de rendas era uma prática antiga da Igreja, e naqueles tempos, ela precisou encarar uma quantidade cada vez maior de leigos educados que não viam de modo positivo essas práticas.

Sem dúvida nenhuma Maria Guise ansiava pelo fortalecimento do catolicismo no país, mas precisou contemporizar com os protestantes devido ao crescente descontentamento e força que estavam reunindo, até que seus interesses dinásticos pudessem se concretizar. Em abril de 1558 o casamento entre Maria Stuart e Francisco selou o compromisso já efetivado entre as duas nações. Alguns meses antes do casamento a rainha da Escócia havia assinado um documento secreto que deixava o reino como herança à coroa francesa em caso de não haver filhos herdeiros do casamento. Para o partido protestante, sua luta não era apenas contra o catolicismo francês e os Guise, era também uma batalha para manter a independência do país.

A euforia que dominou os Valois em 1558 não durou muito. No ano seguinte uma pausa nos conflitos com a Espanha e a Inglaterra foi comemorada num torneio em que Henrique II (1519-1559) foi fatalmente ferido. Com essa tragédia ascendeu ao trono Francisco II e Maria Stuart, rainha da Escócia agora também da França. Francisco II de apenas quinze anos e mentalmente imaturo era visivelmente incapaz de governar. O poder foi exercido de fato pelos parentes mais próximos, os tios de Maria, o duque de Guise e o cardeal de Lorraine. O triunfo dos Guise e seu militante catolicismo, criaria sérios problemas dentro do reino francês com a confrontação de nobres protestantes franceses, avessos à sua política (MAINKA, 2007). Essas disputas iriam desencadear as sangrentas guerras religiosas que perturbaram a paz interna na França e facilitariam o caminho para a independência almejada pelos escoceses. Foi nesse ambiente de grandes disputas dinásticas, políticas e religiosas que John Knox viveu e atuou como pregador e depois como líder da Reforma na Escócia.

Outro ponto importante para o entendimento da Reforma na Escócia do século XVI é o aspecto econômico. Às vésperas da Reforma a Igreja Católica detinha a maior parte da riqueza nacional quando suas rendas alcançavam 300.000 libras enquanto o patrimônio da coroa era de apenas 17.500 libras. O total das rendas da coroa perfazia uma pequena parcela do que a Igreja arrecadava anualmente, enquanto suas despesas

aumentavam, o valor do dinheiro caía. Além da própria coroa, muitos nobres também sofriam com a depreciação de suas rendas advindas dos arrendamentos de suas propriedades fixados pelos costumes feudais. Para evitar esses prejuízos o alto clero da Escócia fazia uma espécie de leilão, concedendo ao novo arrendatário contratos que duravam a vida toda.

O enriquecimento do alto clero nessas condições produzia miséria e ressentimentos entre os antigos arrendatários, que eram expropriados em favor dos novos. Com o valor fixado das rendas devidas à Igreja, esses novos arrendatários espoliavam ainda mais seus subordinados. O baixo clero também tinha que contribuir para a taxa cobrada dos prelados e muito do que arrecadavam com os dízimos era enviado para a Sé. Para se manter com alguma renda esse baixo clero cobrava com rigor o dízimo de seus paroquianos e por todos os ofícios oferecidos pela Igreja. Invejada pelos nobres e sem a confiança do povo, a Igreja estava vulnerável aos ataques daqueles que esperavam solucionar seus problemas financeiros com a adoção das idéias reformadas (MACKIE, 1991).

As disputas pelo trono escocês interessavam à Inglaterra protestante de Henrique VIII, e depois, de Elizabeth I, que temiam um fortalecimento do poderio francês ao norte das ilhas. A França católica via na união com a Escócia a possibilidade de derrotar a Inglaterra, podendo atacar em duas frentes, uma por mar e outra pelo norte onde os escoceses dominavam. Essa disputa econômica e por poder entre as duas nações da Europa acabou influenciando a política na Escócia no século XVI e explica em boa medida porque a Reforma obteve sucesso no início dos anos sessenta daquele século.

Os protestantes representavam a ala que, mesmo não sendo muito favoráveis à Inglaterra, ainda preferiam uma aliança com ela que com a França católica. Muito do que representava o catolicismo e as obrigações devidas a Roma transformavam-no num entrave para muitos nobres e burgueses, que não aceitavam mais tal vassalagem. A elite considerava uma afronta e um disparate o envio de grandes somas de riquezas para a ostentação da Igreja na Itália e do alto clero escocês. Karl Marx auxilia no entendimento dos motivos pelos quais a Reforma aconteceu, ou seja, o fenômeno é compreensível do ponto de vista dos desejos de uma parcela considerável da classe dominante em se livrar das obrigações católicas.

As idéias da classe dominante são as idéias dominantes em cada época, quer dizer, a classe que exerce o poder objetivamente dominante na sociedade

é, ao mesmo tempo, seu poder espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios para a produção material dispõe ao mesmo tempo, com isso, dos meios para a produção espiritual, o que faz com que lhe sejam submetidas, da mesma forma e em média, as idéias daqueles que carecem dos meios necessários para produzir espiritualmente (MARX, 2007, p. 71).

Os anseios econômicos dessa classe dominante (infraestrutura) se converteram, no campo religioso (superestrutura), em novos paradigmas teológicos e eclesiológicos, que desembocaram no confessionalismo. Era o que estavam ocorrendo na Escócia e em outros países da Europa, quando uma nova classe dominante surgia desvinculada e avessa ao poder da Igreja Católica Romana. Com essa base material e econômica propícia às ideias reformadas é que Knox pôde atuar em favor das doutrinas protestantes. A história da Escócia tomou novos rumos no século XVI com a adoção de uma nova fé, como corolário das lutas empreendidas por Knox para a transformação do país, num recanto Reformado. Depois de vencida essa primeira e importante batalha era necessário cuidar para sua continuidade e expansão, momento em que a educação precisou ser pensada para subsidiar tais objetivos.

3. REFORMA PROTESTANTE: FIM DA HEGEMONIA CATÓLICA NA EUROPA

“O Protestantismo foi, acima de tudo, a religião da Palavra, e a doutrina da *sola scriptura*, privilegiou a autoridade da Bíblia acima da autoridade da antiguidade e acima de qualquer lei ou tradições de invenções meramente humanas” (MASON, 1997, p.56).

A Reforma Protestante foi um movimento que surgiu no interior da própria Igreja Católica Apostólica Romana e tinha como objetivo reformar a religião em pontos considerados distantes de sua origem. Lutero jamais poderia imaginar as consequências do que estava fazendo ao propor para o debate suas noventa e cinco teses, marco da Reforma em 31 de agosto de 1517. O movimento desencadeado por seus questionamentos extrapolou vertiginosamente os humildes anseios do monge alemão e ganhou repercussão mundial. A Igreja se desfaleceu em divisões que jamais voltariam atrás. A Reforma se espalhou por toda a Europa e atingiu camponeses e barões, vassalos e senhores, povo e nobreza, numa viagem sem volta de divisão na cristandade. No enalço dos interesses teológicos e religiosos próprios de Lutero e de outros reformadores como Calvino e Knox, atrelou-se interesses também de ordem econômica e política de um nacionalismo que surgia no início dos tempos modernos.

A Igreja e toda sua estrutura montada desde seu reconhecimento como religião oficial do Império Romano, em 390, tornou-se tão poderosa que passou a controlar a cultura, a política, a economia da Europa medieval. Essa instituição poderosa, universal e rica, começou a ser vista como estranha em terras alemãs, inglesas e holandesas e como uma usurpadora da riqueza nacional e regional. Tornou-se, ao mesmo tempo, um objeto de desejo e um prêmio cobiçado caso o rompimento com Roma pudesse ser concretizado, devido às suas propriedades e tesouros. Os ataques feitos por Lutero contra sua hierarquia e conseqüentemente contra seu superior, o papa, deu início aos questionamentos sobre a autoridade incondicional de reis e rainhas, ou seja, do mundo medieval e estamental fundamentado por ela.

3.1. A IGREJA DE ROMA, HERDEIRA DE SÃO PEDRO?

De acordo com João Ribeiro Júnior, “foi sem dúvida a derrota que Constantino infligiu a Maxêncio na batalha da Ponte Mílvia (312) que marcou o início da vitória final do cristianismo” (1989, p. 43)¹. Constantino precisava de uma força unificadora, como a religião, para resolver os problemas do império e consolidar o seu poder.

Com o Edito de Milão (313 d.C.) o imperador Constantino (272-337, imperador desde 306) instituiu a tolerância religiosa em todo o território dominado por Roma e restituiu os bens confiscados dos cristãos. Era necessário estabelecer uma doutrina própria e que fosse aceita por todos os crentes, acreditavam os próprios cristãos, para o fim das disputas internas, não apenas para o bem da religião, mas também para a paz que interessava ao império.

Foi necessário unir os principais líderes cristãos em concílios para que essa tarefa de unificação do credo pudesse ser realizada. As bases doutrinárias do cristianismo foram determinadas no concílio ecumênico da Igreja no ano 325 em Nicéia, hoje uma pequena cidade da Turquia, e, depois, em Constantinopla, antiga capital do Império Romano no Oriente, em 381². O Credo niceno-constantinopolitano, como ficou conhecido, define a base da doutrina cristã, marcando o início de uma era em que a Igreja determinou sua ortodoxia. Com a regulamentação do credo, as diversas forças, que pululavam em todo o império e que se digladiavam para convencer de que suas explicações eram as únicas verdadeiras, acerca do Cristo e de sua doutrina, foram vencidas pela oficialização do credo que todos os cristãos deviam aceitar e se submeter.

A primeira questão de importância a ser definida é sobre o primado de Pedro, que por consequência nos conduzirá ao primado de Roma. De onde surgiu essa primazia de Pedro? Inicialmente, ela aparece no próprio Evangelho. Pedro é apresentado pelos evangelistas como o porta voz dos discípulos e esteve presente nos momentos mais importantes da vida pública de Jesus (ESTRADA, 2005). Entretanto, não foram primordiais para determinarem essa primazia, pois aparecem, muitas vezes, de forma

¹ Batalha que deu a vitória final a Constantino sobre seu maior rival e lhe garantiu a posse de todo o império do Ocidente. Conta-se que foi na véspera dessa batalha que Constantino teve a visão de uma cruz luminosa nos céus com os dizeres: com este sinal vencerás. Carregando o símbolo cristão, Constantino venceu a batalha e creditou ao Deus dos cristãos sua vitória, defendendo o cristianismo a partir de então (ESTRADA, 2005).

² É uma reunião de todos os bispos cristãos convocada para discutir e resolver as questões doutrinárias ou disciplinares da Igreja Católica.

negativa, como por exemplo, na negação de Cristo ou no momento em que este o admoesta ao encontrá-lo dormindo no horto (Mc 14,37-41).

A passagem que serve de fundamento para justificar sua primazia encontra-se em Mateus: “[...] Portanto, eu afirmo: você é Pedro, e sobre esta pedra construirei a minha Igreja, e nem a morte poderá vencê-la. Eu lhe darei as chaves do Reino dos Céus; o que você proibir na terra será proibido no céu, e o que permitir na terra será permitido no céu” (Mt. 16,16-19). Para Juan Antonio Estrada, poucas passagens tiveram tanta importância teológica quanto esta narrada por Mateus, muito embora, não estivesse presente nos outros evangelhos. Pedro aparece nos evangelhos de João, Marcos e Lucas com as mesmas prerrogativas dos outros discípulos e convidado à proclamação da Boa Nova como os demais. No entanto, há um esforço por parte de Mateus, em apresentá-lo como o representante personificado de todos os apóstolos de Cristo (ESTRADA, 2005).

Um dos primeiros testemunhos sobre a primazia de Pedro em Roma é Cipriano de Cartago (200-258) que utilizou o texto de Mateus para legitimar a autoridade do bispo, não apenas de Roma, mas de todas as grandes cidades. Seu argumento, entretanto, foi utilizado contra ele pelo bispo de Roma, Estevão I (210-257). Estevão exigiu que Cipriano deixasse de rebatizar os hereges quando ingressassem na Igreja, utilizando-se de uma autoridade que segundo ele, provinha de Pedro. Foi a primeira vez que o texto de Mateus foi utilizado para justificar a primazia do bispo de Roma sobre os demais (ESTRADA, 2005).

O evangelista João apresenta uma imagem diferente, pois, para ele Pedro não era nem o primeiro, nem o mais importante discípulo. João relata a presença do discípulo amado, um personagem anônimo, que foi o único a permanecer com Jesus diante da crucificação (Jo 19, 25-27). João não nega a importância de Pedro, mas deixa evidente o contraste entre ele e o discípulo amado “Não pela sua liderança na comunidade, jamais mencionada, mas pela sua proximidade e intimidade com Jesus, exatamente o que o evangelista sempre sublinha como o elemento essencial do discípulo” (ESTRADA, 2005, p. 420).

Em textos apócrifos, ou seja, que não foram aceitos pela tradição da Igreja Católica como o Evangelho dos Hebreus, Tiago aparece como tendo a primazia sobre os demais e como o sucessor de Cristo na igreja de Jerusalém³. Neste texto a aparição de

³ A palavra *Apócrifo* vem do grego *Apokryphos* e significa *oculto* ou *não autêntico*. Mas este termo é usado, principalmente para designar os documentos do início da era Cristã, que

Jesus ressuscitado ocorreu primeiramente a Tiago e não a Pedro como relatam os textos canônicos. Tiago também é apresentado como o único que jamais duvidara da ressurreição de Cristo. “Trata-se de um personagem singular, o único que reúne o parentesco com o Jesus terreno e a aparição do Ressuscitado” (ESTRADA, 2005, p. 432). Isso mostra as divergências existentes entre os primeiros cristãos sobre os diferentes pontos relativos a Jesus, sua missão e sua continuidade apostólica.

O grande problema teológico do cristianismo primitivo foi que seu fundador não deixou nada escrito. Tudo o que temos sobre seus ensinamentos e sua vida foram escritos após a morte de Jesus, por diversas fontes. O trabalho de unificação desses ensinamentos mostra os desacordos iniciais e o problema da escolha daquilo que faria parte da ortodoxia nascente e seria aceita pela maioria dos cristãos. Nunca houve unanimidade dentro das diversas comunidades cristãs, centralizadas inicialmente em Constantinopla, Jerusalém, Alexandria, Roma e Antioquia, daí porque os concílios para a “escolha” dos textos considerados canônicos e aqueles que seriam renegados e considerados apócrifos. Juan Antonio Estrada sintetizou muito bem esse processo de formação daquilo que seriam considerados os fundamentos do cristianismo.

O cânon do Novo Testamento reflete uma grande quantidade de correntes, teologias e Igrejas. Precisamente porque Jesus não fundou nem determinou como deveria ser a Igreja, houve um grande espaço para a criatividade das comunidades dos apóstolos e dos mestres que escreveram os documentos que hoje formam o Novo Testamento. Este, assim como a Bíblia em seu conjunto, não é um livro, mas uma biblioteca, que recolhe os livros canônicos de diferentes comunidades cristãs. O cânon do Novo Testamento é fruto de uma seleção, na qual acabaram sendo incluídos aqueles escritos que foram aceitos por todas as Igrejas depois de um longo período de vacilação, dúvidas e discussões, pois nem todos os escritos obtiveram inicialmente um consenso favorável para transformar-se em escritos fundadores do cristianismo (ESTRADA, 2005, p. 438).

Assim surgiu o cristianismo, fruto das discussões e acordos feitos entre as diversas comunidades cristãs da Antiguidade. Resultado de uma Igreja que ainda não havia definido seu cânon e que ainda não possuía uma liderança universalmente aceita. A construção da primazia de Pedro e posteriormente de Roma, surgiu dessa necessidade organizacional e fundamental para a sobrevivência do cristianismo.

abordam também a vida e os ensinamentos de Jesus, mas não foram inclusos na Bíblia Sagrada por serem considerados ilegítimos.

Os relatos sobre as ações de Pedro em Roma são originários do século III e carecem de valor histórico. Segundo Estrada, não é possível encontrar de forma segura uma lista dos bispos de Roma a partir de Pedro que possa justificar a sucessão apostólica. O destaque inicial da Igreja de Roma se dava por sua localização na capital do Império Romano, portanto, devido à sua importância política e recursos econômicos, o que lhe possibilitava o auxílio a outras igrejas e o que a tornava a mais conhecida de todas.

A partir do século IV a centralização começou a ganhar contornos mais nítidos, seguindo o modelo estrutural de poder presente na capital do império. No Concílio de Nicéia ficou determinado que as igrejas de Roma, Antioquia e Alexandria eram as mais importantes e seus bispos podiam nomear bispos para as cidades menores sob sua jurisdição. No século V, Roma começou a intervir de forma mais acentuada nas demais igrejas, buscando transformar sua importância política em supremacia espiritual e material. O imperador Valentiniano III proclamou em 445 a primazia do bispo de Roma sobre as demais igrejas, determinação não aceita pelo imperador do Oriente Teodósio II, que o reconheceu apenas como o patriarca do Ocidente.

Com a invasão dos bárbaros, a queda do imperador do Ocidente (476) e a fragmentação do império, a política de centralização da igreja de Roma recrudescceu, por falta de apoio político. O bispo de Roma estava então sob a dependência do imperador do Oriente, que obviamente dava preferência ao bispo de Constantinopla. Esse problema começou a ser resolvido com a coroação de Carlos Magno no ano 800 como imperador do Ocidente e a união da Igreja com os francos. A igreja legitimou o poder do imperador e este protegeu militarmente e concedeu territórios a ela. Isto selou a união entre o poder temporal e espiritual.

Foi assim que, das divergências teológicas e escriturísticas iniciais, a Igreja deixou de ser a comunidade dos fiéis, para se tornar a mais poderosa instituição política, econômica, religiosa e cultural da Idade Média. O afastamento de sua origem, simplicidade e espiritualidade, foram alvos de críticas severas por parte daqueles que discordaram da trajetória que o cristianismo seguiu no Ocidente e que, ao combatê-la foram expulsos, excomungados ou assassinados como hereges.

O que define a dogmática cristã é sua concordância com o credo niceno-constantinopolitano, aprovado no Concílio de Constantinopla em 381. Neste concílio foram determinadas as bases do Cristianismo, ou seja, a essência do que é a doutrina cristã no que se refere à Trindade. Visando a unidade de crença e a paz entre as

comunidades, o credo é, na verdade, um acordo feito pelas diversas autoridades cristãs da Antiguidade, que se tornou dominante e defendido contra as chamadas “heresias” que divergiam da “escolha” feita pela maioria. Os princípios do cristianismo, estabelecidos em Constantinopla são os seguintes:

Creemos em um só Deus, Pai onipotente, criador do céu e da terra, de todas as coisas visíveis ou invisíveis. E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho unigênito de Deus, nascido do Pai, antes de todos os séculos, luz da luz, Deus verdadeiro do Deus verdadeiro, nascido, não criado, consubstancial com o Pai, por quem foram feitas todas as coisas; que nós os homens e por nossa salvação desceu dos céus e se encarnou por obra do Espírito Santo e de Maria Virgem, e se fez homem e foi crucificado por nós sob Pôncio Pilatos, padeceu e foi sepultado, ressuscitou no terceiro dia segundo as Escrituras, e subiu aos céus, está sentado à direita do Pai, outra vez há de vir com glória para julgar os vivos e os mortos; e seu reino não terá fim. E no Espírito Santo, Senhor e vivificante, que procede do Pai, que juntamente com o Pai e o Filho é adorado e glorificado, que falou pelos profetas. Em uma só Santa Igreja Católica e Apostólica. Confessamos um só batismo para a remissão dos pecados. Esperamos a ressurreição da carne e a vida eterna. Amém (DENZINGER, 1997, p. 31)

Em sua longa história, a Igreja se transformou profundamente de uma comunidade de crentes fervorosos e seguidores de Cristo, para uma instituição poderosa e secular que dominou a sociedade medieval européia em quase todos os seus aspectos. O Grande Cisma ocorrido em 1054 marcou o rompimento entre as igrejas do Ocidente (romana) e do Oriente (bizantina), ou entre o papa de Roma e o patriarca de Constantinopla. A luta para o estabelecimento de um único rebanho não poderia mais ser realizado.

As diferenças entre as duas Igrejas já se faziam sentir desde o século IV, e as causas eram múltiplas: desde as morais (casamento dos padres de Bizâncio, proibido para os de Roma) até as culturais (tradições greco-orientais, de um lado, romano-germânico, de outro) e as políticas (supremacia da Igreja ocidental sobre o poder temporal oriental) (RIBEIRO Jr. 1989, p. 61).

O Grande Cisma do Oriente foi antecedido por divergências teológicas desencadeadas no século IX entre Nicolau I (815-867), papa de Roma e Fócio I (820-886) patriarca de Constantinopla. Para os orientais a adição da cláusula *Filioque* (e do filho) ao credo niceno-constantinopolitano foi um grave erro cometido pela Igreja de

Roma. Essa cláusula diz respeito à natureza do Espírito Santo, que para Roma provinha do Pai e do Filho (*filioque*), mas, para Constantinopla provinha apenas do Pai. O impasse permaneceu por longa data até que em 1054, numa tentativa de reatar as relações canônicas, o papa Leão IX (1002-1054) enviou uma missão a Constantinopla. Miguel Cerulário (1000-1059), patriarca do oriente e o representante de Roma, cardeal Humberto não conseguiram entrar em acordo e o papa romano foi excomungado pelo patriarca de Constantinopla, marcando definitivamente o rompimento entre a Igreja Católica Apostólica Romana e a Igreja Ortodoxa Grega.

Outro episódio que também contribuiu para abalar o universalismo da Igreja foi o Cativo de Avignon que se encerrou em 1377 e havia transferido a sede da Igreja de Roma para a França. Isso desagradou severamente os ingleses, que viam suas riquezas serem expropriadas para aquele país, naquele momento, seu grande inimigo na Guerra dos Cem Anos⁴. Com Gregório XI e seu retorno para Roma, em 1377, chegou ao fim o cativeiro da Igreja na França. Entretanto, a morte de Gregório, no ano seguinte, daria nascimento ao grande Cisma do Ocidente. A cristandade europeia se dividiu em dois grandes partidos rivais: urbanistas e clementistas. Com Urbano ficou Inglaterra, Hungria, Portugal, Itália (exceto Nápoles) e mais os países escandinavos. Áustria, França, Castela, Aragão e Nápoles estavam ao lado de Clemente. Sobre esse episódio e suas consequências para a Igreja, relata Oswaldo Schüller:

É dispensável enfatizar os péssimos reflexos que essa terrível crise de universalidade do papado teria sobre o cristianismo. A angústia que se apossou da cristandade era propícia para ensejar reformas tendentes a um retorno à condição apostólica. A sociedade monástica e unitária sonhada pelos canonistas estava a esfacelar-se, liberando as consciências para a busca de novas direções e novas soluções (SCHÜLLER, 2003, p.45).

Ao universalismo religioso defendido pela herança de Pedro e seus sucessores em Roma, acrescentou-se o universalismo político patrocinado pela famosa doação de Constantino⁵. As pretensões de universalidade da Igreja foram se desfazendo na medida em que os Estados Nacionais iam aparecendo e se fortalecendo na Europa.

⁴ Série de conflitos ocorridos entre Inglaterra e França, que ficou conhecido na história como a Guerra dos Cem Anos entre 1337 a 1453.

⁵ (*Constitutum Donatio Constantini* ou *Constitutum domini Constantini imperatoris*, em latim) suposta doação do imperador Constantino I ao papa Silvestre I de propriedades na Itália e no estrangeiro, usado pela Igreja para justificar sua influência exercida na política medieval européia. Para a história da Igreja (ESTRADA, 2005; SUFFERT, 2001).

Gradualmente, algumas dessas novas e poderosas nações foram percebendo que a Igreja significava um entrave para seu futuro desenvolvimento e lutaram para limitar suas ações dentro de cada país. Boa parte da riqueza nacional era enviada para Roma em forma de tributos feudais, dízimos e doações que a transformaram numa poderosa suserana. Tudo isso exacerbava ainda mais um sentimento anti-romano, ou, anti-católico. Na medida em que os monarcas suseranos se transformavam em soberanos e unificavam politicamente seus domínios, aumentavam seu desejo de se livrarem das intervenções de Roma. Foi esse novo panorama político europeu que contribuiu para o sucesso da Reforma e ajudou Lutero e seus seguidores.

A luta contra os hereges conseguiu uma relativa harmonia doutrinária à custa de muitas vidas, debates e concílios, mas não foi suficiente para manter coesa toda a cristandade⁶. O domínio político que os sucessores de Pedro detiveram, trouxe consigo as resistências de todos aqueles que discordavam dos caminhos traçados pelos papas em nome de todos.

A venda de indulgências⁷, a simonia⁸, a vida desregrada do clero, o estado de ignorância dos quadros eclesiásticos, foram algumas das frentes que Lutero atacou para defender uma Reforma do cristianismo. A Reforma não foi mais do que o coroamento de longas batalhas pela diversidade na maneira de interpretar os ensinamentos de Cristo e suas consequências para a comunidade dos fiéis.

⁶ Aquele que professa uma doutrina contrária aos dogmas defendidos pela Igreja Católica.

⁷ É o perdão total ou parcial das penas temporais dos cristãos devidas a Deus pelos pecados cometidos. No século XVI, foi criticada por Lutero, pois eram concedidas mediante “auxílio financeiro” para a reconstrução da Basílica de São Pedro em Roma (LUTERO, 1517, p. 21-29)

⁸ É a venda de favores divinos e cargos eclesiásticos em troca de dinheiro. O nome origina-se de Simão Mago que aparece nos Atos dos Apóstolos tentando comprar de São Pedro os poderes advindos do Espírito Santo (ROPS, 1996).

3.2. OS PRECURSORES DA REFORMA

Entre os séculos XIII e XIV o exercício do poder por parte da Igreja de Roma apareceu com grande força e seu incrível sistema de julgamento influenciou inteiramente o governo da Inglaterra. Mesmo os responsáveis pela justiça do reino temiam os tribunais eclesiásticos, os parlamentares temiam seu poder, enquanto a Igreja, por trás da autoridade de seus concílios e decretos, desconsiderava o poder civil e confinava à excomunhão os que ousavam perturbar a sociedade. Além disso, as riquezas arrecadadas, sob diversos pretextos, excediam em quase dois terços o tesouro real, amealhada de forma sutil, inicialmente em apelos reiterados, mas que passaram a ter força de lei e obrigavam o pagamento pelos fiéis. Quando a Igreja se vinculou a questões de ordem material, homens como John Wicliff, começaram a questioná-la (LAHEY, 2009).

3.2.1. John Wicliff (1324-1384)

Esse reformador nasceu por volta do ano 1324 no reinado de Eduardo II. Seus pais o mandaram para o *Queens-College* em Oxford, então recentemente fundada. Descontente com essa instituição, Wicliff continuou seus estudos no *Merton-College*, onde se dedicou com grande afinco a estudar Aristóteles. A lógica de Aristóteles o cativou de tal forma que Wicliff se tornou um grande conhecedor desse filósofo. Com o seu bom senso, ele se desvencilhou da autoridade que a Igreja impunha a todos como forma de domínio cultural e passou a ter independência para criticar aquilo que acreditava errado em matéria de fé. Tomou os textos bíblicos e começou a analisá-los por sua própria conta, construindo para si um novo caminho que o tornou conhecido e reconhecido por seus contemporâneos como doutor evangélico.

Para Wicliff toda teoria que se pretende verdadeira deve ser julgada à luz das Escrituras, pois, é aí que toda verdade se encontra. Com base na Palavra de Deus contida na Bíblia, ele antecipou também as críticas que Lutero faria ao papado. “Para Wicliff, a autoridade da escritura fornecia as bases para a crítica da teologia eucarística, da hierarquia eclesiástica, da organização da Igreja, e da suposta autoridade do clero e das ordens religiosas” (SCASE, 2004, p. 19). O primeiro texto que o tornaria conhecido foi seu tratado contra a mendicância, escrito para combater os frades mendicantes que defendiam ser Jesus Cristo e seus apóstolos também mendicantes. Para ele a

mendicância de Cristo era diferente daquela praticada pelos frades, ele lembrava da obrigação que todo cristão tinha com o trabalho útil para o bem da sociedade.

A vida escandalosa dos clérigos foi atacada por ele, que estava decidido a não poupá-los. Esses clérigos, que diziam viver sob o manto do Evangelho haviam se degenerado de tal maneira de suas origens, que se tornaram uma vergonha para seus fundadores, segundo ele. A crítica feita por Wicliff contra os clérigos não havia chegado ainda ao campo doutrinário, seus argumentos eram sustentados contra as práticas do clero da Igreja e não ainda contra seus dogmas.

Protegido pelo Duque de Lancaster, quarto filho de rei Eduardo III da Inglaterra, Wicliff não foi aprisionado pelas forças de Igreja. O próprio papa havia enviado cinco bulas para a Inglaterra com o intuito de por fim às suas pregações. Das cinco bulas, as três primeiras foram enviadas para o arcebispo de Canterbury e o bispo de Londres, a quarta para a universidade de Oxford e a última para o rei. Com as bulas, enviadas aos bispos, o papa mandou cópias dos artigos hereges e requereu que aqueles prelados confirmassem pessoalmente se Wicliff esposava as doutrinas ali contidas. Em caso afirmativo, deveriam providenciar sua imediata prisão, que não foi acatada pelas autoridades inglesas. Não acostumado com a desobediência, o papa se viu diante de uma negativa por parte dos poderes civis e dos membros da universidade. Num momento de provável guerra com os franceses, o parlamento se viu diante da possibilidade de reter as rendas que seriam enviadas a Roma para custear sua força militar.

Para Wicliff não era preciso viajar para Roma ou Avignon afim obter uma decisão ou um conselho papal, desde que o Deus trino está em toda a parte, nosso papa é Cristo, afirmava o doutor evangélico⁹. Para ele a Igreja continuaria a existir mesmo se não possuísse um líder terreno. Foi convocado a um sínodo em Oxford onde defendeu suas ideias diante dos representantes da Igreja e como ainda gozava de grande apoio da Corte e do parlamento, os clérigos não conseguiram ambiente propício para sua condenação. Morreu em Lutterworth, no ano de 1384 e foi enterrado em solo cristão, por não ter sido considerado herege. Entretanto, em 1415, no Concílio de Constança, foi condenado herético e seus restos mortais desenterrados e queimados. Trinta e um anos após sua morte, a Igreja conseguiu expulsar de suas fileiras mais um homem que não se enquadrava em suas normas e não se dobrou diante de seu poder e hierarquia, John Huss.

⁹ Após 1378 a Igreja conviveu com dois papas simultaneamente. Um que se encontrava em Roma e outro que residia na cidade francesa de Avignon (ROPS, 1996).

3.2.2. João Huss (1369-1415)

João Huss nasceu perto de Praga, na Boêmia, por volta de 1369, numa vila chamada Hussinez. Seu pai era uma pessoa de poucas posses, mas, preocupou-se além do que era normal com a educação de seu filho. Em 1396 Huss recebeu o diploma de mestre de artes e, em seguida, de teologia. Em 1400, foi escolhido para ser o confessor da rainha e oito anos mais tarde, foi eleito reitor da Universidade de Praga. João Huss conheceu os escritos de Wicliff, principalmente aqueles contra a corrupção do clero e essas leituras o surpreenderam grandemente.

Huss passaria a criticar a má administração da Igreja e a vida deplorável e corrupta do clero, enquanto o povo sofria misérias sob o governo da primeira e a influência do segundo (GILPIN, 2010, p. 182). Um dos seguidores de Huss conseguiu de forma habilidosa mostrar ao povo os abusos do clero de maneira muito eficiente para a simplicidade e exiguidade de leitores daqueles tempos. Ele pendurou nas paredes da universidade dois grandes quadros, um simbolizando Cristo e seus apóstolos com toda sua humildade e modéstia; o outro, representando o papa e seus cardeais usando vestimentas caríssimas tal como os reis mais poderosos. Essas imagens eram de fácil entendimento e deixavam clara a diferença entre a Igreja de Jesus e seus discípulos, da Igreja do papa e seus cardeais. Esses recursos ajudaram em muito a difundir um descontentamento popular que se avolumava com os anos.

João Huss tornou-se um opositor declarado do clero da Boêmia e encontrou logo no arcebispo de Praga um grande inimigo, que ordenou a entrega de todos os textos de Wicliff para queimá-los. O fato de ser um homem iletrado agravou ainda mais as ações do arcebispo, pois, não podia ler o conteúdo dos livros que mandara destruir. Em retaliação, alguns seguidores de Huss queimaram a ordenação do arcebispo em praça pública. O arcebispo recorreu ao príncipe da Boêmia, Venceslau (1361-1419), que não se mostrou interessado pelos problemas religiosos enfrentados pelo alto representante da Igreja e se limitou a proibir a pregação de Huss na capela de Bethelém. Huss apelou ao antipapa João XXIII (1370-1419), que havia sucedido Alexandre V, mas o papa desinteressado pelas questões religiosas da Boêmia designou o cardeal de Columna para decidir o caso.

Huss foi convocado para se apresentar em Roma, mas foi excomungado pelo papa, considerando unicamente as acusações de seus inimigos. Sua popularidade, entretanto, aumentava a cada dia e entre seus seguidores encontravam-se pessoas das

mais altas classes sociais dispostas a segui-lo. Como a autoridade do papa parecia de pouco peso e o príncipe da Boêmia não se mostrava interessado no assunto, restou ao arcebispo apelar para o imperador. Em sua jornada para se encontrar com o imperador, o religioso caiu doente e morreu.

Huss foi banido de Praga pelo imperador e retornou à sua terra natal onde passou a maior parte do tempo escrevendo e onde elaborou seu famoso tratado: *Sobre a Igreja*, de onde seus adversários tiraram as acusações que o levariam à morte em 1415. É também dessa época seu ensaio intitulado: *Os seis erros*, que Huss fixou no portão da capela de Bethlem. Nesse ensaio ele escreve contra as seguintes questões: as indulgências; o abuso da excomunhão; a crença no papa; a ilimitada obediência paga em forma de taxas para Roma; a simonia e a transubstanciação do corpo de Cristo na missa (GILPIN, 2010, p. 179-180). Muito difundido na Boêmia, esse ensaio de Huss fez crescer ainda mais a animosidade popular contra o clero.

Alexandre V foi eleito papa em 1409 para encerrar o cisma que a Igreja Católica sofria por possuir dois papas. A promessa de desistirem do cargo de pontífice máximo da Igreja feita por Gregório XII (1326-1417) e Benedito XIII (1328-1423) não foi cumprida por eles. Deste modo, ao invés de dois papas, a Igreja então, passou a ter três papas: João XXIII, Gregório XII e Bento XIII. O Imperador Segismundo convocou um concílio em Constança para tentar resolver esse problema. Neste Concílio foi solucionado o Grande Cisma do Ocidente e buscou-se também, remédio para as desordens na Igreja, ou seja, a heresia de Wicliff. Seus livros foram queimados e seus ossos desenterrados e jogados na fogueira.

O prestígio do papado sofreu uma queda aos olhos da Europa e da qual nunca mais se recuperou. À medida que o sentimento de nacionalidade foi se fixando na Europa e os países começaram a se firmar em grandes estados nacionais absolutistas, o papa passou a ser visto cada vez mais como um príncipe italiano, com poderes temporais, deixando de ser o juiz imparcial que julgava todas as questões da vida.

Convocado a se apresentar no Concílio, Huss deixou a cidade de Praga e tendo viajado pela Alemanha, era recebido com grande respeito e admiração pelo povo, de modo surpreendente para ele. Em Constança, tudo estava planejado para sua condenação, de modo que o salvo conduto dado pelo imperador não foi acatado pelas autoridades religiosas do Concílio, que o fizeram prisioneiro. John Huss foi acusado de negar a transubstanciação do corpo de Cristo na missa, defender e divulgar as ideias perniciosas de Wicliff entre outras dezenas de acusações.

Em cinco de julho de 1415, foi proferida a sentença dada pela Igreja a John Huss, que foi expulso e condenado como herético. Teve que abdicar da sua investidura eclesiástica e depois entregue ao poder secular para a execução da pena. Huss foi condenado à fogueira como seguidor de Wicliff e como inimigo da verdadeira fé. O grande problema de Huss foi ter difundido alguns princípios da doutrina de Wicliff na Boêmia e ter sido um crítico contumaz dos abusos do clero. Para Huss, bem como para seu discípulo, Jerônimo de Praga a Igreja da Boêmia era a autêntica Igreja e se diferenciava de Roma e de todas as outras Igrejas espalhadas pelo mundo que estavam muito distantes do modelo apostólico (FERNÁNDEZ, 2007).

As pregações de John Huss no século XV, não incomodaram apenas a Igreja, elas tinham um caráter nacionalista frente à dominação dos alemães na Boêmia de seu tempo. Mesmo conseguindo o salvo conduto do imperador, àquela altura ele já havia granjeado poderosos inimigos: os alemães, as autoridades eclesiásticas e as autoridades laicas, e foi executado na fogueira em 6 de julho de 1415. Para os tchecos, John Huss foi um mártir e um herói de sua terra natal contra a Igreja oficial e a dominação germânica.

3.3. OS REFORMADORES DO SÉCULO XVI – *SOLA SCRIPTURA*

A Reforma iniciada por Lutero em 1517, quando divulgou suas noventa e cinco teses, marcou o coroamento de antigas lutas ocorridas no interior da própria Igreja para um “retorno aos padrões originais”. As críticas feitas por ele já haviam sido elaboradas por John Wicliff (1324-1384) e John Huss (1369-1415), nos séculos anteriores.

3.3.1. Martinho Lutero (1483-1546)

A Reforma do século XVI esteve mesclada aos interesses políticos e econômicos dos príncipes alemães, que apoiaram Lutero em suas críticas contra o domínio de Roma nos seus territórios. A ruptura com a Igreja podia significar também, mais liberdade política para príncipes e autoridades, não somente da Alemanha, mas, também de outros países da Europa. Era costume na Idade Média, desde a união da Igreja com os francos e o coroamento de Carlos Magno, o papa consagrar os governantes para enfatizar a origem divina de seu poder, em contrapartida, deviam obrigações, proteção e obediência a Roma¹⁰.

Os questionamentos teológicos apresentados por Lutero não foram revolucionários, nem originais, entretanto, encontraram um ambiente político favorável para seu êxito. O retorno a uma Igreja primitiva aos moldes apostólicos já havia sido defendido no segundo século de existência do Cristianismo (ESTRADA, 2005). Desse modo a Reforma do início dos tempos modernos, foi apenas o coroamento das constantes lutas internas que ocorreram na Igreja desde seu nascimento.

Martinho Lutero nasceu em Eisleben, na Alemanha em 10 de novembro de 1483. Em julho de 1505 já com quase 22 anos, Lutero ingressou no mosteiro dos agostinianos em Erfurt para iniciar sua carreira eclesiástica, embora seus pais desejassem que fosse advogado. Em 1512, Lutero obteve o título de doutor em teologia. Sua preocupação com a salvação, que o fazia cursar a carreira eclesiástica e sua

¹⁰ O reino franco dominou a região que mais tarde se tornaria a França e a Alemanha que hoje conhecemos. O papa Estevão II apoiou Pepino, o Breve, em 751 a assumir o trono dos francos, destituindo o último rei da dinastia dos merovíngios. Para retribuir o favor, Pepino comandou uma expedição contra os Lombardos que ameaçavam Roma e a Igreja. As terras tomadas dos lombardos foram doadas à Igreja formando o chamado: **Patrimônio de São Pedro**, base de suas futuras propriedades (FRANCO JÚNIOR, 2002).

incapacidade de cumprir tudo aquilo que a Bíblia ensinava, dava a Lutero um profundo sentimento de impotência que iria marcar profundamente sua teologia. Embora tentasse de todas as formas ser um verdadeiro cristão, Lutero reconhecia que o pecado presente nele era maior do que suas forças (ROPS, 1996).

Sua teologia se fundamentava nos princípios da *Sola Fides, sola gratia, sola scriptura*, ou seja, somente pela graça de Deus e fé nas Escrituras é que o homem podia sonhar com sua salvação. Lutero atacou a hierarquia da Igreja, começando pelo papa, para ele a única autoridade legítima da Igreja era o ensino deixado por Deus na Bíblia e não um homem falível e imperfeito. No relacionamento com Deus, o homem não precisava de intermediários, pois todos os crentes são sacerdotes e precisam conhecer os textos bíblicos para sua salvação, segundo ele. Sacerdócio Universal de todos os fiéis, autoridade máximas das Escrituras e salvação somente pela fé foram o pilares da teologia luterana.

Lutero chamou a atenção do mundo quando questionou a venda de indulgências durante o pontificado de Leão X (JOHNSON, 2003). Ele tocou em questões muito delicadas e que mexiam com muitos interesses financeiros da poderosa casa dos Hohenzollern, que ansiava por dominar a Alemanha. Alberto de Brandemburgo (1490-1545) um dos membros dessa casa já possuía duas sedes episcopais e desejava o arcebispado da Mogúncia, o mais importante da Alemanha na época. Leão X aceitou conceder o arcebispado em troca de dez mil ducados, uma quantia fabulosa, por isso aceitou que Alberto proclamasse uma grande venda de indulgências pela Alemanha sob o comando de João Tetzel (1465-1519). Desse acordo o papado ficaria com a metade das rendas adquiridas com a venda de indulgências para terminar a tão sonhada catedral de São Pedro, em Roma (GONZÁLES, 1994).

Lutero foi convocado a comparecer na dieta de Augsburg em 1530 para dar esclarecimentos sobre seus escritos e se retratar diante das autoridades papais presentes no evento. Surpreso pelo apoio recebido de alguns príncipes alemães, Lutero apelou para que o acusassem diante das Sagradas Escrituras e se em algum ponto tivesse ensinado algo contrário ao que continha a Bíblia, então ele se desculparia diante das autoridades, mas caso isso não acontecesse, dizia ele, não havia do que se desculpar. Nessa inesperada e surpreendente atitude, Lutero deixou claro sua ideia de autoridade máxima das Escrituras, em oposição à autoridade requerida pelo papado. Temendo por sua vida diante da cólera das autoridades clericais lideradas pelo cardeal Cajetano,

Lutero fugiu durante a noite e ficou sob a proteção de Frederico III (1463-1525), o sábio, príncipe eleitor da Saxônia.

Martinho Lutero foi excomungado pelo papa e também rompeu com o Império, muito embora tivesse uma visão diferente na questão teológica, seu posicionamento político podia ser considerado conservador. Ao contrário dos ataques feitos contra a hierarquia eclesiástica e a legitimidade da autoridade papal, não questionou os poderes civis constituídos. Escreveu textos exortando aos pais para enviarem seus filhos à escola e para que as autoridades mantivessem escolas sob seus cuidados, para a formação de uma sociedade mais educada e cristã. Lutero classificava a educação como a principal missão de pais e autoridades.

De que nos valeria se, no mais, tivéssemos e fizéssemos tudo e fôssemos todos santos, mas deixássemos de fazer aquilo que é a razão principal de nossa existência: a educação da juventude? Em minha opinião, nenhum pecado exterior pesa tanto sobre o mundo perante Deus e nenhum merece maior castigo do que justamente o pecado que cometemos contra as crianças, quando não a educamos (LUTERO, 1995a, p. 307).

Nos locais onde a Igreja Católica foi atingida pela disseminação do protestantismo e com isso, teve suas rendas dilapidadas, a educação também recrudesciu. “As universidades de Erfurt, Leipzig e outras estão aí abandonadas, bem como várias escolas fundamentais. É uma tristeza! A pequena Wittenberg tem que dar conta do recado quase sozinha (LUTERO, 1995b, p. 344). O ensino das línguas era essencial para Lutero, pois, dizia ele: “Não conseguiremos preservar o Evangelho corretamente sem as línguas” (LUTERO, 1995a, p. 312). O ensino correto da Palavra carecia de conhecedores de grego, latim e hebraico sem os quais muitos dos ensinamentos bíblicos permaneceriam mal compreendidos. Lutero traduziu a Bíblia para o alemão, que serviu de base para a constituição do alemão moderno, demonstrando sua preocupação em disponibilizar o máximo possível o conhecimento de Deus para o povo comum.

Lutero morreu em 1546, deixando atrás de si uma torrente de ideias que atormentaram as mentes de seu tempo e levou ao rompimento da hegemonia católica na Europa, fazendo surgir o protestantismo nos seus diversos ramos como o luteranismo e o calvinismo. A hegemonia da Igreja Católica foi quebrada, bem como o pensamento de que fora da Igreja não havia salvação foi em muitos lugares substituído pela afirmação

de que a salvação podia ser alcançada por meio da fé na Palavra de Deus, ou seja, na Bíblia.

3.3.2. João Calvino (1509-1564)

Teólogo francês, João Calvino ocupa lugar de destaque dentre os grandes nomes da Reforma Protestante. Escreveu obras importantes para o pensamento reformado como sua *Instituição da Religião Cristã* (*Christianae Religionis Institutio*), que simbolizou a maturidade alcançada pelo protestantismo. Sua obra-prima deu coerência e unidade a uma teologia que nasceu de Lutero, mas que se desenvolveu sob as penas de Calvino. Por meio de sua extensa literatura no campo teológico e de suas ações no campo da educação reformada, com a fundação da Academia de Genebra, muitos dos protestantes que fugiam de seus países e buscavam refúgio na cidade, absorviam seus ensinamentos e tão logo voltavam para seus lares levavam as ideias e as práticas aprendidas na Suíça. Dessa forma o calvinismo e a cidade de Genebra, na época de Calvino foram o centro de onde irradiava o pensamento reformado e alimentava o protestantismo.

João Calvino, filho de Gérard Cauvin e Jeanne Lefranc, nasceu em 1509 na cidade de Noyon na França, onde permaneceu até completar 14 anos. Seu pai foi secretário de Charles de Hangest, bispo de Noyon e era também amigo dessa importante família. Estudou as primeiras letras com os filhos da aristocracia local, como afirma McNeill: “com os Hangest ele recebeu instrução de tutores particulares; e frequentou com eles o Collège des Capettes, um colégio para meninos de Noyon” (McNEILL, 1967, p. 94). Em 1523 mudou-se para Paris para prosseguir seus estudos, iniciando no Collège de la Marche, onde estudou francês e latim com o famoso professor Marthurin Cordier (1479-1564). Depois de três anos transferiu-se para o Collège Montaigu, onde também o famoso Erasmo de Roterdã (1466/69-1536) e François Rabelais (1483-1553) estudaram. Em 1528, Calvino foi para Orleans estudar leis com o jurista Pierre l'Étoile e em 1532 se tornou bacharel em direito.

Calvino precisou fugir da França, que já não era um local seguro para aqueles que eram simpáticos às ideias reformistas que vinham da Alemanha. Em 1533, após o discurso do novo reitor da Universidade de Paris, Nicolas Cop, que criticou as perseguições contra os que aceitavam um retorno aos Textos Sagrados e citando Erasmo, cujas obras foram banidas pela Universidade Sorbonne, foi perseguido como um dos mentores desse texto. Calvino só conseguiu fugir da França com a ajuda de

amigos e disfarçado de camponês. Da França, Calvino foi para a Basileia onde escreveu a primeira versão de sua Instituição, dirigida ao rei francês Francisco I, na esperança de convencê-lo da verdade defendida pelos protestantes. De Basileia, Calvino foi para Genebra onde foi convencido por Guilherme Farel (1489-1565) a ficar na cidade para consolidar a Reforma, que carecia de um bom líder. Calvino passaria quase todo o resto de sua vida e transformaria Genebra no grande centro irradiador da Reforma para o restante da Europa.

O calvinismo não é somente um sistema teológico completo em que as doutrinas estão tão profundamente interconectadas que ou se rejeitam todas ou se aceitam todas, mas também é uma completa biocosmovisão que determina para o calvinista o ponto de partida para toda sua reflexão e sua vida prática, que determina enfim as diretrizes pressuposicionais de qualquer área da vida e do pensamento humanos. Calvino não visava em sua obra meramente a uma reforma doutrinária e a uma reforma da vida da igreja, mas também a transformação de toda a cultura humana em nome de Jesus e para a glória de Deus (GOUVÊA, 2000, p. 120).

O calvinismo contribuiu para que a religião, a ciência, a filosofia, a natureza e o trabalho passassem a ser vistos com mais atenção pelos cristãos, pois, dizia Calvino, tudo era obra de Deus. A luta contra a hegemonia católica não resultou num processo de laicização do Estado diretamente, pelo contrário, os reformadores pensaram uma sociedade ainda mais sacralizada, com o controle da Igreja. Os homens estariam sob o domínio da religião em todos os afazeres diários, pois, seriam orientados a agir em tudo para a glorificação de Deus. Os resultados, sobretudo do calvinismo, foi a criação de uma visão de religião que incentivava o conhecimento e a produção científica para auxiliar na efetivação de um mundo mais devoto e reconhecido dos favores divinos.



CATEDRAL DE SAINT GILES – EDIMBURGO – ESCÓCIA (arquivo pessoal – 11-06-2010).

3.4. REFORMA PROTESTANTE NA ESCÓCIA, MOMENTOS DE TENSÃO.

Para analisar a Reforma na Escócia como em qualquer outro lugar da Europa, é necessário considerar as reações que os homens tomariam em relação a Roma, influenciados pelas mudanças ocorridas nos últimos três séculos. O sentimento que pairava no ar era de que a época da fé inquestionável havia passado e que a Igreja existia por tolerância como parte necessária da ordem social (TREVOR-ROPER, 2007). É somente nesse contexto de sentimento nacionalista que podemos atribuir o verdadeiro valor para as várias forças que finalmente elaboraram o fim da hegemonia da Igreja Católica na Escócia (BROWN, 2007).

A partir das mudanças ocorridas no plano político de consolidação dos interesses nacionais, a Escócia veria que suas relações diplomáticas, que funcionavam na Idade Média, já não seriam suficientes. Seu destino estava ligado a dois países em especial: Inglaterra e França. Era preciso escolher entre os dois seu parceiro natural, pois, sua soberania corria sério risco, e pensar no seu desenvolvimento interno. Com a consolidação da França e pela união da Espanha e o Império sob Carlos V, tornou-se urgente para o rei inglês fortalecer-se por meio de um entendimento definitivo com o povo da Escócia, que após a batalha de Flodden tornou-se vassala da França. Na sua escolha entre a Inglaterra e a França, a Escócia precisava considerar os rumos de sua escolha religiosa. James V, por sua própria vontade e pela inspiração de seus conselheiros, tinha a predileção de seus pais pela França e duas vezes havia escolhido rainhas daquele país. A França exercia um controle no conselho da Escócia, o que incitava muitos escoceses a olhar para a Inglaterra como um aliado desejável contra os interesses franceses. Em muitos nobres cresceu um sentimento de que a Inglaterra e não a França deveria ser o aliado natural.

A Reforma na Inglaterra foi fator determinante para o sucesso da Reforma na Escócia. A corrupção da Igreja na Escócia era semelhante ao que ocorria no continente e foi alvo de protestos e de ridicularização. Um Conselho Provincial que se reuniu em Edimburgo, em 1549, confessou que as raízes e causas de todos os problemas da Igreja era o comportamento corrupto e a profana obscenidade dos eclesiásticos de quase todos os níveis, juntamente com sua crassa ignorância em relação às letras e à cultura (BROWN, 2007). A maior crítica, entretanto, feita por católicos e protestantes, era a distribuição de seus benefícios. De acordo com John Major, a maior autoridade em tal assunto, a grande extensão das paróquias do país era a maior fraqueza da Igreja

escocesa, o que afetou seriamente a devoção de seus fiéis e no século XVI quando o fervor havia morrido na maioria dos clérigos que negaram provisões religiosas para largas parcelas da população. Isto deixou o terreno livre para a recepção das novas ideias. Em comparação aos recursos do país, o clero escocês era o mais rico da Europa e o contraste entre sua profissão de fé e a vida luxuosa que vivia, causava uma impressão na mente popular.

Antes da Reforma, a Igreja ainda detinha muito poder e conseguia aprovar leis que pudessem combater os heréticos e fazer com que os reis, ao serem coroados, jurassem lutar contra todo tipo de heresia. Assim foi feito com os lolardos, que sofreram ataques dos poderes constituídos não só por ser um movimento religioso, mas, também por apresentar características de um movimento político, tanto quanto religioso (BROWN, 2007). Os lolardos foram uma força na Escócia e abriram caminho para o pensamento de Lutero, que chegava do continente.

A Reforma Protestante na Escócia ocorreu em consonância com o que vinha se desenvolvendo no continente e foi também o resultado da disseminação do pensamento humanista e renascentista que ganhou força entre os intelectuais europeus. Com os autores renascentistas, estudiosos dos antigos textos clássicos, surgia uma nova mentalidade que pouco a pouco estava minando o pensamento medieval. O Renascimento retomou os ideais clássicos e recuperou a importância dos escritores gregos para cultura ocidental. O retorno aos clássicos, ou às fontes, foi um método de investigação que adentrou pelas portas da Igreja e atingiu alguns de seus membros mais inquietos. Com essa nova mentalidade os teólogos reconheceram a importância de se buscar diretamente nos textos sagrados os fundamentos do cristianismo. Essa busca solidificou a crença de que a fé devia estar baseada nos ensinamentos e na vontade de Deus (*sola scriptura*) e não nos decretos humanos.

Para além das semelhanças encontradas nos diversos países em que a Reforma se instalou, quando reconhecemos a influência intelectual do humanismo, mesmo que indiretamente, é mister salientar, entretanto, que em cada um deles esse evento se deu de forma diferente, especialmente quando analisamos outros aspectos como o político e o econômico. Embora estivesse muito próxima da Inglaterra, a Reforma na Escócia seguiu rumos muito diferentes daquele trilhado pelos ingleses para abalar o poder da cúria papal. “Lá (Escócia) a Reforma não foi nem controlada nem comandada pela autoridade da Coroa, mas foi iniciada e assegurada em desafio a ela: uma Reforma (de baixo) mais do que uma Reforma (do alto)” (MASON, 1998, p. 155).

O Protestantismo na Escócia também teve seus precursores. O padre inglês simpático aos conceitos de Wycliff, James Resby foi queimado na cidade de Perth em 1407. O próprio Knox citou em sua obra: *História da Reforma na Escócia (History of Reformation in Scotland)*, o físico tcheco e missionário hussita Paul Cwarar que foi condenado à morte em Saint Andrews no ano 1431, lamentando o estado de escuridão que o país ainda vivia no tempo de Jaime I. Um inquisidor foi então nomeado para perseguir os lolardos e ele provavelmente encontrou muitos deles. Em 1494 um grupo de trinta, da cidade de Ayrshire foi levado diante do rei Jaime IV para se explicar, mas foram libertados. Em 1520 Murdock Nisbet, um lolardo escocês, reproduziu para um escocês mais explícito o Novo Testamento de Wycliff, que permaneceu sem impressão até 1901. Foi somente após o Novo Testamento de Tyndale em inglês ter alcançado a Escócia em 1526, que o Protestantismo Escocês se tornou um movimento (McNEILL, 1967).

Patrick Hamilton foi outro mártir apresentado por Knox em sua obra. Filho de um nobre cavaleiro, conheceu as concepções de Lutero quando foi estudante em Wittenberg, na Alemanha, onde “pela providência divina, ele se familiarizou com aqueles iluminados e notáveis servos de Cristo, daqueles tempos, Martinho Lutero, Filipe Malanchton e Francisco Lambert” (KNOX, 2004, p. 15). Mais tarde estando em Saint Andrews, foi convocado a se explicar diante do arcebispo James Beaton. Hamilton fugiu para o continente onde publicou um conjunto de artigos luteranos em Marburgo em associação com François Lambert, chamados: *Loci communes*. Esses artigos foram traduzidos para o inglês pelas mãos de um amigo de Tyndale de nome John Frith e ficaram conhecidos como: *Patrick's Places*. Hamilton decidiu voltar para a Escócia e corajosamente se pôs a pregar em sua terra natal. Em Kencavel ele recebeu uma intimação de Beaton para comparecer em Saint Andrews, onde foi preso e queimado na fogueira sob os olhos do cardeal, em 27 de fevereiro de 1528.

James Beaton foi substituído por seu sobrinho David Beaton em 1539, um político talentoso que usava de seus dotes para manter os laços com a França e com Roma. Em sua busca para combater o protestantismo, Beaton faz mais uma vítima, agora George Wishart, um antigo professor da Academia de Montrose, a primeira escola na Escócia a ensinar o grego. Acusado de ensinar o Novo Testamento em grego, Wishart fugiu para a Inglaterra e depois para a Suíça. Ele traduziu para o inglês a Primeira Confissão Suíça e foi um zwingliano em sua concepção de Reforma. Retornou para a Escócia onde pregou em Montrose, Dundee e partes de Ayrshire, foi capturado

perto de Haddington pelo conde de Bothwell. Entregue para o cardeal Beaton, foi assassinado em 1546.

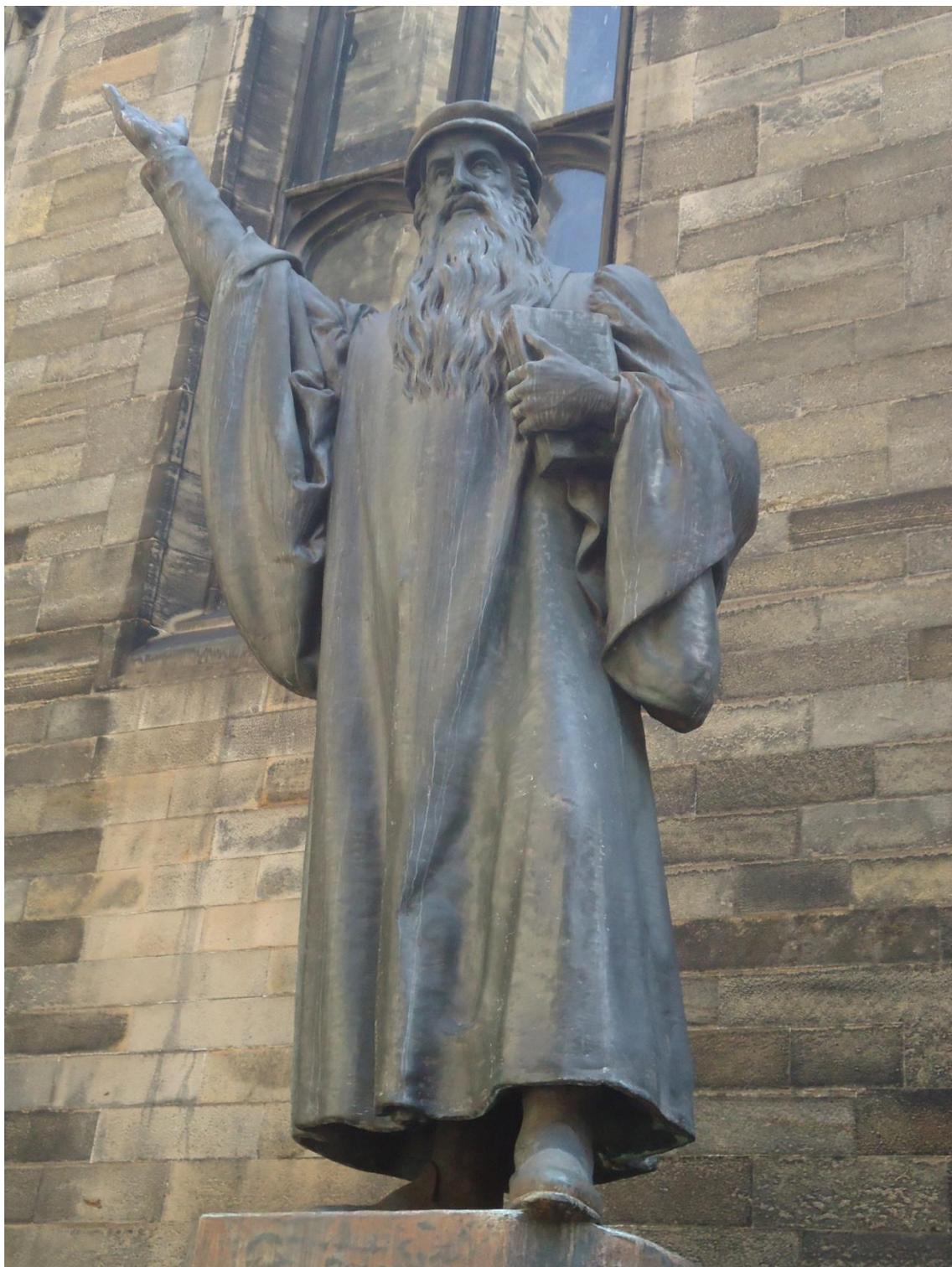
Um grupo de nobres simpatizantes de Wishart e adeptos das ideias defendidas por ele invadiram o castelo de Beaton em Saint Andrews e assassinaram o cardeal. Em 1547, Knox e seus pupilos se juntaram ao grupo que ocupava o castelo desde a morte do cardeal e, após serem capturados pelas tropas francesas, foi capturado e mantido prisioneiro nas galés francesas por dezenove meses. Knox ficou na Inglaterra entre 1549 e 1553 onde foi pregador em Berwick e Newcastle, até que Maria Tudor assumisse o trono inglês forçando-o a abandonar o país em direção ao continente. Ele se tornou ministro da congregação dos exilados ingleses em Frankfurt e Genebra.

Em 1555 em sua visita secreta à Inglaterra e Escócia, Knox realizou pregações inflamadas para o estabelecimento da Reforma religiosa no país. Retornou para Genebra no ano seguinte de onde sairia três anos mais tarde, em 1559 para liderar a luta contra o catolicismo na Escócia. Os nobres membros da Congregação, liderados pelo duque de Argyll e seus filhos, elaboraram um documento em 1557, comprometendo-se a manter, expor e estabelecer a mais pura Palavra de Deus em suas terras. Os lordes membros dessa congregação procuraram temporizar com a rainha regente Maria de Lorraine até a ascensão de Elizabeth em novembro de 1558, que tornou a Inglaterra subitamente numa aliada mais interessante do que a França, apenas potencialmente huguenote (CAMERON, 1991).

O casamento de Maria Stuart, rainha da Escócia com o herdeiro do trono francês, acentuou os problemas internos do país, bem como as preocupações da Inglaterra, que temia que o país se tornasse uma província francesa. O fortalecimento do catolicismo pela aliança com a França não interessava à Congregação dos nobres que aderiram à Reforma, nem tampouco aos ingleses. Em Perth, Knox pregou contra a idolatria inflamando o povo que se amotinou e invadiu igrejas depredando e destruindo tudo à sua frente. Tentando retaliar e derrotar os rebeldes, a rainha regente foi surpreendida por reforços protestantes vindos do oeste, obrigando-a a se retirar para Dunbar. Em 21 de outubro de 1559 a rainha regente foi deposta.

Com o Tratado de Berwick assinado em 27 de fevereiro de 1560 entre Châtelherault (reconhecido pelo Parlamento como o governante na ausência de Maria Stuart) e Norfolk representante do governo inglês, ficava estabelecido o acordo de ajuda militar da Inglaterra para a Escócia. Com um exército anglo-escocês as tropas francesas foram expulsas do país que passou a ser governado pelos protestantes reunidos no

Parlamento pela primeira vez no dia primeiro de agosto de 1560. A Confissão de Fé foi aprovada por esse Parlamento no dia 17 de agosto. Todos os atos que estavam em desacordo com a Confissão de Fé (Protestante) foram anulados, os sacramentos foram reduzidos a dois, e a celebração da missa foi proibida, oficialmente a Escócia tornara-se um país não católico.



ESTÁTUA DE JOHN KNOX – FACULDADE DE TEOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE EDIMBURGO (Arquivo pessoal – 10-06-2010)

4. JOHN KNOX (1513-1572) VIDA E OBRA DO REFORMADOR ESCOCÊS

John Knox nasceu em 1513, o nome de seu pai era William, pouco se sabe sobre Knox e sua família. O que é certo vem das informações do próprio Knox em sua **História da Reforma na Escócia**, onde ele afirma a vassalagem de seus antepassados ao conde de Bothwell na vizinhança de Haddington. Sobre sua mãe, tudo o que se pode dizer era que se chamava Sinclair.

Os registros sobre a educação na Escócia antes da Reforma eram bem escassos, mas pelo famoso ato de Jaime IV, de 1496, ordenando que todos os burgueses e proprietários enviassem seus filhos mais velhos para a escola até que eles aprendessem um “perfeito latim”, demonstra que havia a possibilidade de isso acontecer por meio da existência de escolas nas diversas cidades escocesas. As escolas eram de duas modalidades, escolas da igreja e escolas da cidade, entretanto, mesmo nas escolas mantidas pelos burgos, o controle da igreja era evidente. Os professores eram quase exclusivamente eclesiásticos e frequentemente combinavam sua função de professor com as obrigações religiosas em suas igrejas ou catedrais. Os alunos eram formados também para a carreira eclesiástica. A distinção entre educação elementar e secundária estava claramente definida nas escolas anteriores à Reforma. Os assuntos na qual ele poderia ter recebido instrução eram os elementos da lógica, ciência e aritmética, mas acima de tudo, o latim.

Knox estudou em Saint Andrews, universidade mais próxima de sua casa, a mais antiga e mais famosa da Escócia. A escolha de Saint Andrews se deu provavelmente pela presença do mais famoso professor da época: John Major. Desde a fundação das universidades de Saint Andrews (1412), Glasgow (1451) e Aberdeen (1494) o número de escoceses que iam para o exterior estudar diminuiu gradativamente. Para aqueles que iam estudar no estrangeiro, a universidade de Paris era quase que exclusivamente a preferida e entre as grandes universidades, ela era a que menos influência sofreu do novo espírito que estava transformando os ideais intelectuais da Europa.

Ele parece ter demonstrado grandes habilidades em seus estudos universitários a ponto de conseguir se ordenar padre antes da idade canônica mínima exigida de 24 anos. Somente o rei Jaime IV tinha obtido a permissão de designar seu filho ilegítimo arcebispo de Saint Andrews, o primaz da Escócia, com a idade de dois anos. Enquanto completava seus estudos com Major, Jaime V conseguiu junto ao Papa a designação de

abades para três de seus bastardos nos mosteiros mais ricos da Escócia. O que Knox pedia era mais modesto e foi concedido. Ele foi ordenado padre em 1536 (RIDLEY, 1968).

A concepção de vida de Knox era essencialmente medieval, ou seja, a ideia de que todo o esforço e experiência humana estavam relacionados com o sobrenatural. Ele fez da religião um corpo de dogmas abstratos nos quais exercitava seu intelecto com a mesma profunda consideração para com as regras da dialética. Para ele, como para todos os reformadores de seu tipo, os estudos seculares eram valorosos na medida em que eles serviam para a apreensão prática da verdade divinamente revelada (BROWN, 2007, p. 29).

Entre 1522 e 1545 pouco se sabe da vida de Knox. Ele mesmo fez questão de não mencionar em sua obra *History of the Reformation in Scotland*, que é, na verdade, sua própria biografia. Isso se explica pelo fato de que ainda nesse período estava ligado à antiga Igreja e que achou por bem esquecer esses anos de submissão a uma instituição que ele próprio iria condenar anos depois. Por meio de alguns documentos, entre eles, um escrito pelo próprio Knox, deduz-se que até 1543 ele estava ligado à Igreja de Roma por meio de seus ofícios sacerdotais.

Desde o ano 800, quando Carlos Magno foi coroado imperador dos romanos pelo papa Leão III, a Europa reconhecia o papado como primado importante para a vida coletiva e individual, tal como o sol no curso da natureza. Concebido dessa maneira, o poder da Igreja fundamentava todas as relações humanas. Era por meio da consagração da Igreja que se formavam as famílias. A Igreja definia as relações entre governantes e seus súditos e ainda, era a suprema corte de apelo para questões relativas ao destino e à vida humanas (BROWN, 2007, p. 32). Esse poder, no entanto, começou a declinar a partir do século treze quando começam a surgir muitos protestos, conscientes ou não, contra o sistema centralizado da Igreja de Roma.

Joaquim de Fiore foi considerado por Knox como o predecessor de todos os movimentos que surgiram no século XIII como os *Beguins*, *Beghards*, *Fratricelli*, *Flagellants*, *Lollards*, *Apostolic Brethren*. O então chamado “Evangelho Eterno” (*Eternal Gospel*), associado com o nome do monge calabrês, foi uma séria ameaça para a Igreja medieval durante os séculos treze e quatorze. Na Escócia não foi diferente, pois lá também se encontravam vários representantes dessa “revolução” ainda impedida pela Igreja. Podem ser destacados nomes como o de Michael Scott. Simultaneamente, a decadência da escolástica e o retorno da antiguidade grega e romana, modificaram as

perspectivas dos homens para novos ideais e forneceram materiais que foram importantes para alimentar e impulsionar a vida intelectual. A própria Renascença foi conduzindo o homem para os mais altos ideais em religião, o que deu um impulso importante para a realização da Reforma.

Knox aparece como “mestre” de Willian Brounefield, filho de Stephen Brounefield, de Greenlaw. Em Samuelston, Knox também aparecia agindo como tutor de alguns jovens que vinham até ele para aprender. Como havia uma pequena capela em Samuelston, como era comum na época na Escócia e em outros lugares, Knox acumulou as obrigações de capelão e instrutor da juventude (BROWN, 2007, p. 59). Ele também aparece nesses documentos exercendo o ofício de Notário Apostólico na diocese de Saint Andrews, uma testemunha de seu caráter e de sua habilidade prática. O ofício de notário variava em importância nas diferentes partes da cristandade, mas em qualquer lugar, a confiança depositada neles requeria que fossem homens de inteligência, educação e probidade. Por uma lei do Parlamento da Escócia de 1469 foi declarado que os notários seriam ordenados pelo rei e não pelo imperador e foi sugerido que eles deviam ser examinados diante de seus bispos se certificarem de sua fé, boa fama, ciência e habilidade ou aptidão para o ofício (BROWN, 2007, p. 60).

A vida de Knox deve ser entendida dentro de um contexto de guerra religiosa e política, que dividia a Escócia entre os partidários da Inglaterra (simpatizantes das ideias protestantes) e aqueles que queriam uma aliança com a França (os católicos). O maior inimigo dos protestantes foi o Cardeal Beaton, que dominava a política escocesa e foi o responsável pela morte de Wishart. Os protestantes, para vingar a morte de Wishart acabaram assassinando o cardeal Beaton e Knox, como associado ao “partido” protestante, foi perseguido e preso nas galés francesas. O sucessor de Beaton, John Hamilton empenhou-se em capturá-lo este passou a mudar de residência constantemente para não ser pego pelas forças católicas. Ele pensou em deixar o país e ir para a Alemanha, mas foi impedido pelos lordes, pais de seus alunos, que não abririam mão da educação de seus filhos e dos seus serviços. No castelo de Saint Andrews, refúgio dos assassinos de Beaton, cercados por tropas do regente Arran, o reformador escocês foi convidado a se juntar a eles.

Knox juntou-se a essa assembleia na Páscoa do ano de 1547, dez meses depois do assassinato do cardeal Beaton. Presos no castelo pelas forças de Arran e depois cercados pelos franceses pelo mar, os rebeldes nunca receberam a ajuda prometida pelos ingleses, sua única chance de saírem do castelo. Em sete de agosto de 1549, as galés

francesas partiram para a costa da Normandia carregados com os espólios do castelo e com 120 prisioneiros a bordo.

Knox tornou-se prisioneiro das galés francesas por dezenove meses, pois era costume na França utilizar “heréticos” nos trabalhos forçados em suas galés, tanto que ainda no século XVIII o governo de Luís XIV, enviou centenas de huguenotes para os navios franceses. De quatro a seis escravos eram acorrentados em bancos fixos, onde trabalhavam durante o dia e se ajeitavam durante a noite totalmente expostos às intempéries durante todo o ano. O responsável pelos escravos chamado *comite*, andava da popa à proa com um chicote açoitando aqueles que se atrasassem em seu trabalho. Os alimentos dos escravos eram biscoitos e um tipo de mingau feito de óleo e feijão. Ele se referiu a esse período de sua vida como um pesadelo de vergonha e sofrimento.

Em uma ocasião em que a galera francesa aportava na Escócia entre Saint Andrews e Dundee, um de seus companheiros de remo apontando para a terra perguntou a ele se reconhecia aquelas terras. Knox respondeu que sim e que haveria de pregar a glória de Deus naquelas terras antes da sua morte. Ele reconhecia em si a posse do dom da profecia e a certeza inabalável de que era portador da mensagem divina, tornava-o forte e confiante. O que o capacitou a cumprir seu trabalho foi a sua combinação de zelo profético com um senso prático que nunca ignorou a realidade das coisas. Com as mudanças políticas ocorridas na época, ele pôde ser libertado entre fevereiro e março de 1549. A ascensão de Eduardo VI da Inglaterra aproximou-o da França e entre os conselheiros de Eduardo haviam aqueles que eram favoráveis aos prisioneiros de Saint Andrews (BROWN, 2007).

Liberto do cativo, Knox, entretanto, pelos próximos dez anos não pôde retornar com segurança a seu país. A Escócia não era ainda um ambiente favorável ao seu pensamento, mas ele jamais desistiu da ideia de proclamar por meio de sermões a verdadeira fé para seus conterrâneos. Tomou a Bíblia como base para sua análise da Igreja de Roma e concluiu que havia um abismo tão grande entre sua política, sua moral e sua doutrina da verdadeira igreja de Cristo, que nenhuma Reforma podia trazê-la de volta. Por isso, restava apenas sua extinção (BROWN, 2007).

Knox não foi tão importante enquanto teólogo sistemático quanto foi Calvino ou Melanchton, ele não tinha nem o autocontrole nem o poder criador requisitados para construir um sistema teológico apropriado para satisfazer o intelecto e a consciência das comunidades dos crentes (BROWN, 2007). Seus escritos não possuem um todo orgânico como **As Institutas** de Calvino, de uma coerência que desafia os arsenais da

lógica. A importância de Knox é reconhecida como a voz de um poder que além de outras profundas exigências, alimentava uma fé constante nos destinos do homem. Não fosse por seu escrito contra o governo gineocrático, ele teria se fixado na Inglaterra. Sua esposa era inglesa, seus filhos foram criados na Inglaterra e lá ele se tornou, durante o reinado de Eduardo VI, um dos principais oradores protestantes.

A maioria dos bispos e do baixo clero inglês era contrária a qualquer mudança no ritual ou no credo, o que os tornavam avessos e propensos a impedir qualquer ação do governo. Por essa razão, Cranmer foi obrigado a convidar teólogos estrangeiros, como Knox para as reformas necessárias. Tinham entre eles pequenas divergências, que não destoavam, entretanto, de um objetivo comum, que era o de conduzir a Igreja novamente para suas origens. Desde 1537 escoceses que adotavam a nova religião procuravam abrigo na Inglaterra e puderam se dedicar à causa que os fizeram exilados. No início do novo reinado, os bispos e os clérigos foram proibidos de pregar para além de suas curas e uma proclamação se seguiu, proibindo até mesmo os bispos de pregar sem uma licença e restringindo a concessão dessa licença ao rei, Somerset e Cranmer. Os pregadores licenciados, ou seja, cuidadosamente selecionados, tornavam-se um corpo útil para contrabalançar a influência do clero paroquial.

Conforme os arquivos do Conselho Privado, em sete de abril de 1549, Knox estava entre os pregadores licenciados pelo governo e que também, Berwick foi o primeiro local de sua ação. Com uma cidade com metade de escoceses e com metade de ingleses, era natural que Berwick aceitasse a orientação de um escocês. Deve ter sido por isso que mais adiante essa cidade tenha se tornado o centro de disseminação da fé protestante na Inglaterra. Segundo os relatos do próprio Knox, foi no início de 1551 que ele se mudou de Berwick para Newcastle, certamente seguindo as ordens do Conselho Privado, já que as licenças concedidas tinham suas missões especificadas. De 1551 a 1552 permaneceu em Newcastle. Nessa cidade foi convidado a falar sobre o que pensava da missa e diante de uma assembleia selecionada, dispôs sobre a idolatria da missa. A posição adotada por ele era a mesma de outros reformadores, ou seja, queriam o rompimento completo com a Igreja medieval. Nenhum rito ou doutrina estariam de acordo com a pureza cristã se não estivessem pautadas na Bíblia.

Knox atacou a missa com o seguinte silogismo “todo culto, honra ou serviço inventado pela mente humana na religião de Deus, sem Seu expresso comando, é idolatria. A missa foi inventada pelo cérebro do homem sem qualquer mandamento de Deus, portanto, ela é idolatria. Quando ele se estabeleceu em Newcastle, já era um dos

protagonistas na disputa que convulsionava o país (BROWN, 2007). Na Inglaterra, tanto quanto na Escócia, seus escritos tinham uma conotação bombástica politicamente e exortações espirituais que exerciam uma influência que não podia ser ignorada por aqueles que detinham o poder (BROWN, 2007). Havia dois tipos de licenças concedidas para a pregação: uma permitia que a pessoa pregasse em um lugar determinado e dali não podia sair, a outra era concedida para a pregação em qualquer lugar do país, onde achasse conveniente. Knox possuía a segunda licença, podendo pregar em qualquer lugar do país. Ele gozava de um prestígio junto ao rei Eduardo VI, e quando o duque de Northumberland escreveu contra ele, o rei já havia formado uma opinião sobre o pregador escocês.

O prestígio de Knox nesse momento deve ser entendido numa discussão calorosa que ocorria sobre a necessidade de se ajoelhar diante da eucaristia. Uns defendiam um posicionamento contrário, como Hooper e Lasco. Ajoelhar no sacramento era reconhecer a mudança sobrenatural nos elementos, o que era a mais grosseira superstição do ensino de Roma, segundo ele. De outro lado, Cranmer e Ridley defendendo a mesma doutrina da Eucaristia como Hooper e Lasco, preferiram manter o gesto de ajoelhar sem que com isso implicasse num compromisso com a idolatria.

Knox era contrário a esse gesto, pois para ele isso era, na verdade, um compromisso com a superstição que deve inevitavelmente conduzir para a ruína a verdadeira religião (BROWN, 2007). Sua primeira e principal objeção era o fato de que esse gesto não estava legitimado nas Escrituras; em segundo lugar, isso era uma armadilha para enfraquecer os irmãos, que poderiam compreender isso erroneamente, para seu desastre espiritual e terceiro, porque isso era uma inconsistente concessão à idolatria. Não há uma transformação sobrenatural do pão e do vinho, o verdadeiro sangue e corpo de cristo, segundo ele, está no céu e não aqui.

A influência dele era tão notória que mesmo após a publicação do Segundo Livro da Oração (*Second Prayer Book*), o Conselho exigiu que um apêndice fosse anexado ao livro para corrigir as falhas referentes a esse ponto. A rubrica ficou conhecida como *Black Rubric* que foi retirado no reinado de Elizabeth para satisfazer aos católicos e mais tarde foi novamente anexada quando da ascensão dos puritanos em 1662 (BROWN, 2007).

A influência dele também pode ser notada na publicação dos 39 artigos em 1552, de autoria de Cranmer. Neles Knox aparecia como um dos pregadores especificados pelos capelães do rei para a análise do documento. Novamente a questão

do ajoelhar na Eucaristia aparecia no documento, mas sob a influência de Knox e seus companheiros, ela foi retirada dos 39 artigos. No final de 1552 voltou para Newcastle onde permaneceu até 1553. Ele se mudou para o condado de Buckingham, onde permaneceu até a morte de Eduardo VI e as disputas entre Northumberland e a futura rainha Maria (BROWN, 2007). No final de julho, voltou a Londres, no momento em que a rainha subia ao trono, por isso, essa cidade não era um local seguro para uma pessoa conhecida como Knox e por seus feitos durante o último reinado.

Gradualmente a rainha Maria, por meio de sua política religiosa, ganharia uma sinistra reputação na história da Inglaterra. Inicialmente aprovou uma proclamação concedendo tolerância de culto para católicos e protestantes, e proibindo que uns interrompessem os serviços dos outros e proibindo ao mesmo tempo todo sermão, de ambos os lados, que não tivessem a licença da própria rainha (BROWN, 2007). Desde 16 de agosto, entretanto, não conseguiu licença para pregar para uma plateia que não estivesse disposta a ouvi-lo. Como ele continuava a pregar, supõe-se que ainda encontrava congregações que o aprovavam em diferentes partes do país. A sua permanência na Inglaterra tornava-se cada vez mais perigosa, tanto para ele quanto para as pessoas que se relacionavam com ele. Sem temer a morte por defender suas ideias, ele se escondia em consideração aos pedidos de seus amigos (BROWN, 2007). Teve que deixar a Inglaterra, mas antes deixou um presente para a Sra. Bowes, um comentário sobre o Salmo 6, que ele elaborou em duas etapas. A primeira em 6 de janeiro de 1554 e a outra em 28 de fevereiro.

Knox deixou a Inglaterra e voltou para o continente em 1554. Ele não sentia tanto os reveses de sua situação pessoal, mas o triunfo do que ele acreditava ser o mal em toda parte, incomodava-o grandemente, enquanto na Inglaterra e na Escócia sua pregação não era bem vinda. Ao olhar para os grandes países do continente a situação era ainda pior. O rei da França, Henrique II, se dispôs a extirpar a nova religião dentro das fronteiras francesas a *chambre ardent* e o Editto de Chateaubriand (1551) foram expressamente designados para esse fim (BROWN, 2007). Na Alemanha o triunfo do príncipe Moritz sobre o imperador Carlos resultou na Paz de Passau (1552), que restaurou a liberdade de culto protestante, do qual haviam sido privados os revoltosos. O que tornava o continente ainda menos convidativo era o recomeço da guerra entre a França e o Imperador, com uma fúria ainda maior do que antes da morte de Francisco I. Na data em que ele desembarcou em Dieppe, o exército da França estava atravessando o país para encontrar as tropas do Imperador nas fronteiras com os Países Baixos.

Knox limitou-se a escrever cartas para aconselhar seus rebanhos na Inglaterra, sobretudo, no que dizia respeito à frequência à missa e a obediência ao governo civil. A primeira delas situava-se naquela em que o contexto da época obrigava ao posicionamento de todos os líderes protestantes. Abster-se da missa nos países católicos significava a morte ou o exílio. Mas nem ele, nem Calvino hesitavam em condenar a missa e a exortar os fiéis a não participar dela. A segunda questão já é mais controversa e difícil porque a própria Bíblia não é conclusiva nesse aspecto. Sabe-se que chegou a conclusões bastante peculiares em relação à justiça da rebelião contra o governante civil. Por força das circunstâncias, a Suíça era seu destino natural. Lá ele encontraria Calvino, considerando-o um dos mais inspirados expoente dos mais profundos mistérios do Espírito. Em uma de suas cartas Knox chegou a chamá-lo de “o extraordinário instrumento de Deus, João Calvino”.

Depois de uma breve estada em Genebra, foi para Zurich com uma carta de apresentação de Calvino para Bullinger, que gozava, nessa época, de uma reputação muito maior que a do próprio Calvino (BROWN, 2007). Os líderes da Reforma inglesa, sob Eduardo VI, estiveram em estreita relação com Bullinger, muito mais do que com Calvino. Foi Bullinger, mais do que Calvino que eles consultaram em todos os seus projetos de reforma da doutrina e do governo da Igreja. Knox apresentou a ele todas as questões que o atormentavam e a destruição de suas esperanças com a ascensão de Maria Tudor ao trono inglês.

As questões que fez a Bullinger foram:

- 1- Se o filho de um rei após a morte de seus pais, sendo incapaz em função da tenra idade conduzir o governo do reino é, entretanto, por direito de herança, o legítimo magistrado, e como tal, deve ser obedecido como direito divino?
- 2- Se uma mulher pode presidir e governar um reino por direito divino, e então transferir o direito soberano a seu marido?
- 3- Se a obediência deve ser dada aquele magistrado que obriga à idolatria e condena a verdadeira religião?
- 4- De que lado devem estar as pessoas piedosas diante da nobreza que resiste a um soberano idólatra? (BROWN, 2007)

As respostas de Bullinger a essas questões foram de tal forma habilidosas e prudentes que não encorajaram Knox a tomar qualquer atitude em relação aos governos existentes. Ao consultar Calvino sobre essas questões, Knox recebeu do Reformador de Genebra a informação de que aquelas respostas de Bullinger, na verdade, eram as dele

mesmo e que havia sido consultado por ele sobre o assunto. Em maio, Knox retornou a Dieppe, provavelmente para estar mais próximo possível de seus amigos. Ridley, Latimer e Cranmer, que estavam todos na prisão; Thomas Wyatt havia sido executado no mês anterior; e se aproximava o casamento de Maria com Filipe da Espanha, o que irrevogavelmente restauraria a Inglaterra para Roma. Knox permaneceu em Dieppe até o final de julho, sem dúvida nenhuma em constante comunicação com seus simpatizantes na Inglaterra.

De Dieppe, seguiu para a Genebra de Calvino e como lá não havia ainda uma colônia de ingleses reformados, suas obrigações lá eram mais amenas, o que lhe possibilitou algum tempo livre para conhecer mais de perto o caráter e os objetivos de Calvino. Seu sossego em Genebra, no entanto, duraria muito pouco com a política adotada pela rainha Maria, que proibiu o culto protestante e perseguiu aqueles que manifestamente se declaravam protestantes. Uma multidão de partidários da nova religião fugiu para o continente em busca de lugares mais seguros para viver em liberdade religiosa. Uma importante colônia inglesa de protestantes refugiados se concentrou em Frankfurt, onde encontraram ambiente favorável para suas ideias. Os privilégios que eles adquiriram e a posição central de Frankfurt justificavam a certeza de que a cidade era o local apropriado para a reunião de todos os exilados ingleses.

John Knox foi convidado pela congregação inglesa em Frankfurt e com a anuência de Calvino, aceitou o ofício de pregador desses exilados ingleses, em 1554. Em sua capacidade de liderar essa importante comunidade inglesa, ele ganhou um distintivo lugar na história da religião e da teologia inglesas (BROWN, 2007). O grande problema entre as comunidades inglesas é que havia dois partidos diferentes e que não se entendiam. Um que aceitava as prerrogativas do livro de Eduardo VI e o outro que queria liberdade para realizar seus cultos. A solução para o problema teve que ser resolvida entre os membros da comunidade, que deveriam encontrar pontos em comum para a paz entre os dois partidos.

A comunidade inglesa resolveu apelar para a autoridade de Calvino enviando-lhe uma carta. A carta foi despachada em 11 de dezembro e a resposta de Calvino é datada de 20 de janeiro de 1555. Calvino se mostrou desfavorável ao conteúdo do livro, que para ele, era uma apresentação imperfeita dos ensinamentos de Cristo. A resposta de Calvino foi favorável ao partido de Knox, que criou uma cerimônia praticamente idêntica àquela usada em Genebra, o que viria acalmar os ânimos dos protestantes ingleses em Frankfurt. Essa paz duraria pouco porque uma nova onda de refugiados

que chegava da Inglaterra e continuava a defender o culto com base no livro de Eduardo VI. Seu líder foi Richard Cox, homem de grande vigor e capacidade, que havia sido tutor do rei e alcançado prestígio por aqueles que idolatravam o rei e o consideravam como o Josias da nação.

Mesmo antes da chegada de Cox em Frankfurt, o acordo feito entre os partidários dos dois grupos havia sido muito tênue e pouco consistente, alimentando a esperança daqueles que não abriam mão do culto ensinado pelo livro inglês, o que foi reforçado com a chegada dos novos refugiados. Esses novos integrantes da comunidade inglesa de Frankfurt simplesmente afirmavam que estavam promovendo o mesmo culto que realizavam em sua terra natal. Irritado pelas controvérsias que se avolumaram, Knox fez severas críticas aos recém chegados por desrespeitarem um acordo já feito anteriormente na comunidade e afirmou que o livro ensinava coisas supersticiosas, impuras, imperfeitas e pouco claras. O que o desqualificava para ser adotado como regra de uma comunidade genuinamente cristã e reformada. Os partidários de Cox acusaram-no de pregar contra o imperador e estando ele naquele momento em Augsburgo, as autoridades de Frankfurt aconselharam-no a deixar a cidade, para sua segurança.

Voltou para Genebra em 1555, ano em que Calvino derrotou definitivamente seus inimigos na cidade, isso lhe garantiu grande poder sobre as questões religiosas. Com a derrota dos “libertinos” e a vitória de Calvino, tornou-se possível a criação de uma comunidade de refugiados ingleses, que ficaram sob a liderança de Knox. Christopher Goodman e Knox foram os escolhidos pela congregação inglesa para o exercício religioso e durante os próximos dois anos ele trabalhou como pregador. Ficou tão admirado com os estudos realizados em Genebra que chegou a afirmar que a cidade era “a mais perfeita escola de Cristo” desde o tempo dos Apóstolos.

Certamente nem Knox nem tampouco a população de Genebra tinha noção do que estava acontecendo naquele momento e quais conseqüências para a história do cristianismo o trabalho de Calvino iria produzir. John Knox podia, porém, perceber que Genebra naquele momento era a grande capital religiosa Reformada da Europa e um local onde suas ideias encontravam ouvintes ansiosos. Sua estada na cidade foi frutífera tanto devido aos vários contatos com pensadores de vários países que se dirigiam para a cidade, quanto com o próprio Calvino. A cidade se tornou um importante centro de publicação de obras protestantes e rivalizava com Basileia e Lion, os outros dois centros de produção literária Reformada.

O controle sobre a impressão e a divulgação de novas ideias não era rigoroso, prova disso é que o texto de Knox contra o governo de uma mulher só seria conhecido por Calvino um ano após sua publicação na cidade. “Nomes como Budé, Caracciolo, Bodley, Crespín, Estienne e Marot indicam que Genebra provia um lar para um corpo de refugiados cosmopolitas e cultos que se ajustavam bem à elite da própria cidade” (REID, 1982, p. 131).

As frustrações em Frankfurt foram compensadas pelo sucesso na congregação em Genebra. Essa foi, segundo Peter Hume Brown a primeira congregação puritana da Igreja presidida por Knox e Goodman em Genebra, cuja importância histórica, afirma ele, é preciso ressaltar (BROWN, 2007).

As regras criadas pela igreja inglesa em Genebra foram adotadas por muito tempo como diretrizes da Igreja Reformada na Escócia e a versão de parte dos Salmos, que acompanhava os ofícios religiosos, formaram as bases que mais tarde foram também usados tanto na Inglaterra, quanto na Escócia. Uma nova tradução do Novo Testamento elaborado pelos ingleses de Genebra apareceu em 1557 e poucos meses depois teve início uma revisão completa da Bíblia, que se estenderia até 1560, sem a participação de Knox. Essa tradução, conhecida como Bíblia de Genebra foi usada durante muitos anos por todas as nações de língua inglesa.

Em maio de 1557, Knox recebeu uma carta de nobres líderes protestantes da Escócia para retornar ao país e, aconselhado por Calvino, que o estimulou em sua missão junto aos escoceses, partiu para Dieppe em setembro. Knox permaneceu nessa cidade até o ano seguinte ainda inseguro com sua ida para a Escócia. Nesse interregno não deixou de produzir e mostrar seu profundo interesse pelo futuro religioso de seu país. Em 1559 ele partiu definitivamente para a Escócia num ambiente político conturbado e de acirradas disputas entre a monarquia e os nobres da Congregação. Em meados desse ano suas pregações em Saint Andrews e Perth contra a Igreja Católica, levaram a população atacar muitas igrejas e monastérios dessas cidades. Em 27 de fevereiro de 1560 os nobres da Congregação assinaram um tratado com a Inglaterra, que bloqueou o porto de Leith e enviou reforços para combater as tropas francesas que vinham em auxílio à rainha da Escócia. Knox estava na linha de frente no combate teórico com os defensores da rainha e do catolicismo, conduzindo os rebeldes por meio de seus sermões a instituírem a verdadeira Igreja de Cristo (reformada). No dia 17 de agosto desse ano o Parlamento escocês aprovou a Confissão de Fé Escocesa, estabelecendo legalmente o protestantismo como religião do reino.

Em 1563 ele foi eleito ministro em Edimburgo, onde permaneceu até 1571 quando retornou para Saint Andrews, mas lá ficou por pouco tempo e no ano seguinte retornou à capital a pedido da comunidade local. No dia 24 de novembro de 1572, morreu John Knox, um dos maiores expoentes e principal líder da Reforma Protestante na Escócia. Foi enterrado no pátio da catedral de Saint Giles, em Edimburgo, mas não se sabe o local exato de seu sepultamento.

John Knox começou sua vida literária em 1548 quando escreveu **Uma epístola para a congregação do castelo de St. Andrews: com um breve resumo da justificação pela fé de Balnaves** (*An epistle to the congregation of the castle of St. Andrews: with a brief summary of Balnaves on justification by faith*). Na Inglaterra, como pregador protestante aprovado pelo governo de Eduardo VI, Knox produziu textos defendendo seus pontos de vistas religiosos aproveitando-se do ambiente de tranquilidade aos protestantes propiciado pelo rei inglês. Desse período temos os escritos: **Uma justificação da doutrina que diz que o sacrifício da missa é idolatria** (*A Vindication of the Doctrine that the Sacrifice of the Mass is Idolatry*) de 1550, **Uma síntese de acordo as Sagradas Escrituras do sacramento da Eucaristia** (*A Summary according to the Holy Scriptures of the Sacrament of the Lord's Supper*) de 1550, **Uma proclamação da verdadeira natureza e objetivos da prece** (*A Declaration of the True Nature and Object of Prayer*) de 1553 e **A exposição sobre o sexto salmo de Davi** (*The Exposition upon the Sixth Psalm of David*) de 1554. Com a ascensão em 1553 de Maria Tudor ele precisou se exilar e permaneceu por cinco anos no continente quase sempre em Genebra. De lá produziu outra série de escritos, por exemplo, para confortar seus irmãos ingleses que passaram a viver momentos perigosos. **Dois confortadoras epístolas para seus irmãos aflitos na Inglaterra** (*Two comfortable Epistles to his afflicted Brethren in England*) de 1554 e seu **Fiel conselho para os professores da verdade de Deus na Inglaterra** (*Faithful Admonition to the Professors of God's Truth in England*) também de 1554.

Em 1554 Knox tornara-se líder da congregação inglesa em Frankfurt, mas por razões doutrinárias e políticas teve que abandonar a cidade e se retirar para Genebra. Sua explicação para o episódio encontra-se na sua **Narrativa dos procedimentos e problemas da congregação inglesa em Frankfurt** (*Narrative of the Proceedings and Troubles of the English Congregation at Frankfurt on the Maine*) de 1554–1555. Mais afinado com seu rebanho em Genebra e mais contente em comparação com Frankfurt, Knox desejava, entretanto, pregar em sua terra natal, mas estava impedido de fazê-lo

pelos governos católicos de Maria Stuart da Escócia e Maria Tudor da Inglaterra. Isso o levou a produzir seu texto mais polêmico onde emergia seu pensamento político com mais evidência, trata-se de **O primeiro toque da trombeta contra o monstruoso regimento de uma mulher** (*The first blast of the trumpet against the monstrous Regiment of women*). Uma crítica severa endereçada a Maria Tudor (a sanguinária) por suas perseguições implacáveis endereçada aos protestantes ingleses. A morte de Maria Tudor, em 17 de novembro de 1558, e a ascensão de Elizabeth mudaram mais uma vez o quadro político e religioso da Inglaterra, o que permitiu aos ingleses de Genebra retornarem para sua terra natal.

Ainda em Genebra Knox produziu outro texto importante, embora sem a notoriedade do seu *First Blast...*, esse texto foi escrito a pedido dos protestantes da Inglaterra, cujas disputas sobre essa questão precisava ser esclarecida.

Como todos os seus trabalhos mais importantes, ele foi solicitado pelas circunstâncias do momento. O dogma da predestinação era o fundamento do sistema teológico de Calvino, para quem Knox olhava como um pai espiritual, mas a doutrina tinha sido impugnada por muitos, e notavelmente por Sebastião Castellio, que havia sido expulso de Genebra devido a heterodoxia de suas opiniões (BROWN, 2000, p. 13).

Esse texto foi o **Resposta a um grande número de frívolas blasfêmias escritas por um anabatista e adversário da eterna predestinação de Deus** (*Answer to a great Number of blasphemous cavillations written by an Anabaptist and adversarie to God's eternal Predestination*). Entre 1559 e 1571 ele trabalhou para compor sua história sobre a Reforma na Escócia, que formam os dois primeiros volumes reunidos na edição de David Laing de seus textos. **A história da Reforma na Escócia** (*The history of the Reformation in Scotland*) publicada em dois volumes narra os acontecimentos que deram origem à Reforma na Escócia desde 1528 até 1564. Em 1560 veio à lume a obra **O primeiro livro da disciplina** (*First Book of Discipline*) que neste trabalho será apresentado e discutido mais detalhadamente.

5. O PENSAMENTO DE JOHN KNOX EM SEUS ASPECTOS POLÍTICOS E RELIGIOSOS

Para Calvino, o conhecimento de Deus e do homem vinha fundamentalmente da Bíblia. O pecado emanava de Adão que, ao cair em tentação, deformou terrivelmente a imagem de Deus na humanidade e essa culpa devia ser compartilhada por todos. A natureza depravada do homem o levava a cometer pecado não por livre escolha, mas, devido à sua condição perversa, que não pode conduzir o homem para nada além do mal. Para Knox, Deus preordenou todos os eventos, mas se recusou a considerá-lo em qualquer sentido o autor do pecado ou a causa do mal, que para ele tinha dois culpados: Satanás que o instigava e o homem que livremente o escolhia. Embora fosse um aberto defensor da predestinação, Knox enfatizava a responsabilidade humana na realização do mal. É impossível ao homem fazer boas obras devido a sua natureza pecaminosa, tudo o que ele realiza mesmo que cumpra externamente os propósitos de Deus, age de acordo com seus maus desejos. Somente quando o ser humano, eleito por Deus e iluminado pelo Espírito Santo, recebe o dom da fé é que ele pode realizar obras agradáveis a Deus (KYLE, 1984).

Para Kyle, a questão da natureza humana, do pecado e de Satanás são encontrados em escritos de Knox que tratam sobre o problema do mal, as origens do pecado, a predestinação e o conceito de salvação de um modo geral. A natureza humana depravada e corrompida após a queda de Adão está presente nos escritos de Knox, desde os primeiros textos em 1548 e perpassa toda sua obra, apenas mudando a intensidade com que ele denunciava essa perversão. O posicionamento de Knox quanto ao problema da depravação humana pode ter sido uma influência tanto luterana quanto calvinista, já que há uma semelhança essencial entre elas (KYLE, 1984).

A noção de pecado aparece em Knox muito relacionado com seu pensamento político, que não aceitava simplesmente a tolerância em relação a certos pecados, era um pecado em si mesmo e que o crente tinha que resistir aos tiranos e aos maus governantes que transgrediam a lei de Deus. Por isso, o não cumprimento das leis divinas o obrigava a admoestar a todos que agissem erroneamente, inclusive a própria rainha. O mal deve ser ativamente combatido por todos para que não sejam punidos coletivamente, porque não há, para Knox, uma possível neutralidade diante do pecado,

ou se combate o pecado, ou se torna um pecador. Deus castiga não apenas aquele que pratica o mal, mas também aquele que passivamente o aceita.

Um dos melhores exemplos da teoria de Knox em relação à oposição ativa e coletiva ao mal é encontrado no seu debate com William Maitland, em 1564. Enquanto Maitland endossava apenas a desobediência passiva aos maus governantes, Knox contra-atacava com dois critérios para os crentes. Quando estiverem em minoria como os Hebreus estavam no Egito, eles tinham apenas que se afastar da idolatria; mas quando na Palestina e em qualquer outro lugar que estiverem com força suficiente, Deus espera que acabem com a idolatria (KYLE, 1984). É uma ação que deve ser coletiva, caso contrário, o povo será punido e, no caso dos governantes, deverão ser destituídos de suas funções de comando.

Para Knox, era Deus quem castigava toda iniquidade, entretanto com exceção das calamidades naturais e a condenação eterna, Deus delegava a execução de seu julgamento aos instrumentos humanos, como a Igreja e o Estado, que deveriam cuidar para que a disciplina religiosa fosse estabelecida e a verdadeira religião preservada. Os crimes não capitais como: embriaguez, excessos, fornicação e opressão eram da alçada da Igreja que poderia aplicar a excomunhão. Já os crimes mais graves como: blasfêmia, adultério, assassinato ou outro crime capital, caíam na esfera secular para serem punidos. Se a Igreja e o Estado falhassem em suas obrigações na punição dos transgressores, esse direito se transferiria aos magistrados e ao povo comum. Por isso, no caso do combate à idolatria (catolicismo), religião professada pela rainha, essa tarefa equivalia a uma rebelião popular, não somente como direito, mas, sobretudo, como um dever.

Para Knox o homem é criatura de Deus, criado à sua imagem e semelhança para cuja redenção derramou o sangue mais precioso de seu único e amado filho Jesus Cristo. Seu Evangelho, se corretamente pregado, conduz os homens à salvação e ao paraíso celeste reservado aqueles que serão salvos. Mesmo que necessariamente exerçam na terra funções diferentes de comando e poder para a organização coletiva, não são diferentes aos olhos de Deus.

Em Jesus Cristo os judeus não têm maiores prerrogativas do que os gentis, o homem mais do que a mulher, o sábio sobre o iletrado; o senhor sobre o servo, mas todos são um em Cristo, por isso, não há senão um caminho para se conseguir Seus benefícios e as graças espirituais que é por meio de uma fé viva trabalhando pela caridade (KNOX, 1554, A letter... p. 527).

Para Knox o homem não podia, com seus próprios recursos, alcançar a salvação de sua alma que somente a graça de Deus podia libertar do pecado. Nesse ponto compartilhava com o pensamento de Calvino sobre a predestinação e escreveu um longo texto sobre o tema em resposta a uma publicação da época que refutava tais ideias. Sobre a predestinação Knox afirmou que:

A doutrina da predestinação eterna de Deus é tão necessária para a Igreja de Deus, que sem ela, nenhuma fé pode ser realmente ensinada, nem verdadeiramente estabelecida, nenhum homem pode ser conduzido à verdadeira humildade e ao conhecimento de si mesmo, nem ser arrebatado em admiração pela bondade eterna de Deus e assim louvá-Lo como Ele merece (KNOX, *On Predestination...* 1560, p. 25).

A salvação do homem, dizia Knox, não dependia dele mesmo, mas da escolha de Deus, que elege aqueles que serão salvos e por isso, continua ele, não há maior injúria do que afirmar que Deus não concede Sua graça mais para uns do que para outros, pois certamente não depende de qualquer ação humana sua eleição. Citando Efésios, Knox deixou claro que Deus escolhe aqueles que serão salvos unicamente por Sua graça independente de qualquer mérito humano.¹¹ O homem é eleito em Jesus Cristo para a vida eterna e sua eleição não depende de seus atos ou de sua obediência, é um dom que vem de Deus e que alcança todos os eleitos.

A doutrina da graça que elege aqueles que serão beneficiados com a misericórdia divina e alcançarão a vida eterna é a única que pode dar ao homem a verdadeira humildade. Quando os escolhidos refletirem que receberam a luz em meio a tal escuridão e foram santificados em meio a uma geração tão má, de que fonte dirão que isso procede? Quem iluminou seus olhos enquanto outros permaneceram na escuridão? Quem purificou seus sentimentos enquanto outros continuaram praticando o mal? Se disserem: a natureza, perceberão que pela natureza somos todos iguais e filhos do pecado. Se disserem a educação, a razão ou seus próprios estudos, logo verão pela experiência que essa é uma vã afirmação. “Quantos não foram alimentados na virtude e ainda assim tornaram-se mais imundos na vida! E pelo contrário, quantos permaneceram por muito tempo sem uma educação virtuosa e ainda ao final alcançaram o favor de Deus? (KNOX, *On Predestination...* 1560, p. 28).

¹¹ “Porque pela graça sois salvo, por meio da fé; e isto não vem de vós, é dom de Deus. Não vem das obras para que ninguém se glorie” (Ef. 2, 8-9).

Deus escolheu entre todos aqueles que seriam condenados pela herança pecaminosa de Adão, seus preferidos, aqueles os quais amaria independente de qualquer mérito ou ação. Knox fundamentou sua teoria em passagens bíblicas do Antigo e do Novo Testamento para combater o que ele chamava de teorias papistas e anabatistas que questionavam a doutrina da predestinação. Utilizou-se também de partes da **Instituição da Religião Cristã** de João Calvino, que de Genebra foi um fervoroso defensor da teoria da graça. Como o homem pode, perguntava Knox, se vangloriar de suas ações se, como dizia Jesus: uma árvore má não podia dar bons frutos? A menos que Deus tenha cultivado essa árvore, ela nunca poderá ser uma árvore produtiva, por isso, o homem não pode crer que será salvo por suas obras.

A partir dessas concepções de homem, de sua natureza e de sua relação com a divindade Knox construiu toda sua teologia e suas concepções políticas. O governo secular devia estar sob a orientação da religião para cuidar não somente do bem estar material de seus súditos, mas também para proteger a verdadeira religião e a paz espiritual de seus adeptos. Seu pensamento está vinculado às heranças culturais da Reforma Protestante e seguiu em grande parte o caminho trilhado por Calvino, exceto no aspecto político, devido aos problemas que precisou enfrentar em seu país.

5.1. A POLÍTICA COMO INSTRUMENTO DA “VERDADEIRA” IGREJA DE CRISTO (REFORMADA)

Antes que o Estado moderno fosse pensado pelos teóricos políticos do século XVI, em meio aos embates entre fé e cidadania, Igreja e Estado e que culminou com o pensamento político definido por Montesquieu e Locke, havia uma instituição que centralizava seu domínio na figura do rei. E as determinações dessa instituição chamada Estado, que atingiu o seu apogeu na figura de Luís XIV, era confundida com a vontade soberana do rei. Tanto que ao afirmar “*L’État c’est moi*” ele resumiu o quadro político do absolutismo daquele período, pois o Estado era de fato o rei e a sua vontade. Nesse sentido o problema religioso também era um problema de Estado já que se atrelavam aos desejos e crenças de seus governantes, que perseguiram os adeptos das denominações religiosas que não fossem as suas. Os não partidários da religião do Estado, leia-se rei, eram vistos como transgressores e infiéis, por isso, eram perseguidos, mortos ou expulsos.

Não surpreende desse modo, o fato de os grandes teólogos reformadores terem dedicado algum tempo ao tema. Lutero e Calvino enveredaram por esses caminhos e elaboraram teorias políticas, que devem ser entendidas dentro do contexto político em que cada um atuava. Lutero, escrevendo numa Alemanha ainda fragmentada e recortada em vários principados, alguns dos quais apoiavam suas ideias, escreveu a favor de uma obediência irrestrita às autoridades. Tendo como base a carta de São Paulo aos Romanos, defendeu que toda a autoridade, sendo ela instituída por Deus, devia ser obedecida. Para ele, não cabia ao povo questionar a autoridade mesmo que elas se mostrassem injustas e indignas, Deus faria o julgamento das ações de cada um. Para o pensador moderno, Lutero transpirava ainda os suores da Idade Média e, portanto, do conservadorismo. Ao enquadrá-lo, no entanto, dentro do ambiente político da Alemanha medieval, percebemos que ele estava justificando aqueles que tinham a possibilidade de lhe garantir a vida diante de seus dois grandes inimigos, a Igreja de Roma e o Sacro Império Romano Germânico.

Além disso, na medida em que aumentava uma reação católica contra os protestantes, logo os reformadores precisaram modificar suas doutrinas relativas ao poder secular e formular conceitos que fossem favoráveis a uma contestação do poder instituído, desde que ficasse claro que esse poder desejasse impedir a disseminação das doutrinas reformadas. Das ideias de resistência passiva, inicialmente pregadas, passaram

gradativamente para a formulação das teorias de resistência ativa aos governantes idólatras, conforme a realidade política de cada região.

O primeiro exemplo prático que ocorreu nesse sentido foi com a sentença contrária à Confissão de Augsburgo (1530), proferida por Carlos V, e também com a ameaça direcionada aos protestantes, os príncipes defensores da Reforma, buscaram alternativas teológicas para as antigas pregações de não resistência às autoridades. Foi nesse contexto de perigo real para os protestantes da Alemanha que surgiu, Gregory Brück (1483-1547), chanceler de João da Saxônia que formulou “[...] uma súmula na qual a ideia da ‘resistência violenta’ ao imperador se via justificada de forma definitiva e sem margem a equívocos” (SKINNER, 1996, p. 473). Pois, justificava-se a resistência, desde que provada a ilegitimidade da autoridade, ou seja, provado ser ele um governante que não agisse conforme os preceitos cristãos. De acordo com a Bíblia, governo cristão e, portanto, legítimo era aquele que lutasse para realizar o bem geral. Descumprido esse requisito básico, tornava-se justo e até recomendável a resistência armada. Se o imperador deixasse de desempenhar seus deveres, era permitido resistir-lhe como o fazemos a qualquer outro indivíduo que nos trata com violência e injustiça, afirmava Brück.

O intuito, no entanto, não era estender esse poder de resistência ao povo, que não o usaria com destreza, mas apenas aos magistrados inferiores (*lesser magistrates*), conceito esse desenvolvido por Martin Bucer (1491-1551). O problema da resistência às autoridades foi resolvido por Bucer que, confinando esse direito aos magistrados inferiores, afastou o perigo de uma revolta social vindo das camadas populares, fato esse indesejado pelos príncipes protestantes que se uniram contra o imperador Carlos V (1550- 1558).

Calvino, tanto quanto Lutero, também escreveu textos sobre a autoridade em sua **Instituição da Religião Cristã**, obra clássica do pensamento protestante, que veio a lume em 1532, em sua primeira edição. Inicialmente havia uma proximidade no que diz respeito à política entre o pensamento de Calvino e Lutero ao defenderem a obediência às autoridades. Com o passar dos anos, porém, e a disseminação do calvinismo em terras pouco férteis ao pensamento reformado como a França católica e a Inglaterra que oscilavam entre o catolicismo e o anglicanismo, as concepções políticas calvinistas foram sendo modificadas.

No livro **As fundações do pensamento político moderno**, Quentin Skinner deixa claro que as contribuições que o pensamento calvinista deu para a teoria da

resistência às autoridades defendida pelos protestantes eram mais radicais. A teoria de resistência às autoridades que agissem e insistissem em agir sobre assuntos alheios às suas prerrogativas, como a religião, por exemplo, deviam ser considerados ilegítimos, justificando, dessa forma, a resistência. O combate às autoridades destituídas de real poder diante de Deus, não se faria pelas mãos do povo comum, mas dos magistrados inferiores, também autoridades instituídas.

Foi preciso que esses calvinistas radicais desenvolvessem uma ideia que justificasse a separação entre a pessoa e o cargo. Isso facilitou o entendimento de que os magistrados, as autoridades em geral, estavam incumbidos de exercer a sua função para o bem geral do povo. Caso deixassem de cumprir com essa função essencial podiam ser questionados e destituídos de suas posições de comando. Com John Ponet (1514-1556) e Christopher Goodman (1520-1603), a resistência às autoridades deixava de ser um direito e passava a ser um dever de todos, não era condenável por Deus, era por Ele esperada.

A transformação da resistência calvinista considerava unicamente o aspecto religioso da autoridade, tendo como sua principal função defender a verdadeira religião e assegurar o cumprimento das leis de Deus, para adquirir uma concepção mais moderna que atribuísse obrigações morais em benefício do conjunto da população. Ela obteve grande impulso após o desenvolvimento das guerras religiosas travadas entre calvinistas e católicos na França. Foi no embate diário, na tentativa de se estabelecerem e de se manterem, que as teorias políticas foram se delineando (VIEIRA, 2008, p. 109).

Na Inglaterra o movimento protestante precisou avançar ainda mais e, por isso, tornou-se mais beligerante do que o protestantismo do continente. Precisou de artifícios legais que pudessem justificar a resistência contra as forças católicas de Maria I a sanguinária (*Blood Mary*), devido às suas perseguições e assassinatos contra os protestantes durante seu breve governo. Ponet e Goodman recorreram aos argumentos do direito privado para justificar a resistência. O essencial das teses desses dois protestantes puritanos é a concepção de que todo e qualquer magistrado é ordenado nessa função para exercer uma tarefa, que se resume na determinação de sempre fazer o bem e não o mal. Dessa forma, concordam que todos os governantes são executores da vontade de Deus e instituídos para punir os maus e defender os bons (SKINNER, 1996).

Estabelecida essa base, ficava claro para eles que todo aquele que fugisse de suas obrigações e agisse em desacordo com as suas funções, perdiam automaticamente a

condição de legítimos governantes e incorriam em crime comum, como qualquer outro indivíduo, devendo também ser punidos tal como um criminoso comum. Goodman foi ainda mais longe e ampliou o quadro daqueles que podiam resistir aos tiranos. Para ele não eram apenas os poderes instituídos, ou os magistrados inferiores, mas qualquer indivíduo. Para descaracterizar um governo de sua legitimidade era preciso que discorressem sobre o modo como os governantes legítimos eram escolhidos.

Ponet e Goodman usaram o modelo do reino de Davi, argumentando que todo governo legítimo era previamente escolhido por Deus e ratificado pelos fiéis. Desse modo, como explicar a resistência a um poder cuja eleição se deu por vontade divina e aclamação popular? A solução para o problema estava no argumento usado por eles, de que a escolha foi mal feita pelo povo que não observou os sinais dados por Deus para a escolha correta, por isso, precisavam corrigir seu erro, destituindo do poder, que de fato não o possuía.

Foi dentro desse contexto de guerras religiosas e lutas políticas que Knox se posicionou quanto aos governantes de seu país e da vizinha Inglaterra. Governadas por Maria Stuart na Escócia e Maria Tudor na Inglaterra, ambas defensoras do catolicismo, é compreensível o conteúdo de seu panfleto de 1558: **O primeiro toque de trombeta contra o governo monstruoso de uma mulher** (*The first blast of trumpet against a monstrous regiment of women*). O governo de um tirano, ou de uma mulher, fato inadmissível para ele, só podia ser fruto da ignorância e irreflexão do povo de Deus para escolher, ou seja, aceitar tais pessoas como seus superiores. Quatro anos antes da publicação desse texto político, Knox já afirmava a necessidade de se colocar o Evangelho de Cristo acima de reis e governantes. “Amados irmãos assegurem-se de que sua fé e religião estejam baseadas e estabelecidas sobre a verdadeira e indiscutível Palavra de Deus do que sobre príncipes ou governantes” (KNOX, 1554, A letter, p. 527). Somente seus corpos morrerão se com príncipes ou governantes tomarem ou comerem algo envenenado, continua ele, mas sofrerão a morte eterna se com eles professarem uma falsa religião.

Assim como Goodman e Ponet, também chegou a conclusões radicais quando afirmou que qualquer cidadão não só podia, mas devia, se não quisesse ser condenado ao inferno, resistir a uma autoridade que descumprisse os mandamentos de Deus. Foi essa teoria de revolução popular que Knox defendeu em seus escritos teológicos e que influenciaram seguidores nobres e comuns a lutarem pela sobrevivência da religião reformada na Escócia e na Inglaterra, antecipando em quase um século os argumentos

defendidos pelo famoso pensador inglês John Locke (1632-1704). Para Locke, assim como para Knox, o juiz que irá responder à questão de se um governo está cumprindo ou não sua missão caberá não apenas aos magistrados inferiores e outros representantes do povo, mas também a população em geral.

O que para Locke era um direito quando se pensava em resistência aos governos ilegítimos, para os calvinistas do século XVI era ainda uma possibilidade civil para uma vida mais digna e livre. Era também um dever cristão para defender que as leis de Deus fossem cumpridas e a verdadeira religião fosse preservada. No caso de Locke o ponto fundamental se prendia aos aspectos políticos, enquanto que para os calvinistas o fundamental para eles era um problema de ordem religiosa. Quentin Skinner afirma que a aplicação do dever político na resistência aos tiranos, defendida por pensadores como Locke, surgiram do combate travado entre teólogos protestantes e políticos católicos no século XVI.

Temos de indagar quando foi que o conceito de resistir por dever religioso se transformou, entre os teóricos protestantes, no conceito moderno e estritamente político de um direito moral de resistir. Essa resposta pode ser resumida sem maiores rodeios. A teoria moderna foi articulada pela primeira vez, de forma consistente, pelos huguenotes, durante as guerras religiosas que assolaram a França na segunda metade do século XVI. Dali passou aos calvinistas dos Países Baixos, chegando depois à Inglaterra e adquirido grande destaque no contexto ideológico da revolução inglesa durante a década de 1640 (SKINNER, 1996, p. 514).

Segundo Skinner, os textos de John Knox, juntamente com puritanos como Ponet e Goodman, foram a base teórica, ou mais especificamente teológica que fundamentou o pensamento revolucionário inglês, na luta entre protestantes e monarcas.

As doutrinas revolucionárias expressas em obras como *A Short Treatise of Politike Power* (1556), de John Ponet, *The First Blast* (1558) e *An Appellation* (1558), de John Knox, e *How Superior Powers Oght to be Obeyd* (1558), de Christopher Goodman, tornaram-se nas principais matrizes ideológicas a que recorreram as diferentes denominações religiosas separatistas e sectárias, que surgiram a partir do final do século dezesseis, bem como dos argumentos políticos que justificaram a Guerra Civil, a deposição e execução de Carlos I, em 1649, e, por fim, a luta dos grupos radicais seiscentistas – os Levellers e os Diggers - por direitos e liberdades, contra a herança opressora feudal (SKINNER, 1996, p. 597).

As teorias desenvolvidas pelos radicais puritanos do século XVI foram postas em ação na revolução inglesa de 1640, também conhecida como revolução puritana que defendia um governo representativo e não mais absolutista. No livro *Origens intelectuais da Revolução inglesa* de Christopher Hill, ele confirma as relações existentes entre o pensamento puritano e a revolução política ocorrida na Inglaterra. “O puritanismo talvez tenha sido o mais importante dentre os complexos de ideias que prepararam o espírito dos homens para a revolução...” (HILL, 1992, p. 13). Nesse aspecto a figura de John Knox torna-se importante:

Knox foi durante anos, inequivocamente, o líder dos puritanos ingleses no exílio, o que faz dele o verdadeiro progenitor do Puritanismo inglês. Foram, com efeito, os elementos das Igrejas inglesas de Francoforte e Genebra que partilharam de sua teologia que formaram a facção mais extremista da dissidência à Igreja da Inglaterra, no reinado de Isabel I – homens e mulheres que, como diz Peter Lorimer, podem ser chamados de ‘filhos de Knox’ (ABREU, 2003, p. 321).

Embora não fosse o objeto primordial de Knox estabelecer os direitos fundamentais do indivíduo e nem qualquer preocupação ideológica com princípios políticos democráticos, mas, unicamente no dever religioso do cristão com a reforma da Igreja dentro de um contexto das estruturas do poder existente e do direito à rebelião contra governantes opressores, tiveram como resultado um pensamento democratizante.

Assim, parece-nos legítimo concluir que, de certo modo, foi entre os exilados marianos que se moldou a figura do radical político, e que as raízes da teoria política democrática moderna se encontram, em grande medida, na congregação inglesa no exílio, em Genebra, durante o reinado de Maria I (SKINNER, 1996, p.599).

Mesmo não sendo evidentemente uma teoria já elaborada como um pensamento democrático é certo que os resultados dos embates religiosos na Inglaterra foram positivos para a teoria política moderna. Esses resultados democratizantes se deram à revelia e independentemente do fato desses reformadores terem ou não o conceito de democracia em mente (SKINNER, 1996)

Para Lawrence Stone, o puritanismo “[...] forneceu à Revolução um elemento essencial, o sentimento de certeza na retidão da causa oposicionista, e de indignação moral face à maldade das autoridades constituídas (STONE, 2000, p. 181). Acrescenta ainda que o puritanismo não forneceu apenas as ideias e a convicção moral, mas

também um programa de ação e um direcionamento. Os puritanos eram os líderes clericais e seculares de oposição a um governo hostil e indiferente aos seus anseios religiosos, dentro e fora do Parlamento. Sem uma certeza da retidão de sua causa dada pelo puritanismo, seria muito difícil a esses líderes parlamentares se lançarem com firmeza numa guerra contra os poderes monárquicos constituídos.

Para Stone foram o puritanismo e o direito consuetudinário as bases intelectuais da revolução inglesa do século XVII. A luta com o monarca, ou o poder secular, foi a luta pela sobrevivência de um novo mundo descoberto nas entrelinhas de uma nova interpretação bíblica. Lutero, Calvino e Knox foram importantes personagens, cada qual à sua maneira, que modificaram de modo *sui generis*, o seu meio. Lutero questionou a Igreja, criticou seus dogmas, seus representantes e suas práticas, para ele, mais seculares do que espirituais. Calvino organizou esse pensamento religioso reformado, influenciando com seus escritos e suas ações, regiões onde o luteranismo não havia triunfado. Knox conclamou os nobres e o povo a se rebelarem contra o poder tirano, injusto e ilegítimo dos governantes que obstruíam a obra de Deus, perseguindo a fé nascente protestante. Ele também foi grandemente influenciado pelo pensamento calvinista e dele tirou a certeza de que a vontade de Deus era suprema e estava acima de qualquer outra autoridade terrena. “Ele apenas se sentiria invencível quando reconhecesse a si mesmo como instrumento de um poder mais forte: o Calvinismo deu a ele a certeza de que era um instrumento de Deus” (MUIR, 1929, p. 117).

O texto *The first blast...* de John Knox, foi escrito no final de 1557, um pouco antes da morte da rainha Maria I, contra quem fora escrito. O texto está repleto de citações bíblicas que foram usadas para provar o ponto de vista de seu autor sobre o governo de uma mulher, para ele inconcebível. Para escrever este texto Knox se valeu de vários exemplos bíblicos para não só justificar seu envolvimento no assunto, mas também para encorajar a que outros se levantassem contra um governo que ele chamava de monstruoso, ou seja, o de uma mulher governar acima dos homens. O problema principal era que esse tipo de governo não tinha fundamento nos textos bíblicos e as exceções encontradas neles, apenas serviam para comprovar a regra. O homem, tendo a primazia sobre a mulher desde a criação do mundo, era quem devia exercer os postos de comando. Aliado a isso, juntou-se o fato de que Maria de Guise da Escócia e Maria I da Inglaterra não concordavam com a liberdade religiosa que os protestantes desses países almejavam.

É preciso ainda lembrar que Knox consultou Calvino para um posicionamento teológico sobre a questão, mas o reformador de Genebra se mostrou muito cauteloso diante do problema. Talvez por conta disso e também mostrando certa divergência entre os protestantes, o texto foi publicado sem autoria. Se em Genebra o *The first blast* não foi visto como apropriado para o momento, na Inglaterra o governo o considerou como um deliberado incitamento à rebeldia contra a ordem. Quem fosse apanhado com o texto em sua posse ou quem o tivesse encontrado e não o queimasse imediatamente, seria condenado à pena de morte (BROWN, 2007).

Para Knox o governo de uma mulher, sobretudo uma mulher que não permitisse que a verdadeira religião fosse propagada em seu reino, aquela na qual ele acreditava e defendia, era algo repugnante e contrário às leis da natureza. Na verdade o do direito de uma mulher governar era parte de uma discussão mais ampla sobre o direito dos governantes criarem leis contrárias às convicções religiosas de seus súditos. Com certeza, afirma Brown, se as rainhas fossem favoráveis aos apelos protestantes e ao novo pensamento reformado, o texto de Knox não teria existido. Prova disso foi sua tentativa futura de se aproximar da rainha Elizabeth I após 1558.

Um ponto interessante levantado por Brown sobre esse texto de Knox é que ele estava em sintonia com o que defendia uma das maiores autoridades sobre o pensamento político do século XVI, Jean Bodin (1530-1596). “Mulheres, devem ser removidas o mais rápido possível da majestade do governo; o governo de uma mulher é contrário às leis da natureza, que deu ao homem, prudência, poder, grandeza de alma e força da mente para governar, mas para a mulher esses dons foram negados” (BODIN, apud BROWN, 2007, p. 238). Usando os mesmos fundamentos que Knox, Bodin afirmou que o governo de uma mulher é contrário às leis da natureza e aos ensinamentos e exemplos dos pagãos e cristãos da Antiguidade. A lei de Deus, dizia ele, não apenas proíbe uma mulher de governar sobre seu povo, mas também não permite que governe sobre sua própria casa quando a coloca sob o controle de seus maridos.

No prefácio do *The first blast*, Knox apela aos filhos da Grã Bretanha, aos que ele chama de piedosos pregadores e homens de saber para que esclareçam ao povo sobre quão abominável é para Deus o império ou governo de uma mulher. Que eles não se calem diante da crueldade de uma rainha que derrama sangue inocente e cristão, transformando o país num recanto infiel e desagradável a Deus. Ciente dos perigos de tal publicação, Knox cita o exemplo dos antigos escritores e profetas, que imbuídos de

uma fé inabalável na justiça de Deus, não deixavam de admoestar os maus governantes, inimigos da verdade (KNOX, 1558b, p. 5).

Knox considerava sua missão esclarecer o povo sobre tal assunto, mostrando o quão prejudicial para eles era o governo de uma mulher. Sabia que iria correr um grande perigo diante da publicação desse texto, mas não desanimou. “Eu posso ser chamado de tolo, leviano, malicioso e semeador da sedição. E um dia talvez, (embora agora eu seja desconhecido) eu seja desonrado por traição” (KNOX, 1558b, p. 7). Essas previsões sobre seu futuro não o impediram de seguir adiante naquilo que considerava ser sua missão, ou seja, esclarecer o povo sobre essa anomalia.

O texto propriamente dito começa com uma sentença condenatória ao governo de uma mulher, pois é contrário aos desígnios divinos, à natureza e aos costumes. “Promover uma mulher ao governo, superioridade, domínio ou império sobre qualquer reino, nação ou cidade é repugnante à natureza, é ofensiva a Deus, uma coisa contrária a Sua vontade revelada, às leis, e finalmente é uma subversão da boa ordem, de toda equidade e justiça” (KNOX, 1558b, p. 8). O cego, continua Knox, não deve conduzir aquele que vê, o fraco e o doente não podem cuidar nem alimentar os fortes e sadios, o tolo e insensato não estão aptos para aconselhar os sábios e prudentes, pois, dessa forma estaríamos invertendo as coisas como naturalmente devem ser.

Como Deus falou a Ezequiel (Ez 33,7-9) é dever de todo homem alertar o pecador para que se arrependa, se não o fizer será também o responsável por essa queda, por isso Knox se pôs a alertar e a esclarecer a rainha de que sua posição e seu comando era um erro aos olhos de Deus e deveria ser imediatamente corrigido. Tratava-se, para ele, de uma subversão da ordem instituída por Deus e contrária à sua vontade revelada. Por que, segundo ele, onde a mulher reina ou detém a autoridade, as vãs necessidades devem ser preferidas à virtude, a ambição e o orgulho sob a temperança e a modéstia e a avareza, mãe de todo vício, sempre quererá destruir a igualdade e a justiça (KNOX, 1558b, p. 10).

Knox também se valeu de textos de Aristóteles para provar seus argumentos afirmando que “Aristóteles claramente assegura que, onde quer que uma mulher possua domínio, aí deve o povo necessariamente estar em desordem, vivendo e abundando em toda intemperança, dado ao orgulho, excessos e vaidade. E finalmente, no final, deverá vir necessariamente confusão e ruínas” (KNOX, 1558b, p. 11)

Knox inicia sua argumentação assegurando que a mulher foi criada em sua maior perfeição para servir e obedecer ao homem e não para governá-lo. Como diria

São Paulo em sua carta aos coríntios “Pois não é o homem que foi tirado da mulher, mas a mulher do homem. E o homem não foi criado para a mulher, mas mulher, para o homem” (1Cor 11, 8-9). Essa passagem é uma afirmação da dependência da mulher em relação ao homem e está contida nos textos bíblicos, tendo para ele, dessa forma, força de lei. O descumprimento da vontade de Deus só podia ter como consequência, resultados lamentáveis para todos.

Knox acreditava piamente que sua missão era ser um mensageiro de Deus e jamais esmoreceu diante das dificuldades que encontrou em seu caminho. Lutou incansavelmente para que sua terra natal se transformasse num lugar onde a verdade cristã fosse pregada e seguida por todos. Para isso era preciso combater os erros que prejudicavam a causa do Evangelho e o governo feminino era um deles. Ainda com base na carta de São Paulo aos coríntios, onde o apóstolo proibiu que as mulheres falassem nas assembleias (1Cor 14, 34-35), deveria ser ainda mais imprudente permitir que governem sobre nações ou reinos. Considerar a mulher acima do homem seria querer considerar o homem acima dos anjos ou de Cristo, isto é, uma aberração contra a natureza das coisas e a ordem estabelecida.

Knox também recorreu aos pensadores antigos para fundamentar sua tese. Cita por exemplo, Tertuliano que em seu livro: *De virginibus velandis*, no qual afirmava não ser permitido a uma mulher falar na congregação, nem ensinar, nem batizar, nem tomar para si qualquer ofício masculino (KNOX, 1558b). Santo Agostinho em seu vigésimo segundo livro escrito *Contra Faustum* provou que a mulher deveria servir a seu marido tanto quanto servira a Deus e que a mulher jamais deveria desejar ou pretender o poder concedido ao homem. Em outro texto *In quaestiones Veteris Testamenti quaest*, Santo Agostinho pergunta: Como pode uma mulher ser a imagem de Deus se ela está sujeita ao homem e não tem nenhuma autoridade, nem para ensinar, nem para ser testemunha, nem para julgar, muito menos para governar ou conduzir um império? Ainda em outro texto de Santo Agostinho, *De continentia*, Knox cita a passagem que assegura que a mulher deve estar sujeita ao homem tanto quanto a Cristo.

Outro pensador da Antiguidade tardia citado por Knox foi Santo Ambrósio, que em muitos pontos se aproximava de Santo Agostinho sobre a submissão da mulher em relação ao homem. Em seu comentário aos efésios (*Ad Ephesios*) ele afirmou que a mulher deveria estar submissa ao homem pelas leis da natureza, uma vez que ele é seu “autor”, assim como Cristo é o cabeça da Igreja, o homem é o da mulher. E sobre a

administração dos sacramentos conclui ele após citar Santo Ambrósio em seu comentário sobre a carta de São Paulo aos romanos (*Ad romanos*).

Disto está claro que a administração da graça de Deus é negada a toda mulher. Pela administração da graça de Deus é entendido não apenas a pregação da Palavra e a administração dos sacramentos, pelos quais a graça de Deus é apresentada e ordinariamente distribuída ao homem, mas também a administração da justiça civil, pela qual a virtude deve ser mantida e os vícios punidos (KNOX, 1558b, p. 19)

Crisóstomo entre os escritores gregos não gozava de menos prestígio para Knox e também é citado em seu texto político. Ele argumentava que o natural era que os pés seguissem a cabeça e não o contrário. Para ele, a mulher era imprudente e inconstante, imprudente porque ela não era capaz de analisar com acuidade as coisas que ouvia e via, e inconstante porque era facilmente manipulada. Knox, valendo-se das ideias de Crisóstomo apresentou sua explicação sobre as palavras do apóstolo (a cabeça da mulher é o homem); mais um argumento contra o governo de uma mulher. Crisóstomo comparou Deus em seu governo universal a um grandioso rei para quem todos os seus súditos rendem obediência e reverência. Esses súditos se apresentam diante de seu soberano carregando as insígnias que lhes conferem os direitos e privilégios concedidos pelo monarca. Assim como eles, homens e mulheres devem aparecer diante de Deus, carregando consigo suas “insígnias”. O homem recebeu certa glória e dignidade sobre a mulher e por isso deve se apresentar a Deus sem nenhuma cobertura na cabeça para demonstrar que o homem não possui na terra uma cabeça. Mas a mulher deve se apresentar com a cabeça coberta para mostrar que possui cabeça na terra, isto é, o homem.

Outros pais da Igreja poderiam ser citados como exemplos, mas ele considerou suficientes àqueles que até aqui foram utilizados e passou para a observação da natureza para encontrar novos argumentos a seu favor.

Como no corpo humano, a cabeça ocupa o lugar mais alto e é na cabeça que Deus colocou os olhos para ver, os ouvidos para ouvir e a boca para falar, cujas funções nenhum outro órgão está apto a exercer. Todos os outros membros do corpo têm o seu lugar e funções designados, mas nenhum deles exercerá as funções que somente e exclusivamente a cabeça deverá desempenhar. Quem não consideraria um monstro o corpo que não possuísse cabeça, ou que os olhos estivessem nas mãos, a língua e a boca estivessem abaixo da barriga e os ouvidos nos pés, tal é a imagem apresentada por Knox

para mostrar quão inapropriado o comando da mulher em qualquer ramo da atividade humana. Para ele não é menos monstruoso do que esse corpo, a comunidade cujo líder é uma mulher (KNOX, 1558b).

Outro argumento utilizado pelo reformador escocês para provar sua tese foi tirado da vida selvagem. “Nenhum homem jamais viu o leão obedecer e curvar-se diante da leoa, nem a corça tomar a condução do rebanho entre os veados” (KNOX, 1558b, p. 25). Desse modo afirmou: os soberanos da Inglaterra e da Escócia agem pior do que os animais, pois subvertem a ordem natural das coisas, bem como seus súditos que se inclinam diante delas, mas não obedecem a Palavra de Deus.

Knox continua sua argumentação afirmando que a menos que Deus revogue sua sentença contra a mulher, as pessoas tinham que concordar com seu ponto de vista. É certo, afirmava ele, que tudo aquilo que contrariava os ensinamentos de Deus era também contrário à justiça. Uma mulher governando sobre o homem era repugnante à vontade de Deus expressa em Sua Palavra, tal autoridade era, portanto, repugnante à justiça. O caso de Débora, encontrado nas Escrituras é uma exceção e serviu para provar que Deus age no mundo e liberta seu povo por meio de seus vassalos mais fracos. “Mas Deus, por Seu extraordinário privilégio, favor e graça, eximiu Débora da maldição comum dada à mulher; e contra a natureza Ela a tornou prudente no aconselhamento, forte na coragem, propícia ao governo e uma abençoada mãe e libertadora de seu povo” (KNOX, 1558b, p. 35). Além disso, Débora não atribuía a si mesma todo o poder, pois, considerava que toda autoridade vinha e pertencia a Deus. Muito diferente do que pensava das soberanas de seu tempo, reclamou que não apenas descumpriam os ensinamentos bíblicos, mas também perseguiram aqueles que os divulgassem.

Sendo esses governos estabelecidos sem base nas Escrituras, nos antigos pais da Igreja, nem tampouco na natureza, precisavam ser destituídos. Aqui o texto de Knox toma contornos mais radicais e perigosos, pois conclama ao povo que não obedeça a um governo ilegítimo comandado por uma mulher. Essa ilegitimidade atinge também todos os cargos e ofícios concedidos por ela. Não sendo ela a verdadeira autoridade e não tendo o poder para tal, qualquer um que tenha sido revestido de uma função real, reveste-se de algo que não é verdadeiro e, por consequência, não é legítimo. Ao invés de aceitar esses encargos devem recusar porque essas mulheres são traidoras e rebeldes contra Deus. O mesmo deve fazer a nobreza e remover da autoridade e do governo todos aqueles que se apossaram do trono por meio da usurpação.

Ao final do seu texto teceu críticas contundentes contra o governo de Maria I que agia, segundo ele, com crueldade desvelada e aberta, de modo que todos pudessem julgar seu governo, como sendo um reinado de violência e ataques contra o bem e à verdade. O fogo da Palavra de Deus já estava caindo sobre as paredes sem fundação de um império feminino, profetizou Knox, e destruiria todos aqueles que trabalharam para erguer tal anomalia. O *The first blast* foi seu mais importante tratado político e surgiu por conta da animosidade de Maria Tudor e suas perseguições na Inglaterra.

Ao questionar a legitimidade do governo inglês na figura dessa rainha, ele questionava também as bases da própria monarquia, quando esta não legislava ou agia de acordo com o que se espera de uma autoridade legítima. Eram os textos sagrados a base de sua fundamentação política, aliás, uma ideia comum para a época, já que todos os grandes escritores políticos se valiam das Escrituras para dar sustentação às suas teses. Os posicionamentos políticos de Knox, embora destoando do que defendia Lutero e inicialmente Calvino, deve ser entendido dentro do contexto político em que ele viveu e atuou. As lutas estabelecidas entre os adeptos da Reforma e os poderes constituídos da Escócia é que fundamentaram a necessidade do questionamento de uma autoridade que buscava dominar também a fé de seus súditos, e isso, ele não aceitou.

Para Stanford Reid o entendimento do pensamento político de John Knox precisava ser feito com base nas suas ideias de aliança, ou seja, no momento em que o povo escocês aceitou a Reforma, ele fez uma aliança com Deus, tal como o povo de Israel no Antigo Testamento. Essa aliança ou pacto implicava no comprometimento que o indivíduo convertido fazia com Deus para seguir seus ensinamentos contidos na Bíblia e combater a idolatria, um pensamento calvinista e que depois ele ampliou do individual para o coletivo, do fiel para a nação.

Para Reid não é certo que tenha conhecido o trabalho de Ponet, mas certamente discutia essa ideia de aliança e de pacto com Goodman que era um dos líderes da congregação inglesa em Genebra, comandada por Knox (REID, 1988). Quando enviou algumas perguntas para Calvino em 1554 sobre questões políticas, tal como aquelas apresentadas a Bullinger ficou evidente segundo Reid, que as ideias de Knox sobre a aliança do homem para com Deus eram anteriores ao seu encontro com Calvino e às suas discussões com Goodman. A resposta de Calvino foi evasiva e feita apenas verbalmente, bem como a resposta de Bullinger, que embora tenha feito por escrito seguiu as mesmas orientações de Calvino, para eles, ideias muito radicais.

As revoluções inglesas do século XVII tiveram muita influência dos pensadores protestantes de meados do século anterior. Como um dos precursores do puritanismo, Knox questionou o poder dos monarcas e defendeu o direito de resistência a essas autoridades em caso de abuso de poder. Se forem designados por Deus, como algumas teorias políticas afirmavam, então deviam agir de acordo com a Sua Palavra em favor dos seus súditos, e não contra ela.

Devemos entender que esses posicionamentos políticos defendidos por alguns protestantes só podem ser analisados se forem contextualizados, ou seja, entendidos dentro de um embate político em que estava em jogo a sobrevivência da religião Reformada. Desse modo, as críticas feitas por Knox contra as autoridades, eram críticas feitas contra os governantes católicos, que não comungavam da mesma fé do reformador escocês e que punham entraves para a plena realização do protestantismo. Diferente desses posicionamentos, as doutrinas do tiranicídio, elaboradas pelos Jesuítas Juan de Mariana (1536-1624) e Francisco Suárez (1548-1617), da Espanha, embora não desvinculando completamente o aspecto religioso de suas teorias políticas, escreviam sobre as competências que um governante precisava ter para exercer um bom governo (BRAUN, 2007). Mariana defendia ainda a ideia da manutenção de conselho de homens instruídos e pertencentes à Igreja para auxiliar nas decisões do reino.

Em suma, as questões relacionadas à política no início da Modernidade devem ser estudadas dentro do quadro religioso de cada país seja ele católico ou protestante (HABERMAS, 2001). O que nos interessa de modo mais amplo são as interdependências que existiam entre religião e política, pois, demonstram que a religião influenciava fortemente outras áreas da sociedade. A influência da religião na política se desdobrava também na questão educacional, já que a nobreza era educada pelas instituições educacionais mantidas pela Igreja. Tratar sobre política no século XVI era discutir sobre os soberanos e necessariamente sobre sua formação, necessária ao desempenho de um bom governo, daí porque a educação foi um tema que interessou aos escritores políticos e religiosos daquele período. Para os religiosos da Reforma Protestante que escreveram também sobre a importância da educação dos governantes para a realização de uma administração mais justa e cristã, sobretudo uma educação pautada nos ensinamentos bíblicos, certamente a educação mais popularizada teve mais relevância para seus objetivos teológicos e eclesiológicos. Uma Igreja Reformada precisava educar seus fiéis para que estivessem aptos ao exercício das funções

eclesiásticas, desempenhadas pela própria comunidade, que elegia dentre seus membros os pastores e pregadores de cada congregação.

Knox não conseguiu se reconciliar com a rainha Elizabeth I da Inglaterra que governou após Maria I, mesmo tendo ao seu lado um dos maiores pensadores políticos de seu tempo Sir Francis Bacon (1561-1626). Ele percebeu que uma aproximação com a rainha era muito importante para a consolidação da Reforma na Escócia, já que Elizabeth I era simpática ao protestantismo. Com o apoio dela, Knox esperava ver o evangelho e a nova Igreja disseminada pela Escócia, como estava ocorrendo na Inglaterra. O seu texto causou tanto mal estar para a rainha que ela jamais o perdoaria e tudo o que ele escrevesse ou fizesse era visto com muita desconfiança e desagrado por parte da soberana inglesa. Seu intento seguramente era atingir Maria Tudor e Maria de Guise, mas acabou lhe rendendo muita animosidade.

Não somente para a Escócia, mas também para todo o continente, o apoio da rainha inglesa era fundamental, tanto que Calvino dedicou a ela seu comentário sobre Isaías no início de 1558. Seu texto, entretanto, não foi bem recebido por ela, que tinha contra Calvino grande ressentimento por ter permitido a publicação do *The first blast* em Genebra. Em resposta, Calvino disse não saber por quase um ano da publicação e quando o soube se mostrou contrário ao conteúdo do texto. Knox jamais conseguiria se aproximar de Elizabeth para concretizar seu anseio de ver uma Escócia filiada ao pensamento protestante. “Elizabeth nunca o perdoou, não somente por seus comentários sobre as mulheres, que obviamente podiam ser aplicados a ela (apesar da tentativa de Knox de fazê-la uma exceção), mas também por causa de sua defesa de uma revolta armada contra a monarquia” (LAMONT, 1991, p. 95).

5.2. AS CONCEPÇÕES RELIGIOSAS DE JOHN KNOX

Knox teve muitos problemas para propagar suas ideias religiosas pela Escócia, pois teve como ferrenho inimigo a poderosa Igreja Católica Romana que, aliada aos poderes seculares, impunha um monopólio religioso de muitos séculos. Não seria uma batalha fácil, como não foi para outros reformadores, mas ele não desanimou e com sua pena foi aos poucos ganhando a simpatia de nobres que se convenceram do perigo para a independência do país a continuidade da Igreja de Roma nos bastidores do poder. Perseguido e condenado por suas ideias religiosas, Knox apelava para que o povo em aliança com a nobreza unisse seus esforços contra a tirania católica. Que os fiéis pudessem exigir de bispos e clérigos de um modo geral a responderem por meio das Escrituras Sagradas as acusações de “crimes” que pesavam sobre eles como de: “vã religião, falsa doutrina, vida imoral e conversação difamatória” (KNOX, IV, p. 524).

5.2.1. A Confissão de Fé Escocesa (Scottish Confession of Faith) de 1560

John Knox certamente foi um importante nome da Reforma na Escócia e esteve à frente dos grandes acontecimentos que marcaram o país naquele século. Os reformadores formaram um partido político de nobres preteridos pela coroa em favor dos interesses franceses e perceberam que corriam sérios riscos com a política adotada por Maria Stuart. Na liderança dos interesses protestantes e nacionalistas figurava Knox que já havia transitado por outros países como fugitivo de sua terra natal e participado da elaboração de outros documentos que se configuravam como fundamentos das novas concepções no campo da fé. As confissões de fé professadas pelos protestantes dos vários países onde as ideias de reforma religiosa se instalaram, foram marcos importantes para o estabelecimento dos novos paradigmas religiosos. Na Alemanha a Confissão de Augsburgo (1530), na Suíça a Primeira Confissão Helvética (1536) e na Inglaterra os 39 Artigos de Fé (1571), são os mais conhecidos.

Como toda a religião que em seus primórdios se desvencilha de uma matriz e depois constrói seu próprio conjunto de valores éticos e religiosos tal se deu também com a Reforma na Escócia. Assim como o próprio Cristianismo que inicialmente foi apenas uma seita do Judaísmo, precisou com o tempo criar sua própria doutrina por meio dos Credos de fé nos primeiros séculos de sua existência para se separar da

tradição judaica, os protestantes também precisaram, tão logo estabeleciam suas divergências para com a Igreja Católica Apostólica Romana, formatar seus princípios religiosos. A luta por uma liberdade religiosa e a possibilidade do livre exame das Escrituras, logo foi substituída por catecismos e confissões pelos quais os novos adeptos deveriam se pautar.

A Escócia não ficaria de fora dessa tradição e criou sua própria confissão a mando do Parlamento e tendo John Knox como o principal autor. Assim como na história da Igreja os Credos serviram para estabelecer a ortodoxia e ao mesmo tempo combater doutrinas consideradas heréticas, os reformadores acreditavam que havia um grande acúmulo de erros que precisavam ser extirpados (STALKER, 1905). A grande crítica que os protestantes faziam à Igreja era de que ela condicionava a interpretação da Bíblia de acordo com o que estabeleciam os Credos e não como supunham os protestantes, que afirmavam elaborar suas confissões em conformidade com os Textos Sagrados. Para os protestantes, a Igreja engessou os credos como uma verdade inquestionável, tal como se poderia atribuir para a Bíblia, enquanto eles acreditavam que os credos eram falíveis e poderiam ser mudados à medida que Deus expandia e purificava, para a Igreja, a apreensão da verdade (STALKER, 1905). Os protestantes, entretanto, ao afirmarem que seus tratados, embora elaborados pela mente humana, eram solidificados nos Textos Sagrados, acabaram por fazer o mesmo que criticavam na Igreja Romana. Com relação à Confissão Belga e ao Catecismo de Heidelberg tendiam a interpretar a Bíblia por esses trabalhos mais do que avaliá-los esses pelos ensinamentos bíblicos. A mesma perigosa tentação aconteceu na Escócia nos séculos dezoito e dezenove para com a Confissão de Westminster (HENDERSON, 1988).

A Confissão de Fé Escocesa escrita por Knox e seus colegas, foi um documento elaborado em quatro dias, “parece miraculosamente breve quando comparado com o que se requer em nossos dias para a mais breve revisão de qualquer credo (STALKER, 1905, p. 199). Obviamente que o sucesso dessa tarefa se deveu em parte pela experiência que Knox já possuía em suas incursões no exterior como pastor de congregações protestantes de fala inglesa em Frankfurt e Genebra, por exemplo. Ele colaborou na esquematização dos artigos da Igreja da Inglaterra; em Genebra fez um rápido esboço de um credo para inserir no Livro de Orações da congregação inglesa (Prayer Book of the English congregation); e sem dúvida nenhuma estava familiarizado com outras confissões já adotadas pelas Igrejas Protestantes no continente (STALKER, 1905).

John Knox foi o principal autor da Confissão embora outros Johns (Wynram, Spottiswood, Willock, Douglas e Row) tenham colaborado com ele, a confissão foi sem dúvida nenhuma uma obra de Knox. Na introdução da publicação feita por G. D. Henderson da Confissão Escocesa, ele afirma que a primeira versão do documento foi trabalho de um homem só e para ele, esse homem foi John Knox (HENDERSON, 1988). Aprovada em 17 de agosto de 1560 a Confissão Escocesa parece não ter sofrido muitos ataques do clero não reformado e já em 1561 três edições foram publicadas (Lekprewik, Edimburgo, Scot, Edimburgo e Rowland Hill, Londres). Uma tradução latina atribuída a Patrick Adamson foi publicada em 1572. A rainha católica não aprovaria a Confissão Protestante que considerava os atos do parlamento não apenas irregulares, mas também indesejáveis. Por isso o documento foi constitucionalmente ratificado em 1567 pelo primeiro parlamento do infante Jaime VI.

No prefácio da confissão seus autores deixam clara a preocupação em confiar todos os pontos de seu conteúdo ao que está exposto no Texto Sagrado, submetendo-se a ele, de forma irrevogável. Da mesma forma que o **Livro da Disciplina** que surgiu das mesmas mãos, esses documentos requerem apenas, afirmam seus autores, que estejam em conformidade com as Escrituras de Deus (KNOX, 1560b). Essa sujeição se confirma pela multiplicidade de passagens bíblicas encontradas em cada uma delas.

A Confissão Escocesa, seguindo Calvino, nega que a Bíblia deve sua autoridade à Igreja. As Escrituras são ‘suficientes para instruir e elevar o homem a Deus’, e contêm ‘todas as coisas necessárias para se crer que ela seja a salvação da humanidade’. A interpretação é deixada para o Espírito Santo, que ‘não está nunca em contradição consigo mesmo’, trabalhando na e através da Igreja (KNOX, 1560b, p.4)

Consideradas produtos dos trabalhos humanos, as confissões, entretanto, tinham que estar em concordância com a Palavra de Deus e no caso da Confissão Escocesa ela não veio para negar ou mesmo substituir os Credos da Igreja. O Primeiro Livro da Disciplina requer de seus leitores não somente um conhecimento da Confissão Escocesa, mas também do Credo dos Apóstolos, tido como um breve sumário da fé cristã, concordante com a Palavra de Deus e antigamente recebido nas igrejas de Cristo (KNOX, 1560b). No Livro da Ordem Comum de Knox, o Credo aparece no culto público comum no final de uma das preces e também no serviço batismal. Com o passar dos anos e à medida que católicos e protestantes se digladiavam pela supremacia religiosa ou política de seus países, o Credo Apostólico passou a ser substituído pelas

confissões reformadas, que passaram a ser obrigatórias a todos que se intitulavam protestantes.

Por meio da utilização dos catecismos a Igreja Reformada passou a divulgar a nova teologia, exigindo a aceitação da Confissão Escocesa daqueles considerados suspeitos de romanismo. Ela era um documento anti-romano e foi elaborada para expor os princípios e práticas da Igreja Católica com as quais não concordavam. A ideia era deixar claro que os reformados queriam continuar com a ortodoxia da Igreja Católica também aceita por eles, mas corrigir a corrupção, os abusos e os erros inseridos por aqueles que governaram a Igreja ao longo de sua história. “Ela era um manifesto de revolta mais do que uma calma análise científica e exposição de fé” (HENDERSON, 1988, p. 8).

Como todo documento produzido em momentos de luta, deixava pouca margem para a tolerância, direcionando seus ataques aos supostos erros dos católicos romanos como a ênfase dada aos méritos do homem para a salvação. Os reformadores se colocaram não simplesmente como defensores da Palavra de Deus, mas como verdadeiros inimigos da Igreja Católica. Nesse sentido tinham que combater o maior inimigo da verdade e, portanto, de Deus, pois se transformara num câncer que precisava ser extirpado. Daí a importância dada para a chamada igreja invisível, cuja comunidade de fiéis, era a verdadeira representante de Cristo na terra. A obrigação dos magistrados civis incluía a manutenção da verdadeira religião e a supressão da idolatria, sem esquecer que Cristo era a única cabeça da Igreja, soberano e supremo governador. Nem a autoridade papal e nem a real eram admitidas como lideranças dentro da Igreja Reformada (HENDERSON, 1988).

A Confissão Escocesa não foi um documento tão bem elaborado como a Confissão de Westminster, ela nasceu do esforço de um homem que estava mais preocupado com questões práticas do culto e da vida cristã do que de controvérsias teológicas. “Do ponto de vista científico, a Confissão Escocesa é insatisfatória em relação à repetição, imprecisão e ambiguidade” (HENDERSON, 1988, p. 10). Ela permaneceu como a doutrina oficial da Igreja da Escócia até a adoção da Confissão de Westminster em 1647, assinada e aceita por todos os ministros do país.

O capítulo 1 da Confissão Escocesa trata de Deus, distinto em três pessoas, o Pai, o Filho e o Espírito Santo e de seus atributos, admitindo esse Deus como o único a ser adorado pelos cristãos, pois é o criador de todas as coisas. O capítulo 2 trata da criação do homem a partir de Adão, moldando-o a Sua imagem e semelhança e

concedendo-lhe sabedoria, liderança, justiça, livre-arbítrio e consciência de si mesmo. Dessa dignidade e perfeição o homem caiu em pecado arrastado pela voz da mulher que fora enganada pela serpente. Ele desafiou a vontade divina ao comer da árvore proibida. O capítulo 3 apresenta o pecado original como resultado da desobediência do homem para com as ordens divinas. Pecando contra Deus, Adão e toda sua descendência se tornariam escravos do pecado e de Satanás, condenados eternamente exceto se forem regenerados pelo alto, pelo poder do Espírito Santo que daria aos escolhidos uma fé segura nas promessas de Deus reveladas em Sua Palavra. O capítulo 4 discorre sobre o chamamento de Deus a Adão e após convencê-lo de seu pecado, prometeu que sua descendência iria esmagar a cabeça da serpente. Essa promessa foi refeita até o advento de Jesus Cristo quando todos se regozijaram com o cumprimento da promessa. O capítulo 5 trata da continuidade, crescimento e preservação da Igreja, ou seja, seu povo libertando-o da servidão do faraó e acompanhado o povo de Deus em suas provações até a vinda de Jesus Cristo.

A encarnação de Jesus Cristo é tratada no capítulo 6, afirmando que Deus enviou Seu filho ao mundo que tomou a natureza humana da substância de uma virgem, por meio do Espírito Santo. O messias prometido havia nascido entre os homens que os autores da confissão admitiam ser ele o enviado de Deus e por isso, condenavam as “heresias de Árius, Marcion, Eutiques, Nestório e todos que negaram a eternidade de sua divindade, ou a verdade de sua humanidade, ou as confundiram, ou mesmo as dividiram” (KNOX, 1560b, p. 57). A união entre a natureza divina e a natureza humana de Cristo surgiu do imutável decreto de Deus do qual depende toda salvação, é esse o conteúdo do capítulo 7, que seus autores confessam e reconhecem.

A questão da eleição é tratada no capítulo 8 e afirma que Deus unicamente pela graça nos escolheu em Seu Filho Jesus Cristo antes da criação do mundo, designando-o como nosso líder, irmão, pastor e o grande bispo de nossas almas. Tendo Cristo se tornado homem e tomado um corpo de nosso corpo, carne de nossa carne, pôde ele mediar entre Deus e o homem dando poder a todos que cressem nEle como salvador. Era preciso que o Cristo fosse verdadeiramente divino e verdadeiramente humano para que pudesse sofrer a morte e ao mesmo tempo superá-la.

Mas porque a divindade sozinha não podia sofrer a morte, nem a humanidade superá-la, Ele juntou ambos numa só pessoa, que a fraqueza de uma pudesse sofrer e estar sujeita à morte – que nós tínhamos merecido – e o infinito e invencível poder do outro, isto é, da

divindade, pudesse triunfar e conquistar vida para nós, liberdade e vitória perpétua (KNOX, 1560b, p. 58).

O capítulo 9 apresenta Cristo como nosso salvador e que se sacrificou voluntariamente para a redenção de nossos pecados. Foi condenado por um juiz terreno para que nós fôssemos absolvidos do julgamento de Deus. Neste capítulo, Knox e seus colaboradores, afirmam ser Cristo o filho amado e abençoado de Deus e que seu sacrifício é suficiente para anular os nossos pecados. Após seu sacrifício e sua morte, a confissão continua no capítulo 10 o tema da ressurreição de Cristo, que após descer aos abismos, subiu novamente aos céus. A ressurreição foi confirmada e testemunhada por seus inimigos e pela ressurreição dos mortos, cujas sepulturas foram abertas e eles apareceram para muitos dentro da cidade de Jerusalém. A ressurreição de Cristo também foi testemunhada pelos anjos, pelos apóstolos e por outros que conversaram, comeram e beberam com Ele depois que ressuscitou (KNOX, 1560b). A ascensão de Cristo compõe o capítulo 11, que discorre também sobre o Juízo Final. O mesmo corpo que nasceu da Virgem e foi crucificado subiu aos céus para o cumprimento de todas as coisas, voltará também para julgar os vivos e os mortos no dia do Juízo Final. Aqueles que sofreram injúria e violência por causa da justiça herdarão a imortalidade prometida a eles desde o início. Para aqueles que permaneceram no pecado, que foram desobedientes, idólatras e descrentes serão lançados na escuridão e no sofrimento eterno.

O capítulo 12 trata da fé no Espírito Santo afirmando que nossa fé nasce por inspiração dEle e não por qualquer força humana ou natural presente em nós. Neste capítulo também admitem a unicidade do Espírito Santo com o Pai e o Filho que nos santifica e nos mostra a verdade, sem O qual permaneceríamos para sempre inimigos de Deus e ignorantes de Seu Filho, Jesus Cristo (KNOX, 1560b). Naturalmente somos cegos e perversos e jamais veríamos a luz nem a vontade de Deus, mesmo que revelada, se Cristo não removesse a escuridão de nossas mentes e conduzisse nossos corações para a obediência de Sua abençoada vontade. Também aqui confessam que o Espírito Santo nos santifica e regenera sem que tenhamos qualquer mérito para isso, mas unicamente por sua graça imerecida.

O capítulo 13 versa sobre a origem das boas obras ensinando que elas não provêm da nossa livre vontade, mas do Espírito do Nosso Senhor Jesus Cristo que

habitando em nossas almas realiza as obras que agradam a Deus. É blasfêmia afirmar que Cristo habita no coração daqueles em quem não há espírito de santificação.

Por isso, não hesitamos em afirmar que assassinos, opressores, perseguidores cruéis, adúlteros, pessoas imorais, idólatras, bêbados, ladrões e todos os que cometem iniquidades não possuem nem a verdadeira fé nem qualquer coisa do Espírito do Senhor Jesus, enquanto obstinadamente continuarem na maldade (KNOX, 1560b, p. 61).

Tão logo o Espírito de Cristo toma posse do coração do homem, Ele regenera e renova e esse homem começa a odiar o que antes amava e amar o que antes odiava. Desse momento em diante começa a batalha entre a carne e o espírito, pois enquanto a carne deseja os prazeres do mundo, o espírito, que nos lembra que somos filhos de Deus, nos incita a resistir ao mal, a implorar por libertação da escravidão da corrupção e finalmente triunfar sobre o pecado. Sem Cristo no coração, o homem obedece inevitavelmente ao pecado sem arrependimento, pois, seguem as determinações do diabo, mas os filhos de Deus lutam contra o pecado e se caem, levantam-se novamente. Fazem essas coisas, não por suas próprias forças, mas pelo poder de Jesus Cristo, fora do qual não podem fazer nada.

No capítulo 14 a Confissão apresenta as obras que são tidas como agradáveis a Deus e estão escritas nas leis sagradas da Bíblia. Essas obras podem ser de dois tipos: aquelas que são feitas em honra ao Senhor e aquelas dirigidas em benefício do próximo. Ter um único Deus, honrá-lo, chamá-lo em nas lutas, reverenciar Seu santo Nome, ouvir Sua Palavra e acreditar nelas e participar de Seus santos Sacramentos pertencem ao primeiro tipo. Honrar pai, mãe, príncipes, governantes e os poderes superiores; amá-los apoiá-los, obedecer suas ordens se elas não são contrárias à vontade de Deus, salvar a vida dos inocentes, reprimir a tirania para defender o oprimido, manter o corpo limpo e puro, viver em sobriedade e temperança, são ações que pertencem ao segundo tipo. Os atos contrários aos relatados acima são certamente desagradáveis a Deus e provocam Sua ira, pois são ações que contrariam Seus Mandamentos.

A perfeição da Lei e a imperfeição do homem é o conteúdo do capítulo 15, que reconhece a incapacidade do homem em cumprir a Lei, devido à corrupção, fraqueza e imperfeição. Unido a Cristo, Deus aceita a imperfeita obediência do homem cheia de manchas e a cobre com a perfeita justiça de Cristo. Sobre a Igreja os autores da confissão trataram no capítulo 16 e admitem uma só Igreja, ou seja, uma multidão de

homens escolhidos por Deus, que devidamente O cultua e compreende pela verdadeira fé em Cristo Jesus, que é O único chefe da Igreja. A Igreja é católica, ou seja, universal, porque nela estão todos os escolhidos de todos os tempos, reinos, nações e línguas, sejam eles judeus ou gentios que estiverem em comunhão com Deus Pai e seu Filho Jesus Cristo por meio da santificação do Espírito Santo. É uma comunhão dos santos, dos cidadãos da divina Jerusalém de um só Deus, um só Senhor Jesus, uma fé e um batismo (KNOX, 1560b). É uma Igreja invisível conhecida apenas por Deus, que sabe quem são os escolhidos.

O capítulo 17 intitulado: a imortalidade da alma promete paz aos eleitos e descanso de suas lutas, libertação de todo medo, tormento e tentações das quais os escolhidos de Deus estão sujeitos nessa vida. Os réprobos e condenados sofrerão após a morte sofrimentos inenarráveis pela linguagem humana. Não aguardarão o juízo final adormecidos de tal forma que não possam sentir prazer ou tormento, mas gozarão de sua condição de escolhidos ou condenados conforme a vontade de Deus. No capítulo 18 são apresentados os meios para se distinguir a verdadeira da falsa Igreja, porque segundo Knox (1560b, p. 66):

Satanás trabalhou desde o início para adornar sua pestilenta sinagoga com o título de Igreja de Deus e incitou cruéis assassinos a perseguir, incomodar e molestar a verdadeira Igreja e seus membros, como Caím fez com Abel, Ismael com Isaque, Esaú com Jacó e todo o sacerdócio judeu com o próprio Cristo Jesus e seus apóstolos depois dEle, por isso é essencial que a verdadeira Igreja seja distinguida da imunda sinagoga por sinais claros e perfeitos para que não sejamos enganados [...] KNOX, 1560b, p. 66).

Esses sinais são: primeiro, a verdadeira pregação da Palavra de Deus, na qual Deus revelou a Si mesmo para nós como escreveram os profetas e declararam os apóstolos; segundo, a correta administração dos sacramentos de Jesus Cristo, com os quais devemos associar a Palavra e a promessa de Deus para selar e confirmá-las em nossos corações; e finalmente, disciplina eclesiástica, cumprida com rigor, onde o vício é repreendido e a virtude alimentada. Aqui não se trata da Igreja universal, mas das igrejas espalhadas em cada cidade da Escócia, que devem passar por esse crivo para receber o título de Igreja de Deus. A interpretação das Escrituras não deve pertencer a nenhum homem, mas unicamente ao Espírito de Deus, que revelou a verdade. As controvérsias que surgirem na interpretação de alguma passagem bíblica deverão ser solucionadas com base nas Escrituras, uma vez que o Espírito de Deus, que é o espírito

da unidade, jamais se contradiz. “Não nos atrevemos a receber ou admitir qualquer interpretação que é contrária a algum ponto principal de nossa fé, ou qualquer outro texto da Escritura, ou às regras do amor” (KNOX, 1560b, p. 67).

A autoridade das Escrituras é o tema do capítulo 19, onde Knox afirma ser ela suficiente para nos instruir e tornar perfeito o homem de Deus, por isso, sua autoridade provém de Deus e não depende de homens ou anjos. No capítulo 20 ele escreve sobre os Concílios e sua autoridade, para ele, baseada nas Escrituras. Desse modo, os protestantes escoceses aceitam as decisões dos antigos Concílios da Igreja feitos por homens, mas baseados na Palavra de Deus. Tudo o que foge ao que está escrito na Bíblia, mas aceito em Concílios deve ser repudiado, pois não possui autoridade já que não está fundamentado no que Deus espera de nós e revelou ao homem. O capítulo 21 apresenta os sacramentos que para eles se resume em apenas dois: o batismo e a comunhão, porque foram os dois que Jesus ensinou aos seus discípulos.

Esses sacramentos, tanto do Antigo, quanto do Novo Testamento, foram instituídos por Deus não apenas para tornar visível a distinção entre Seu povo e aqueles que estão fora da Aliança, mas também para exercitar a fé de Seus filhos e, pela participação nesses sacramentos, selar em seus corações a certeza de Sua promessa, e da mais abençoada conjunção, união e sociedade que os escolhidos têm com sua Cabeça, Jesus Cristo (KNOX, 1560b, p. 69).

5.2.2. O Livro da Disciplina (Book of Discipline) de 1560

O Livro da Disciplina foi apresentado ao parlamento escocês em maio de 1560 e foi redigido por John Knox com mais alguns colaboradores que ficaram conhecidos como os seis Johns. É um dos primeiros e principais documentos da história da Reforma na Escócia, o texto foi publicado pela primeira vez em 1621 a partir de um manuscrito do qual nada se sabe e reimpresso na Grã-Bretanha no século dezoito.

Seguindo o raciocínio de Cameron por meio do prefácio podemos perceber os pontos analisados pelos religiosos sobre a doutrina, a administração dos sacramentos, o ministério, a disciplina, a política (administração eclesiástica). Na conclusão é possível perceber a presença de propostas que visavam a manutenção dos ministros, na tentativa de sensibilizar os grandes senhores do país (*Lords*). Na reunião do Parlamento, em 10 de julho, os nobres se contentaram em adotar a Confissão de Fé, a proibição da missa e a abolição da jurisprudência do papa. A questão da organização da nova Igreja e de sua

manutenção ficou para discussões posteriores. John Knox foi designado ministro de Edimburgo, John Willock para Glasgow e Christopher Goodman para Saint Andrews, como haviam adquirido experiência na Inglaterra e nas igrejas reformadas do continente, foram escolhidos para as cidades mais importantes.

Para Cameron, os problemas relativos à organização da nova Igreja eram relevantes naquele momento porque o modelo seguido pelos escoceses era muito semelhante àquele adotado pelas pequenas cidades suíças, que procuravam ter uma organização independente. O modelo de Genebra, no qual eram eleitos os diáconos da própria comunidade, foi muito difundido na Escócia. Outro problema presente naquele momento foi o da manutenção dos ministros, que iria requerer recursos que os nobres não estavam dispostos a conceder.

No prefácio os autores lembraram da necessidade de um programa para a reforma da religião e clamaram para que seguissem a justa Palavra de Deus. Também proclamaram, assim como fizeram na Confissão de Fé, que a autoridade maior da Igreja reformada era a Escritura Sagrada. O Livro foi compilado em nove tópicos sendo os três primeiros versando sobre a correta administração dos sacramentos e a pregação da Palavra. Em seguida, discorreram sobre o exercício do ministério eclesiástico e de sua manutenção e provisão, assuntos tratados nos tópicos IV, V e VI. A disciplina eclesiástica, nota importante da Igreja Reformada na Escócia, foi trabalhada nos itens VII e VIII. As questões de política e de administração eclesiástica, ou seja, as regras para a prática religiosa de caráter público ou privado em todo o país foi o tema do tópico IX. A conclusão é uma defesa da causa protestante e um pedido para que as autoridades considerassem justas e aprovassem o conteúdo desse documento baseado tão somente nas Sagradas Escrituras.

O primeiro capítulo ou divisão trata da doutrina (*Of Doctrine*) e da necessidade de que o Evangelho seja livremente pregado por todo o reino, sem a interferência da Igreja Católica. Aqui a tese da autoridade máxima das Escrituras – um dos principais pilares de sustentação da teologia protestante – estava claramente definida como norteadora de toda a disciplina religiosa seja ela eclesiástica ou laica.

Visto que Jesus Cristo é quem o Deus Pai tem ordenado que seja o único a ser ouvido e seguido por suas ovelhas, julgamos necessário que seu Evangelho seja verdadeiramente e claramente pregado em toda Igreja e assembleia deste reino, e que toda doutrina repugnante à mesma, seja completamente reprimida como prejudicial à salvação do homem (KNOX, 1560a, p. 87)

Aqui é preciso fazer uma ressalva, de acordo com Cameron, pois é preciso entender por Evangelho as Escrituras do Antigo e do Novo Testamento, que definem tudo o que é necessário para o correto funcionamento da Igreja. Em oposição, todas as práticas que a Igreja medieval utilizou sem ancoragem nos Textos Sagrados, foram consideradas antidoutrinárias. Tudo o que a Igreja precisava para instruir e tudo o que o homem necessitava para se salvar estava contido no Evangelho de Jesus, em sua palavra, que deveria ser ensinada e divulgada por todo o reino. Além disso, os autores do livro, tendo Knox à frente pediram para que não apenas professassem a verdadeira religião, mas também combatessem as doutrinas contrárias, ou seja, que não estivessem embasadas nos Textos Sagrados, que poderiam conduzir o ser humano para a perdição e a condenação eternas (KNOX, 1560a).

O segundo tópico (*Of Sacraments*) foi elaborado para esclarecer sobre a administração dos sacramentos. Aqui, os reformadores escoceses, admitiram apenas o Batismo e a Eucaristia como verdadeiros atos deixados por Jesus Cristo.

Para Jesus Cristo, que seu santo Evangelho seja verdadeiramente pregado, é necessário que seus sagrados sacramentos sejam verdadeiramente ministrados como marcas e visíveis ratificações das promessas espirituais contidas na Palavra, e elas são duas, a saber, Batismo e Eucaristia que são verdadeiramente ministradas, quando por um legítimo ministro do povo, antes da administração do mesmo, são instruídos, e convencidos da graça livre e da misericórdia de Deus, oferecidas ao penitente em Jesus Cristo [...] (KNOX, 1560a, p. 90).

A pregação do Evangelho e a administração dos sacramentos deveriam estar conectados um ao outro. A administração dos sacramentos deveria seguir as ordenações contidas no Novo Testamento, onde Cristo orientou seus discípulos para a prática apostólica. No Batismo apenas a água foi reconhecida como elemento para a celebração desse sacramento, seguindo a tradição deixada por Cristo. A Eucaristia devia seguir de perto as próprias ações de Jesus, ou seja, que o pão e o vinho estivessem presentes e distribuídos, que agradecimentos fossem feitos e preceitos pudessem ser dados. O Ministro deveria repartir o pão e distribuir para os que estivessem à sua volta e estes, por sua vez, fariam o mesmo com os outros companheiros. Além disso, trechos da Escritura deveriam ser lidos para lembrar a morte de Cristo e os benefícios de Seu sacrifício para a humanidade.

No tópico três (*Touching the Abolishing of Idolatrie*), seus redatores, seguindo a sequência lógica dos dois primeiros, versa sobre a abolição de toda e qualquer idolatria como corolário da implantação do evangelho na Escócia. A ideia era acabar com tudo o que não estivesse de acordo com a sagrada Palavra de Deus, devendo as autoridades cuidar para que toda a idolatria fosse abolida do país. “Por idolatria nós entendemos a missa, a invocação dos santos, a adoração de imagens. E finalmente toda honra a Deus não contida em sua Santa Palavra” (KNOX, 1560a, p. 95).

No quarto tópico (*Concerning Ministers and their Lawfull Election*) os autores do Livro da Disciplina estabeleceram regulamentos para o exercício das funções ministeriais, para a administração dos sacramentos e para a pregação evangélica. Era inaceitável que alguém tivesse a pretensão de pregar ou de administrar os sacramentos sem que tivesse sido corretamente eleito e ordenado para isso. Um homem deveria ser apresentado para toda a congregação que, avaliando sua vida, suas maneiras e seu conhecimento bíblico, pudesse julgá-lo apto para conduzir o rebanho de Jesus Cristo

Eleição, exame e admissão eram os três elementos que faziam parte da escolha de um ministro. Foi assegurado o direito de cada congregação escolher seus ministros enfatizando as habilidades do candidato em interpretar uma passagem das Escrituras, o comprometimento nas questões doutrinárias e a pregação. O candidato a ministro devia ter uma reputação ilibada e uma moral exemplar, e reconhecida por todos. A aprovação do novo ministro devia ser feita pelo povo e também pelo conselho da Igreja, jamais permitindo que alguém que fosse colocado à frente de uma congregação sem o seu consentimento. Desse modo, as pessoas que não tivessem uma vida exemplar ou estivessem envolvidas em escândalos públicos não estavam aptas a se candidatar ao cargo de ministro. “deve-se observar, que nenhuma pessoa, flagrada em infâmia pública, ou incapaz de edificar a Igreja por uma correta doutrina, ou conhecida por um julgamento corrupto, seja promovida para a Igreja ou ainda mantida na administração eclesiástica” (KNOX, 1560a, p. 100). Nos embates travados entre católicos e protestantes, as severas críticas feitas ao clero e à Igreja, obrigaram os reformados a dedicar boa parte dos seus esforços na eleição para as funções de ministro.

Que a vida e as ideias das pessoas apresentadas ou para serem eleitas deveriam ser mais claramente conhecidas, editos públicos deveriam ser direcionados para todas as partes desse reino, ou pelo menos para aquelas partes onde a pessoa é mais conhecida; onde estudou ou onde permaneceu desde os anos de infância. Ordens imediatas devem ser dadas se tiver cometido qualquer crime, que isso seja notificado, se ele

cometeu assassinato intencional, adultério, fornicação, se for um ladrão, bêbado, briguento ou uma pessoa litigiosa (KNOX, 1560a, p. 100-101).

A vida dos candidatos devia ser mais conhecida e divulgada para que todos pudessem escolher com mais propriedade seus futuros líderes religiosos. A admissão deveria ocorrer em uma audiência pública onde um ministro especial faria um sermão sobre as obrigações e os ofícios dos ministros relativos ao comportamento, oratória e vida, bem como a obediência devida à Igreja.

Ordens devem ser dadas tanto para o Ministro quanto para o povo, ambos presentes: a saber, que ele (ministro) com todo diligente cuidado assista o rebanho de Jesus Cristo sobre o qual foi designado como pregador. Que ele caminhe na presença de Deus tão sinceramente que as graças do Espírito Santo possam ser multiplicadas para ele, e na presença dos homens sóbrios e íntegros, sua vida possa confirmar aos olhos dos homens pela língua e pela palavra que perseverou. O povo deve ser exortado a reverenciar e honrar seus ministros, escolhidos como servos e embaixadores do senhor Jesus, obedecer seus mandamentos, pronunciados da boca e do livro de Deus, como se estivessem obedecendo ao próprio Deus (KNOX, 1560a, p. 101-102).

As dificuldades em encontrar pessoas que atendessem esses requisitos para o trabalho eclesiástico não desanimavam Knox e seus companheiros, que fiéis aos conselhos de Timóteo, cumpriam o que ensinava a Bíblia¹². Era preferível, disseram os autores do livro, uma paróquia sem ministro do que eleger pessoas que não cumpririam com satisfação a difícil missão de condução dos fiéis. Diante das severas críticas feitas pelos reformadores aos quadros funcionais e hierárquicos da Igreja Católica, era compreensível que tomassem muito cuidado na nomeação de seus ministros. Martin Bucer teceu os mesmos argumentos usados pelos escoceses para justificar a severidade da eleição ministerial, embora se utilizando de outra passagem bíblica para fundamentar sua ideia. Na falta de pessoas qualificadas moral e intelectualmente para o trabalho

¹² Este ensinamento é verdadeiro: se alguém deseja muito ser bispo na Igreja, deseja um excelente trabalho. O bispo deve ser uma pessoa que ninguém possa culpar de nada. Deve ter somente uma esposa, ser moderado, prudente e simples. Deve ser hospitaleiro e ter capacidade para ensinar. Não deve ser beberrão nem violento, mas delicado e pacífico. Não deve ter ambição pelo dinheiro. Deve ser capaz de governar bem sua própria família e de fazer que os seus filhos lhe obedeçam com todo o respeito. Pois, se alguém não sabe governar a sua própria família, como pode cuidar da Igreja de Deus? O bispo não deve ser alguém convertido há pouco tempo; se não, ele ficará cheio de orgulho e será condenado como o Diabo foi. É necessário que o bispo seja respeitado pelos que não são irmãos na fé, para que não fique desmoralizado e não caia na armadilha do Diabo. (1Tm 3,1-8)

religioso e estando o povo abandonado como ovelhas sem pastor, deviam orar a Deus, conforme orientação do texto bíblico (Mt 9.38) para que enviasse mais trabalhadores.

Outra função estabelecida pelos reformadores da Escócia foi a de leitor (*reader*) pessoas que auxiliavam o pastor na sua ausência. Para isso devia ser designado um homem apto, que pudesse ler as preces diárias e as Escrituras para benefício de si mesmo e da Igreja. Esse auxiliar do ministro ficava limitado à leitura dos textos a princípio, mas caso atingisse os requisitos necessários para as funções paroquiais poderia também administrar os sacramentos.

Aqueles que nós sabemos de longa data que têm professado Jesus Cristo, cujas honestas conversas merecem ser reconhecidos como homens pios, e cujo conhecimento também poderia grandemente ajudar os simples e ainda inspirado, e por gentis conselhos confortar seus irmãos, devem ser admitidos para a administração dos sacramentos [...] (KNOX, 1560a, p. 106.)

Tendo estabelecido os critérios para a eleição do corpo eclesiástico, os autores se preocuparam, no quinto tópico, em garantir para esses novos ministros as provisões necessárias e dignas para ele e sua família (*Concerning the Provision for the Ministers*). Um ministro deveria receber o suficiente para manter uma casa e ser capaz de arcar com as despesas diárias tais como: alimentação, vestuário, livros. “Nós entendemos, todavia, que cada ministro tenha o suficiente para manter uma casa, e possa sustentar-se honestamente em todas as suas necessidades com a ajuda da Igreja e de suas rendas”. (KNOX, 1560a, 109). Essas provisões deveriam ser garantidas não apenas para sua própria manutenção, mas também suas esposas e filhos, mesmo após sua morte. Não estipularam valores para cada ministro já que as despesas eram diferentes. Enquanto uns permaneciam em suas paróquias, outros tinham que deslocar para comunidades vizinhas, uns já constituíam família com esposa e filhos, enquanto outros eram ainda solteiros.

Os filhos dos ministros deveriam ter preferência nas escolas e colégios tão logo se tornassem apto para os estudos e um trabalho artesanal deveria ser ensinado para que se tornassem membros produtivos da comunidade. Neste capítulo os autores também listaram mais dois tipos de pessoas que deveriam estar sob a guarda da Igreja e mantidos com seus recursos: os pobres e os professores. Também designaram as superintendências em substituição aos antigos bispos da Escócia, desse modo

dividindo o país em 10 regiões: Orkney; Rosse; Argyle; Aberdene; Brechen; Fiffe; Edinburgh; Jedburgh; Glasgow e Dumfriess.

Esses homens não devem experimentar viver como os bispos inativos fizeram até então; nem devem permanecer onde com prazer gostariam, mas devem ser também pregadores e não fazer residência por longo tempo num lugar até que suas igrejas estejam erguidas e providas de ministros, ou pelo menos de auxiliares (readers) (KNOX, 1560a, p. 122).

Esses superintendentes devem visitar constantemente as paróquias sob sua jurisdição até que todas elas tenham seus ministros ou pelo menos algum auxiliar na leitura dos Textos Sagrados. As visitas deviam ser acima de 20 dias em cada cidade sob sua responsabilidade e a pregação feita pelo menos três vezes por semana. Ao retornar para a cidade sede, aconselhava-se que o superintendente permanecesse aí por três ou quatro meses no máximo, para então recomeçar as visitas. O superintendente também devia se preocupar com a provisão aos mais necessitados, com a educação dos jovens e com a pregação da Palavra. Tão ou mais importante do que a função de ministro, a ocupação do posto de superintendente também precisava passar pela aprovação da comunidade. Dois ou três ministros dentre os mais cultos e piedosos eram designados pelos ministros, Elders, diáconos, juntamente com os magistrados e o Conselho da cidade, para com o consentimento popular ser escolhidos para o cargo de superintendente. Após a nomeação, era assegurado um prazo de trinta dias para que se alguém tivesse algo contra a pessoa designada, pudesse fazer objeção e apresentá-la.

No item seis (*Of the Rents and Patrimoine of the Church*), os autores do **Livro da Disciplina** continuaram a enfatizar a necessidade de auxílio aos pobres, aos ministros e às escolas. “Existem dois tipos de homens, a saber, Ministros e pobres, juntamente com as escolas, quando ordens forem tomadas sobre esse assunto, devem ser mantidos sob as expensas da Igreja; e, além disso, provisões devem ser dadas pelos responsáveis pelas somas arrecadadas” (KNOX, 1560a, p. 156). A Reforma na Escócia, como em qualquer outro país europeu, precisava lidar com a política, o poder e também com questões econômicas ligadas, por exemplo, aos problemas fiscais.

Com a substituição do clero católico pelos ministros reformados, houve também uma mudança nos quadros políticos dos países protestantes, com teorias questionando a legitimidade dos governos que se contrapunham à vontade de Deus (protestantes) e defendiam a idolatria (catolicismo). Nessas discussões, o problema da arrecadação de

impostos também precisava ser debatido, entretanto, os reformadores fizeram apenas um apelo para que tivessem mais compaixão e cobrassem um imposto justo dos irmãos que trabalhavam a terra. “Se queremos ter Deus como o autor e o legitimador dessa reforma, devemos seguir seus passos, ter compaixão de nossos irmãos, designando-os a pagarem taxas razoáveis, que possam receber algum benefício de Jesus Cristo agora ensinado para eles” (KNOX, 1560a, p. 156).

O problema das rendas eclesiásticas foi muito dramático para os propósitos dos reformadores que, no entanto, se viram diante de um grande impasse. As antigas rendas e taxas que a Igreja Católica possuía, ou seja, seus direitos eclesiásticos foram usurpados justamente pelos nobres que apoiaram a Reforma no país. Sem esses recursos, muitas das propostas apresentadas no **Livro da Disciplina** não poderiam ser efetivadas, pois precisavam de meios para manter os ministros, promover a educação dos jovens e auxiliar aos mais pobres. Para os autores do Livro, a Reforma religiosa deveria ser acompanhada por uma mudança de atitude pelos protestantes que os diferenciasse dos chamados papistas, por meio de um substancial alívio nas obrigações dos trabalhadores junto aos nobres, bem como nas obrigações devidas à Igreja. A Igreja deveria trabalhar em conjunto com a comunidade, arrecadando as obrigações eclesiásticas de forma justa, para então distribuí-las de acordo com seus propósitos sociais, eclesiásticos e educacionais. Questões importantes para a preservação da ordem no interior da Igreja e conseqüentemente, da comunidade.

O sétimo capítulo (*Of Ecclesiastical Discipline*) trata da disciplina, tema caro para Calvino em Genebra e que certamente influenciou Knox quando esteve na cidade. As regras de boa conduta achavam-se estabelecidas conforme as práticas das congregações calvinistas no continente. Crimes como: blasfêmia, adultério, assassinato, perjúrio, seriam punidos pelas autoridades civis; mas ofensas tais como: bebedeira, fornicção e opressão aos pobres seriam condenados pela Igreja, como determina os mandamentos de Deus. Para os reformadores, por culpa da Igreja Católica que havia trazido confusão ao mundo, nem a virtude era corretamente louvada, nem a imoralidade severamente punida. Daí também porque cabia à Igreja fazer com que as autoridades civis cumprissem com suas obrigações e estabelecessem a ordem, enquanto ela mesma utilizando-se dos meios a seu dispor, impunha uma disciplina pautada nos Textos Sagrados.

Se a ofensa tivesse permanecido em segredo ou conhecida por poucos, então era preciso somente uma admoestação pessoal, onde o ofensor reconhecendo seu erro se

declarava temente a Deus e se comprometia a não mais agir contra seu irmão. Se o crime caísse no domínio público, o réu era levado na presença do ministro, dos anciãos e dos diáconos para que ele confessasse sua infração e, se arrependido, levado diante de toda a comunidade para manifestar seu remorso (KNOX, 1560a). Na ausência de qualquer sinal de arrependimento, cabia à Igreja, por meio de seu ministro excomungá-lo, tornando-o um réprobo da religião e, portanto, de toda a sociedade. Essa excomunhão deveria ser publicada e divulgada por todo o reino para que ninguém pudesse alegar ignorância e travasse qualquer contato com o condenado. Na condição de excomungado, não podia conversar com outras pessoas sem o consentimento do ministro, nem comer, beber, vender ou comprar, pois em teoria, não pertencia mais àquela comunidade.

Nos casos mais graves como adultério e homicídio cabia ao poder secular executar a sentença capital contra tais crimes, mas, no caso de permitirem que vivam, então cabia à Igreja agir de igual maneira para que rogassem humildemente pelo arrependimento público e a confissão de seus erros. Caso seu pedido fosse aceito, era marcada uma audiência pública para que, na presença de toda a Igreja, pudesse condenar sua própria impiedade (KNOX, 1560a). Para Knox, todos estariam sujeitos a essa disciplina religiosa: governantes e súditos, ministros da Igreja e leigos, pois era a realização da vontade de Deus na terra.

O oitavo capítulo (*Touching the Election of Elders and Deacons*) foi elaborado para estabelecer os critérios para a eleição dos diáconos e dos anciãos pelas congregações locais. As eleições seriam anuais e elegeriam homens de refinado conhecimento e ilibada moral.

Homens dos melhores conhecimentos na palavra de Deus de vida mais pura, homens fiéis e das mais honestas conversações que se pode encontrar na Igreja, devem ser nominados para serem eleitos e seus nomes devem ser lidos publicamente para toda a Igreja pelos ministros, aconselhando-os para que entre esses sejam escolhidos os anciãos (Elders) e os diáconos (KNOX, 1560a, p. 174).

As eleições deveriam se realizar anualmente, de preferência em primeiro de agosto. Aos anciãos cabia a tarefa de auxiliar os ministros em todas as questões públicas da Igreja, ou seja, na determinação e julgamento das causas apresentadas ao ministro, no aconselhamento dos fiéis e na observação do cumprimento da disciplina por parte da

comunidade. Também se esperava dos anciãos a supervisão dos próprios ministros caso merecessem correção. Nos casos mais graves, em que a deposição do ministro fosse aconselhável, os anciãos em consentimento com a Igreja e o superintendente deveriam retirá-lo de suas tarefas. Dependendo dos atos cometidos e da gravidade da falta, o ministro podia ser afastado temporariamente de suas funções ou de maneira definitiva como nos casos de prostituição, adultério, homicídio ou heresia.

A tarefa dos diáconos era receber as rendas e distribuí-las de acordo com o que propunha os ministros, eles também participavam dos julgamentos e podiam ser admitidos para a leitura na assembleia, se fossem requisitados para tal. Anciãos e diáconos deveriam obedecer às mesmas regras válidas para os ministros “Eles deveriam ser cuidadosos com suas funções e, visto que são juízes de outros, sua própria conversa deve ser irrepreensível. Eles devem ser sóbrios, amantes e mantenedores da concórdia e da paz e finalmente eles devem ser exemplos de piedade para os outros” (KNOX, 1560a, p. 179).

Finalmente o capítulo 9 (*Concerning the Police of the Kirk*) trata da política da Igreja, ou seja, do exercício que ela realiza para transformar o homem rude e ignorante em um ardente seguidor de Cristo e também para manter a Igreja em boa ordem. Para isso ela deve cuidar para que o Evangelho seja verdadeiramente pregado, os sacramentos corretamente ministrados, as preces sejam feitas publicamente. Deve ainda trabalhar para que as crianças e as pessoas sem instrução sejam educadas nos principais pontos da religião cristã e seus erros corrigidos e punidos (CAMERON, 2005). Além dos pontos acima considerados necessários para o estabelecimento da ordem, os autores do **Livro da Disciplina** apontam outros que são aconselháveis, como o canto dos salmos, a leitura de algumas passagens das Escrituras quando não houver sermão e que a Igreja escolha alguns dias para se reunir em assembleia.

6. JOHN KNOX E A EDUCAÇÃO REFORMADA NA ESCÓCIA

Muito mais conhecido por suas ações para o estabelecimento da Reforma na Escócia e por seus escritos políticos, Knox, entretanto, “merece ser lembrado mais do que sua defesa da rebelião popular contra soberanos tirânicos e sua oposição ao governo de mulheres” (GREAVES, 1980, p. 185).

Muitas das características da moderna educação escocesa têm suas origens no cuidado visionário dos grandes reformadores escoceses do século XVI. John Knox, discípulo de Calvino e comprometido líder da Reforma na Escócia, foi grandemente responsável pelo modelo de um sistema nacional de educação no relatório apresentado pela comissão designada naqueles tempos difíceis quando se esboçou a política e a disciplina da Igreja. Fundamental para, o estabelecimento, de uma igreja reformada foi a crença firme de que a “verdadeira religião” seria melhor propagada entre as pessoas instruídas, e por isso, um dos nove capítulos do Primeiro Livro da Disciplina, como foi chamado o relatório apresentado por essa comissão em 1560, chamado de “Escolas e Universidades” (McINTOSH, 1960, p. 176).

A Reforma na Escócia foi sendo introduzida de forma gradual e se comparada a Zurique, Genebra, Wittenberg e Inglaterra, tardia. Uma lei de 1543 foi aprovada, permitindo a leitura da Bíblia na versão escocesa ou inglesa. A partir da morte do cardeal Beaton em 1546, muitos nobres escoceses passaram a repudiar a aliança da Escócia com seu antigo parceiro, a França que, por meio de Maria de Guise, membro de uma das famílias mais poderosas da França, casada com o rei escocês, detinha uma hegemonia perigosa para a soberania escocesa. Em função da proximidade entre política e religião naquela época, os fatores relacionados ao poder e à soberania do país, logo foram vinculados à religião. O primeiro manifesto do protestantismo escocês, organizado por nobres do país e publicado em 1557, relacionava religião e independência. O catolicismo, ligado a Roma simbolizava o poder e a interferência estrangeira no país, tendo a França como sua grande representante. O protestantismo encarnava os anseios do poder local e o nacionalismo, que precisava resistir aos interesses franceses e tentar alianças com a Inglaterra anglicana para lograr algum êxito.

Seguindo em grande parte o caminho traçado por Calvino em Genebra, Knox também se voltou para a educação como forma de garantir a implantação e a

solidificação da Reforma Protestante na Escócia. A educação calvinista foi mais eficiente do que o luteranismo, já que se disseminou um novo modelo educacional pela Europa Protestante e depois, para outros continentes (LUZURIAGA, 2001). A obra de Calvino é um monumento que não só impressiona por seu conteúdo, mas também porque é um conteúdo acessível a todos. Para Calvino todo o conhecimento necessário ao homem para sua salvação estava encerrado na Bíblia, mas como nem todos conseguiam compreendê-la ele resolveu colocá-la ao alcance do povo por meio de sua grande obra: *A Instituição da Religião Cristã (Religionis Christianae Institutio)*. Por isso é significativo que o termo *Institutio* presente no título de seu texto significa “instrução, ensino ou educação”, publicado pela primeira vez em 1536.

Para Calvino, o domínio dos textos sagrados era o objetivo primordial de toda boa educação, pois, superavam em muito qualquer produção humana. Nesses textos Deus havia revelado sua vontade e suas expectativas em relação à humanidade e era por meio deles que os homens encontrariam o caminho certo para sua salvação. Em seu programa de estudo elaborado para a Academia de Genebra, Calvino consentia no ensino dos grandes pensadores gregos e latinos, sem, contudo deixar de priorizar o Texto Sagrado.

Calvino percebia que a carência de conhecimento que o povo francês experimentava era, sobretudo, uma carência de conhecimento espiritual, e precisava ser eliminada. Assim, sua obra foi escrita primordialmente em latim, para que fosse disseminada em todos os países; em seguida, ele mesmo a traduziu para o francês. A forma simples com que redigiu as *Institutas* e tradução de seu próprio punho para o vernáculo demonstram sua intenção em atingir todos os fiéis (VIEIRA, 2008, p.146).

Tendo passado por Genebra na época de Calvino, Knox levaria consigo a mesma preocupação para com o destino espiritual dos homens, o governo da Igreja e a educação. Para ele Genebra havia se tornado a escola mais perfeita de Cristo, não apenas pelos contatos que teve com Calvino, mas também pela oportunidade de dialogar com outros protestantes que passaram pela cidade (REID, 1974). Poucos dias após a morte de Maria de Guise, ele e alguns poucos colaboradores esboçaram uma confissão de fé para a devida ratificação pelo Parlamento. O catecismo de Calvino e a Confissão da Congregação Inglesa em Genebra foram claramente as bases dessa confissão escocesa. Ela ficou pronta em 17 de agosto de 1560. Os oponentes da Reforma tentaram barrar sua ratificação sugerindo que, de acordo com os termos do Tratado de

Edimburgo, o Parlamento não tinha o direito de adotar tal documento sem consultar a rainha Maria Stuart, na França. Knox e outros defensores da Confissão argumentaram que ela foi legitimamente adotada porque aquele Parlamento era o mais representativo que existiu na Escócia, pois, mais do que qualquer outro, falava genuinamente em nome do povo. Ao final o grupo de Knox prevaleceu e a Confissão de Fé foi aprovada.

Portanto a assimilação da Igreja romana pela Igreja escocesa (reformada) teve uma considerável influência sobre o futuro da educação na Escócia. As paróquias criaram suas próprias escolas, os monastérios ergueram escolas monásticas (abbey schools) dentro e fora de seus muros, enquanto a divisão do país em dioceses fez surgir os colégios e escolas das catedrais, e embora dispersos e incidentais é evidente a existência dessas várias classes de escolas (STRONG, 1909, p. 21-22)

Com a ratificação da Confissão de Fé a Escócia começava uma nova fase da sua história tendo como base agora os ideais protestantes de fé.

6.1. A EDUCAÇÃO NA ESCÓCIA ANTES DA REFORMA

“A religião preparou o caminho para a educação, e a educação por sua vez se tornou serva da religião” (WRIGHT, 1898, p. 21).

Em toda a Europa, a Igreja havia se tornado a mãe e protetora da educação, pois se transformara em algo absolutamente necessário para sua manutenção e continuidade. A própria celebração dos serviços da Igreja demandava uma instrução da parte dos celebrantes. A afirmação de Wright deixa claro que a educação e, conseqüentemente, a escola, esteve ligada, em sua origem, à religião. A Igreja Católica Apostólica Romana foi a principal instituição a manter e criar escolas, colégios e universidades na Europa. A educação medieval esteve a cargo da Igreja e servia primeiramente a seus interesses eclesiásticos, daí porque a educação era quase que inteiramente, uma educação eclesiástica. Os planos e métodos adotados pela Igreja formaram a base da educação na Europa por muitos séculos, por isso, mesmo no esquema educacional que os reformadores apresentaram na Reforma Protestante da Escócia no século XVI, é possível perceber semelhanças das práticas monacais do século XI (STRONG, 1909).

Primeiramente o sistema voltou-se para habilitar o estudante a entender e expor os textos canônicos, os pais da Igreja e os escritos eclesiásticos. Depois, na medida em que adotou um curso preparatório de instrução secular representados pela sete artes liberais divididas em *Trivium* (Gramática, Retórica e Dialética) e *Quadrivium* (Música, Aritmética, Geometria e Astronomia). A gramática incluía não apenas as regras e princípios do latim, mas também a literatura. O curso de retórica incluía o estudo de vários trabalhos de oratória e composição e elementos das leis romanas. Geometria e astronomia eram úteis para estabelecer a data da Páscoa e finalmente, o estudo da dialética ou lógica que forneciam um excelente instrumento para definir o intelecto medieval (STRONG, 1909).

Por isso, nos países que passaram pela reforma religiosa e instituíram o protestantismo em suas terras, ao tratarem da educação, não estavam discutindo a criação de sistema educacional inexistente, mas da reforma ou ampliação do que já havia sido criado pela Igreja de Roma. Na Escócia esse processo, salvo suas particularidades históricas, foi o mesmo que se deu no continente.

Para tratarmos das contribuições de John Knox na educação da Escócia, é preciso que tenhamos uma ideia geral sobre o estado do ensino e das instituições que funcionavam no país até meados do século XVI. A Escócia já possuía três universidades e uma série de colégios que funcionavam nas maiores cidades quando os reformadores conseguiram que a Confissão de Fé fosse aprovada pelo parlamento em 1560, transformando o protestantismo na religião oficial do país.

Desde a chegada de São Columba na Escócia no século VI, o cristianismo foi introduzido na Escócia, mas com forte influência céltica. Foi durante o reinado da rainha Margaret e Malcolm III (1034-1093) que a religião céltica foi definitivamente substituída pela romana durante o século XI. O país foi organizado em paróquias sob a responsabilidade dos bispados. Nos dias do rei Edgar havia apenas Saint Andrews; Alexandre I (1107-1124) criou bispados em Moray, Dunkeld, e Glasgow; entretanto, a principal expansão ocorreu durante o governo de David I (1124-1153) que estabeleceu sedes em Dunblane, Brechin, Aberdeen, Ross e Caithness. Foi sob seu governo que a Igreja ganhou uma organização coerente. A diocese territorial com seu bispo, seu centro episcopal e sob ele a divisão paroquial, apareceram na administração desse monarca. Essas mudanças deram à Escócia uma estrutura semelhante àquela que a Igreja possuía no continente, com a diferença que seus nove bispados não incluíam um arcebispo, que até 1192 estavam sob o comando do arcebispo de York. James Scotland afirma que:

No final do século XII havia onze dioceses, e desde 1179 o terceiro Concílio de Latrão decretou que cada catedral providenciasse um professor para os clérigos locais e para os pobres, é tentador (mas perigoso) concluir que escolas foram abertas nessas catedrais (SCOTLAND, 1969, p. 6)

Segundo o que sugere o autor, as escolas foram estabelecidas no século XII, quatro séculos antes da Reforma e de John Knox. Instituições criadas para preparar e educar os pretendentes aos ofícios religiosos, uma carreira interessante numa época em que a Igreja determinava comportamentos e crenças. Nos tempos da Reforma, em meados do século XVI, havia 4.600 homens e mulheres dedicados à vida religiosa, dos quais 3.000 eram monges e freiras vivendo em 120 mosteiros e 20 conventos. A maioria pertencia às ordens Agostinianas e Beneditinas, mas também havia estabelecimentos de Dominicanos, Franciscanos e Frades Carmelitas.

A educação não ocupava um lugar central na vida de um mosteiro Beneditino ou Cisterciense. Seu mais amplo desenvolvimento provavelmente pertence à vinda dos Dominicanos no século XIII, especialmente depois de 1259, quando o estudo das artes e das ciências seculares se tornaram mais fáceis. As escolas de gramática em Aberdeen, Edinburgh, St Andrews e Ayr permaneceram todas sob o domínio das fundações dominicanas, e a primeira congregação da Universidade de Glasgow ocorreu numa casa dos dominicanos. As normas dominicanas previam escolas para aprendizes (novices), seminários provinciais (*studia solemnia*) e universidades (*studia generalia*), e embora haja poucas evidências diretas não há razão para duvidar que todas elas existiam na Escócia (SCOTLAND, 1969, p. 7).

Entre os grupos religiosos presentes na Escócia, os dominicanos foram os que mais fortemente incentivaram a educação, com a fundação de escolas, não apenas dentro dos limites dos seus mosteiros, mas também fora deles, como ocorria em outros lugares da Europa. As escolas de gramática de Aberdeen, Edimburgo, St. Andrews e Ayr estavam todos sob propriedades dos dominicanos (DOUGLAS, 1985)

Segundo John Strong é possível constatar que “[...] desde o início do século IX todos os mais famosos *monasteries* tinham duas escolas distintas – uma para seus próprios monges e outra para alunos de fora” (STRONG, 1909, p. 17). Essas casas religiosas eram ao mesmo tempo centros de tudo o que existia de educação superior e ensino na Escócia. Algumas (*grammar schools*) mantidas dentro ou próximas aos mosteiros, abriam suas portas aos mais pobres, que formavam a maior parcela da população da Escócia. Essas escolas conectadas aos mosteiros eram escolas seculares, com professores também seculares. Em alguns mosteiros havia dois tipos de escolas, uma para atender ao público interno e outra para suprir uma demanda não ligada diretamente aos propósitos monásticos.

O ensino técnico era desenvolvido e mantido, parte pela Igreja e parte pelas guildas ou corporações de ofício. Em alguns mosteiros romanos os monges criavam fazendas modelo e conduziam experimentos sobre variedades de sementes e tipos de drenagens que em muito auxiliaram a agricultura dentro e fora de seus domínios. Nas cidades as guildas criaram regras sob as quais os mestres artesãos ensinavam seus aprendizes, que viviam sob seu teto e seu completo controle até o cumprimento de seu contrato, quando então se tornavam jornaleiros. Os aprendizes viviam com seus mestres por cinco anos, eram alimentados e vestidos em troca de seus serviços e pagavam uma taxa para o “*craft box*” para sua admissão. Durante todo o tempo de seu aprendizado

estavam sob rigorosa disciplina e podiam ter seu contrato cancelado em caso de trabalho mal feito, venda de mercadoria para seu próprio benefício, bebedeira, deserção e alistamento no exército (SCOTLAND, 1969). Ao final de seu treinamento eles apresentavam sua obra-prima para os mestres de seu ofício, tornando-se artesãos e membros efetivos de sua corporação. Com o tempo, também as cidades passaram a ganhar importância econômica dentro do reino e a ganhar autonomia frente ao poder monárquico e eclesiástico. A vida nas cidades estava centrada no comércio e seus líderes eram compostos por mercadores e artesãos.

As atividades desses burgueses eram governadas por leis que regulavam suas transações e asseguravam seus privilégios. Eles eram obrigados a treinar os aprendizes de acordo com as regras de suas corporações de ofício, e tinha, portanto, que dar atenção para a necessidade de fornecer educação adequada requerida por seus negócios (DOUGLAS, 1985, p. 17).

A criação e o desenvolvimento da educação nas cidades foi uma consequência da criação delas mesmas e de suas necessidades econômicas e administrativas. As escolas medievais escocesas tiveram origem em várias instituições, mas quase todas estavam ligadas a estabelecimentos religiosos. Como vimos acima, as primeiras escolas na Escócia surgiram dentro dos mosteiros, como parte de seu trabalho educacional, para a instrução de noviços. Mais tarde esse ensino foi estendido para os leigos, filhos de nobres, burgueses e também os pobres, que podiam frequentar gratuitamente. Assim, deixando os muros dos mosteiros, a educação deixou de ter uma função exclusivamente religiosa e passou a servir também para formar melhores administradores, fossem eles reis, príncipes, magistrados ou comerciantes.

A primeira obrigação educacional dos mosteiros era fornecer instrução para quem quisesse se tornar monge. Essa tarefa era executada pelos irmãos que demonstravam saber e maior habilidade como instrutores. O estudo das Escrituras e da língua latina esteve sem nenhuma dúvida, presente no currículo da educação religiosa desde seus primórdios. Os melhores alunos podiam adquirir um bom conhecimento da língua latina por meio dos textos de Donatus, que parece ter adquirido grande importância como livro-texto nas escolas da Idade Média (GIBSON, 1912).

O conhecimento era ainda privilégio de poucos e um conhecimento das letras estava restrito aos jovens aspirantes cuja ambição era tornarem-se padres, com a esperança talvez de ocupar um dia uma das conceituadas

posições da hierarquia ou atuando em algum cargo de responsabilidade no Estado (WRIGHT, 1898, 23).

Com o passar dos anos o interesse pela instrução deixou de ser exclusividade daqueles que pretendiam uma carreira religiosa e o círculo de pessoas que passou a frequentar as escolas aumentou. Existem registros de que a própria realeza não somente mantinha algumas escolas, como também concedia recursos para alunos pobres poderem assistir às aulas.

Desde muito cedo os mosteiros começaram a supervisionar as escolas criadas fora de seus muros e após o século XIII os monges deixaram de ser o centro da educação escocesa, para dar lugar ao clero secular. As paróquias se espalharam ao longo do século XII, quando os bispados se tornaram muito grandes para serem administrados e em muitas dioceses uma sala era disponibilizada para o funcionamento de uma escola. Nessas escolas o currículo não ultrapassava os rudimentos da religião e das primeiras letras e embora muitas paróquias estivessem carentes de material humano que possibilitassem o ensino, em muitas delas, ele existia. Para estudiosos da educação na Escócia como Gibson, a quantidade de pessoas pertencentes ao povo ou à nobreza não educada foi exagerada. Segundo ele, a própria demanda por cópias dos livros mais importantes, indica que havia, por conta dessa necessidade, pessoas ávidas e capazes de ler essas obras.

O desejo nacional na Escócia no século XVI por escolas superiores de ensino, e o entusiasmo com o qual a fundação de três universidades recebeu, não veio de um povo sem instrução ou de um povo desprovido de amor ao conhecimento (GIBSON, 1912, p. 25).

A presença de três universidades na Escócia antes da Reforma indica segundo Gibson que o país possuía instituições educacionais que formavam seus alunos desde a alfabetização até a universidade e que havia uma demanda por essa educação superior. Ainda em relação às universidades, elas são um indício de que o povo escocês era um povo relativamente instruído, ou, pelo menos, acostumado à presença de instituições educacionais em suas terras. Não foi, portanto, num solo estéril que os reformadores falaram de educação e lutaram para manter as instituições existentes ou criar novas, que pudessem atender as demandas religiosas e sociais no século XVI.

Haviam várias instituições educacionais ligadas à Igreja antes do advento da Reforma Protestante, como por exemplo: Escolas Catedralícias (*Cathedral Schools*), Escolas de

Mosteiros (*Abbey Schools*), Escolas Colegiadas (*Collegiate Schools*), Escolas da Cidade (*Burgh Schools*) e Escolas da Cidade e Paroquiais (*Burgh and Parochial Schools*).

Outro fator importante no desenvolvimento da educação na Escócia antes da Reforma foi o estabelecimento das dioceses e com elas suas catedrais. Nas cidades onde existia uma catedral, escolas foram vinculadas a essas igrejas, que ficaram conhecidas como *Cathedral Schools* e estavam sob a superintendência da Igreja. Desde 1179 no Terceiro Concílio de Latrão que um decreto promulgado para que cada catedral providenciasse um professor encarregado de instruir o clero, que essas escolas se disseminaram pela Europa. A superintendência e a direção das escolas estiveram sob a responsabilidade da Igreja até o final do século XV. Data de 1464 o primeiro registro de uma escola em Peebles que, diferente de todas as outras, estava sob a responsabilidade das autoridades seculares da respectiva cidade (*Burgh*).

Em alguns documentos, afirma Wright, essas escolas aparecem com o nome de Escolas de Gramática (*Grammar Schools*). Essas escolas estavam sob a supervisão de um chanceler (*chancellor*) que tinha como tarefas: suprir adequadamente a escola com mestres capacitados, exercer a liderança sobre eles, consertar e corrigir os livros, ouvir e determinar as lições e conceder licenças para aqueles que desejassem lecionar como mestres ou instrutores dos jovens. O principal conteúdo ensinado nessas escolas era a gramática e a lógica, seguindo os mesmos passos que suas congêneres no restante da Europa.

Outro tipo de escola vinculado à Igreja eram as escolas paroquiais, tão antigas quanto o próprio sistema paroquial criado no país nos séculos XI e XII. Algumas delas estavam sob o controle dos monastérios, enquanto outras eram administradas pelos bispos das várias dioceses e estavam mais ou menos sob sua jurisdição nos momentos anteriores à Reforma.

Durante o reinado de Jaime IV foi concedida uma autorização para que Walter Chepman e Andro Millar abrissem a primeira gráfica no país em 1507, iniciando a partir dessa data a impressão de livros no país, fato esse, importantíssimo para a disseminação do conhecimento e da educação na Escócia. Ainda durante o seu reinado foi criada a terceira universidade escocesa em Aberdeen em 1494, solicitada por William Elphinston, bispo da cidade, ao papa Alexandre VI, que concedeu a Bula para a fundação da Universidade de Aberdeen. Dois anos depois da fundação da universidade, o rei aprovou uma lei muito importante para a história da educação na Escócia, pois se trata da primeira lei estabelecendo a obrigatoriedade de enviar os filhos à escola. Mesmo uma lei voltada apenas para uma pequena parcela da população, ela é emblemática do ponto de vista de sua precocidade do que viria a ser o ensino compulsório disseminado na Europa no século XIX.

A aprovação de uma lei de 1542 que permitiu a impressão da Bíblia em língua inglesa foi importante não somente para o fortalecimento da religião, mas também para o incremento da educação. Leigos e clérigos perceberam mais nitidamente a importância da educação para suas vidas, na medida em que esta lhes dava a possibilidade de conhecer a palavra de Deus, que em suma, ditava as regras sociais, culturais e políticas no século XVI.

Mesmo com poucos registros sobre o sistema educacional na Escócia, não há razão para duvidar de que ele se assemelhava a de outras nações europeias do período. Para entender com mais precisão a educação medieval e estimar o seu valor é necessário, segundo Strong, considerá-la sob três importantes aspectos. O primeiro deles e talvez o mais importante seja o domínio e a influência da Igreja na educação. O reconhecimento do Latim como elemento indispensável para o aprendizado é o segundo aspecto da educação na Idade Média. A influência do *Trivium* e do *Quadrivium* na determinação do alcance e objetivo dos estudos é o terceiro ponto a ser considerado para compreendermos o sistema de ensino na Escócia e no continente europeu medieval. “Uma inclinação moral e religiosa era dada a quase todo tipo de instrução; mesmo os mais elementares estudos eram fortemente tingidos por um ensino religioso” (STRONG, 1909, 37). Os primeiros livros ou cartilhas de alfabetização continham nas suas formas mais comuns além das letras do alfabeto, a oração do Pai Nosso. O livro de devoção (*The Prymer*) usado pela Igreja Católica entre os séculos 13 e 16, juntamente com o Livro da Graça (*Grace-book*) e a gramática latina (*The Donat*), eram livros textos usados pelos alunos nos primeiros anos de estudo antes da Reforma.

Durante toda a Idade Média o Latim foi usado como a língua comum pelos eruditos, para publicar seus estudos e se comunicarem. Todos os livros importantes de Direito, Teologia, Filosofia e Medicina eram escritos em Latim, por isso, o conhecimento dessa língua era essencial para o sucesso nos cargos mais elevados dentro da Igreja e nas profissões fora dela, tornando-a o símbolo da educação medieval. Nas universidades as palestras e discussões eram feitas em Latim, não apenas como uma ferramenta para a transmissão do conhecimento, mas também como barreira para separar o mundo do saber, do mundo iletrado (STRONG, 1909).

A chave para compreender o alcance dos estudos medievais estava nas sete artes liberais, que compreendia o *Trivium* de gramática, dialética e retórica e o *Quadrivium* de música, aritmética, geometria e astronomia. Juntamente com as três filosofias – natural, moral e metafísica – constituíram a base das universidades escocesas por muito

tempo, mesmo após a Reforma Protestante. No início, a gramática não significava apenas o Latim, mas, também literatura latina e ocupava uma posição de destaque nos estudos escolares. Lógica e dialética definiam o currículo das escolas secundárias na Escócia, mas na medida em que o interesse pelos clássicos da Renascença foi ganhando importância, o estudo da lógica foi sendo minimizado e confinado nas universidades para auxiliar nos debates públicos, muito comuns naquela época. A invenção da arte da imprensa, que barateou os livros e facilitou sua aquisição pelos estudantes incitou-os a aperfeiçoar seu conhecimento do Latim pelo estudo da gramática desse idioma.

Nas universidades, no entanto, os estudos e as disputas acadêmicas eram pautados nos escritos de Aristóteles, por isso, não tinham lugar para o estudo de outros clássicos, como se faziam nas escolas secundaristas. Enquanto o estudo da lógica decaiu no currículo das escolas secundárias, as disputas acadêmicas que aconteciam nas universidades e que demandavam conhecimentos elementares dessa ciência, fez com que ela se confinasse ao ambiente universitário. Essas disputas serviam para testar o conhecimento dos alunos no latim e também treiná-lo nos princípios elementares da lógica (STRONG, 1909).

A divisão da educação em elementar, secundária e universitária como a conhecemos hoje, não havia sido claramente definida até a Reforma religiosa do século 16. A lei aprovada em 1496, que obrigava os filhos mais velhos da nobreza a frequentarem a escola, fez uma tentativa de divisão. Nela a primeira etapa terminava aos oito anos e não definia seu início; a segunda etapa era o curso das escolas de gramática ou secundárias e por fim o curso superior nas escolas de artes e direito “*sculis of art and Jure*”. Para Strong a primeira tentativa documentada de se dividir a educação escocesa foi feita pelos reformadores na metade do século 16.

Para nos dar uma ideia de como era a rotina, os estudos e a disciplina das escolas secundárias na Escócia antes da Reforma, John Strong apresenta os regulamentos da escola de Aberdeen (*Aberdeen Grammar School*) publicada na cidade de Paris em 1553. Os trabalhos começavam às 7 da manhã e terminavam às 18 horas com dois intervalos, um para o *breakfast* das 9 às 10 e outro para a refeição das 12 às 14 horas. Às 16 horas os garotos tinham que revisar o conteúdo estudado naquele dia e das 17 às 18 ocorriam as disputas internas. Essas disputas eram confinadas, em grande parte, às questões de gramática latina e retórica, na qual os alunos propunham questões em Latim e também argumentavam na mesma língua. A Confissão tinha que ser decorada e conhecimentos

básicos de aritmética precisavam ser adquiridos. Todos tinham que falar em Latim, Grego, Hebraico ou Francês, nunca na língua vernácula¹³.

Havia regulamentos que proibiam jogos de azar, negociações de compra e venda entre os alunos e jogo de dados, a menos que estivessem sob a supervisão de um superior. Eram previstas também, punições para aqueles que perturbavam a tranquilidade interna, que se locomoviam de um lugar para outro sem necessidade, que não faziam suas lições, que falavam em sua língua nativa e que se ausentavam da escola. No final desses regulamentos eram acrescentadas citações de Quintiliano, Terêncio e Cícero sobre as obrigações dos alunos.

Na universidade os estudos duravam quatro anos e era conduzido por um regente que acompanhava o aluno por toda sua trajetória universitária. Em meados do terceiro ano havia um exame para obter o grau de bacharel e ao final do quarto ano o estudante recebia o título de mestre de artes.

¹³ O Francês era a língua aprendida pela maioria dos estudantes universitários escoceses que deixavam o país para estudar em Paris antes da criação das universidades na Escócia, além de ser também a língua do grande parceiro comercial do país, a França. A importância do estudo do Grego foi reconhecida pelos reformadores e o próprio Knox propôs o ensino dessa língua nos colégios que deveriam ser criados nas maiores cidades “*every notable town*”. Outros relatos sobre o ensino da língua grega na Escócia aparecem nos relatos do bispo de Aberdeen quando da visita do rei Jaime V em 1540, afirmando que diariamente os alunos aprendem algo de Grego e Latim por meio de controvérsias, comédias ou orações. Registros sobre o ensino do Hebraico, como na escola de Perth, comprovam sua utilização na educação para o estudo do Antigo Testamento.

6.2. A QUESTÃO DA EDUCAÇÃO NO LIVRO DA DISCIPLINA¹⁴

Para a aprovação do Livro da Disciplina apresentado ao Parlamento em 1560, as dificuldades foram ainda maiores do que aquelas enfrentadas pela Confissão de Fé, já que tratava também de assuntos financeiros quanto aos espólios da Igreja Católica, deposta de sua condição de condutora espiritual dos escoceses. Os nobres de fato, não tinham muito a perder como resultado da confissão, mas deixariam de ganhar muitas riquezas caso o Livro da Disciplina fosse ratificado. A batalha para sua aprovação veio como resultado do propósito do Livro que era para financiar a nova Igreja Reformada e suas obrigações educacionais.

Ele propunha que todas as terras que pertencessem à Igreja Católica fossem transferidas para o uso da Igreja Protestante, que acabava de nascer. Essa mudança devastaria a nobreza e a maioria deles resistiu à aprovação do Livro pelas seguintes razões: 1º se a Igreja Reformada controlasse as finanças, isso daria mais poder à burguesia (classe média) e 2º se as terras fossem confiscadas isso significaria que o governo, controlado aristocraticamente, perderia dinheiro. Ao contrário da Confissão, o Parlamento não adotou o Livro da Disciplina, e isso foi um sério problema para Knox, seus colaboradores e conseqüentemente, para a educação.

Para formalizar essas mudanças no campo da religião, o Grande Conselho do Reino apontou alguns dos mais importantes ministros envolvidos com a Reforma para apresentarem seu julgamento referente ao estabelecimento do protestantismo no país. Tiveram três semanas para elaborar um documento que fizesse uma análise das transformações religiosas que a Escócia vinha sofrendo naqueles tempos de grande efervescência religiosa. O texto apresentado pelos ministros, finalizado em agosto de 1560, não sobreviveu em sua forma original. Para James Cameron, apenas o prefácio e a conclusão podem, com algum grau de certeza, ser considerados como pertencentes ao texto original. Entretanto, acreditava Cameron, estas duas seções nos fornecem uma indicação dos principais tópicos sobre os quais os ministros deram seus pareceres, ou seja, “para a observância da ordem comum e a uniformidade da religião” (KNOX, 1560a, p. 3).

¹⁴ O Livro da Disciplina foi uma produção conjunta entre Knox e seus colaboradores, entretanto, várias fontes afirmam que ele foi o principal autor, e que ele, mais do que qualquer outro, deixou nessa obra sua marca individual (MORGAN, 1927).

6.2.1. Em favor das escolas (*for the schooles*)

Com esse título inserido no quinto capítulo do Livro da Disciplina, Knox trabalhou na fundamentação da necessidade de se criar escolas para o bem da Igreja. A função do magistrado, dizia Knox, não era apenas purgar a Igreja de Deus de toda a superstição e de libertá-la da tirania e da servidão, mas também auxiliar para que ela pudesse aproveitar ao máximo suas potencialidades. Knox se propôs a apresentar o modo como a Igreja poderia continuar em pureza na posteridade com o auxílio de escolas e universidades, ou seja, ele acreditava que por meio da educação dos fiéis, a Igreja não deixaria os trilhos ensinados por Jesus para a constituição da verdadeira comunidade cristã (KNOX, 1560a).

6.2.1.1 A Necessidade de Escolas (*The Necessity of Schooles*)

Visto que Deus determinou que sua Igreja aqui na terra fosse ensinada, não por anjos, mas pelos homens; e visto que o homem nasce ignorante de Deus e de toda bondade, e vendo ainda que Ele cessou de iluminar o homem milagrosamente, mudando-o repentinamente, como fez com os Apóstolos e outros na Igreja primitiva. É necessário que reconheçamos o cuidado com uma educação virtuosa e uma formação piedosa da juventude desse reino; e se agora desejamos sinceramente a glória de Cristo ou ainda desejamos a continuidade de seus benefícios para a geração seguinte. Como os jovens devem nos suceder, então devemos ser cuidadosos para que tenham conhecimento e erudição para benefício daquilo que deve ser mais caro a nós, ou seja, a Igreja, esposa de nosso Senhor Jesus (KNOX, 1560a, p. 120-130).

Para Knox, as escolas eram necessárias por dois motivos: primeiro porque Deus determinou que sua Igreja aqui na terra fosse ensinada por homens e não por anjos, ou, seja, é fruto do esforço da comunidade e envolvia a todos os membros da Igreja, segundo porque o homem nasce ignorante de toda santidade e de Deus que “[...] cessou de iluminar milagrosamente o homem, transformando-o repentinamente como fez com os Apóstolos na Igreja primitiva” (KNOX, 1560a, p. 129). Por isso, dizia Knox, devíamos ter o maior cuidado para promover uma educação virtuosa e uma formação religiosa da juventude do reino. Para que os jovens os sucedessem, dizia Knox, era preciso que tivessem conhecimento e erudição podendo tirar proveito para si mesmos e ao mesmo tempo, auxiliar a Igreja (KNOX, 1560a).

Por isso, o cuidado com a educação virtuosa e com uma formação religiosa para os jovens, e que cada igreja pudesse ter um mestre-escola nomeado, apto a ensinar latim e gramática são presentes no texto. Uma proposta inovadora para a Escócia, mas não inédita na Europa que já havia lido os textos de Lutero e Martin Bucer (1491-1551). Lutero pediu à nobreza alemã que criasse e mantivesse escolas para o bem da comunidade e da Igreja, no seu texto: *À Nobreza cristã da nação alemã*, de 1524. Lutero enfatizou ainda, a responsabilidade dos príncipes e magistrados na manutenção dessas escolas. Bucer nos seus textos: *De Regno Christi* e *Opera Latina*, solicitou que cada vila ou cidade tivesse alguém designado para fornecer educação, da infância à fase adulta.

Nas regiões de difícil acesso (*upaland*) em que as pessoas se reuniam na igreja somente uma vez por semana, os ministros deviam iniciar as crianças nos primeiros rudimentos da escrita e da leitura especialmente o catecismo, tal como o traduzido do Livro da Ordem Comum (*Book of Common Order*), de Genebra. Os benefícios dessas ações seriam logo sentidos por todos, beneficiando visivelmente a comunidade, acreditava Knox. Primeiro porque a educação dada aos jovens na virtude da religião cristã e na presença de outros jovens contribuía para evitar que caíssem nos erros comuns praticados pela juventude quando deixada sozinha e sem instrução. Segundo, porque o exercício de ensinar aos mais jovens também era de grande proveito aos mais velhos.

E, além disso, achamos necessário que em toda cidade e especialmente nas cidades onde haja um superintendente, seja erguido um colégio, no qual as artes, pelo menos lógica e retórica juntamente com as línguas, sejam ensinadas por mestres capacitados, para os quais honestos recursos sejam designados, como também provisões para aqueles que são pobres e não são capazes por seus próprios recursos nem de seus amigos de se manterem na escola (KNOX, 1560a, p.131).

A educação da comunidade nos preceitos cristãos traria indubitavelmente novas perspectivas para o bem estar geral, já que ajudaria a regular as relações sociais com base nos ensinamentos cristãos, proporcionando a todos a reflexão sobre suas ações no sentido de respeitar os direitos dos outros. Educação que ajudaria a cada um no conhecimento da Palavra e, portanto, da vontade de Deus, renovando a fé e fortalecendo a confiança na justiça e na bondade do Pai, desse modo transformando a sociedade e renovando a

Igreja. Em razão de todos esses benefícios individuais e coletivos era preciso estimular os pais de toda e qualquer condição social para que enviassem seus filhos à escola.

Não havia distinção entre ricos e pobres, nobres ou serviçais, todos precisavam de instrução para a criação de uma sociedade verdadeiramente cristã. “O rico e o poderoso não devem permitir que seus filhos percam tempo em sua juventude em vã ociosidade como até agora eles têm feito [...]; e eles devem fazer às suas próprias custas, porque têm condições para isso” (KNOX, 1560a, p. 132). O rico e poderoso não podia permitir que seu filho ficasse abandonado aos prazeres e paixões, gastando seu tempo em futilidades que enfraquecem a alma, pelo contrário, deviam estimular seus filhos e compeli-los a se dedicarem aos bons exercícios da alma, como o estudo da Palavra, para beneficiar a Igreja, a comunidade e a si mesmos.

“Os filhos do pobre devem ser ajudados e sustentados pela Igreja (KNOX, 1560a, p. 132). O filho do pobre deveria ser mantido com recursos da igreja, independentemente da presença de um espírito de docilidade, aconselhava Knox. Dessa ideia, conclui Knox, que nem o filho do rico, nem o filho do pobre deveriam ser abandonados à sua própria sorte e permanecerem distantes do estudo. Para esse propósito deviam ser designados homens prudentes, sérios e instruídos para visitar as escolas e avaliar seus estudos, seu aproveitamento, e cuidar de sua continuidade. O ministro da igreja e os outros homens instruídos de cada cidade deveriam examinar os jovens trimestralmente para saber se os conhecimentos estariam sendo aproveitados pelos alunos.

Certo tempo deveria ser designado para a leitura e o aprendizado do Catecismo e também deveria haver um período determinado para o aprendizado da gramática e das línguas latinas. O estudo das Artes, da Filosofia e das línguas também deveriam ser contemplados e pensados para integrar a educação dos jovens. Tendo terminado cada estágio, ou seja, cada curso, os jovens deveriam continuar seus estudos ou serem enviados para o aprendizado de um ofício ou qualquer outra atividade produtiva, desde que antes de qualquer coisa, eles tenham o conhecimento da religião cristã. Com conhecimento da religião cristã Knox quer dizer:

[...] O conhecimento das leis e dos mandamentos de Deus, a aplicação e a obrigatoriedade dos mesmos; os principais artigos de fé, a forma correta de se orar a Deus; o número, uso e efeitos dos Sacramentos; o verdadeiro conhecimento de Jesus Cristo, de sua natureza, sem esses conhecimentos nenhum homem pode ser chamado de cristão, nem pode ser admitido para participar da Eucaristia (KNOX, 1560a, p. 133-134).

A educação tinha como fundamento principal o conhecimento da Palavra de Deus, sua função era eminentemente religiosa, essencial para a salvação do homem e para o surgimento de uma sociedade pautada nos princípios religiosos do cristianismo. Não era apenas uma educação instrumental e básica para a leitura dos Textos Sagrados, ela foi pensada para educar a criança das primeiras letras até a universidade. A educação era vista como necessária para a fundamentação da fé reformada, que precisava de seus seguidores o conhecimento da revelação de Deus e de Suas expectativas para com a humanidade.

6.2.2 O Tempo Designado para cada curso (*The Times appointed to every course*)¹⁵

Para Knox dois anos eram mais do que suficientes para aprender a ler perfeitamente, responder o Catecismo e adquirir alguns rudimentos de gramática. Um domínio completo da gramática podia ser conseguido em três ou quatro anos e para a língua grega e as artes, ou seja, lógica e retórica, mais quatro anos. Depois, até completar a idade de 24 anos o aluno deveria se dedicar ao aprendizado do que poderia ser aproveitado na Igreja e na comunidade, podendo ser: leis, física ou teologia. A importância da educação para Knox pode ser registrada na seguinte passagem dirigida aos parlamentares: “Se Deus tocar seus corações para estabelecer e executar essa ordem colocando-a em prática em todo o reino, não duvidamos que em poucos anos ela servirá para formar bons pregadores e outros ofícios necessários à comunidade” (KNOX, 1560a, p. 135). Aqui Knox deixa claro o quanto uma comunidade pode se beneficiar espiritualmente e materialmente com um povo instruído e capacitado para exercer com propriedade as funções religiosas, bem como as atividades produtivas e administrativas do reino.

Depois de todos aqueles anos de estudo o aluno deveria servir à Igreja ou à comunidade, pois era essa a finalidade da educação pensada pelos reformadores. Seu objetivo era inicialmente e principalmente ser aplicada para a salvação da alma no conhecimento da verdade cristã, entretanto, a educação também deveria ser usada na vida cotidiana para o desenvolvimento do bem estar da sociedade.

¹⁵ Em nota na página 134, Cameron afirma que os autores do Livro da Disciplina seguiram de perto outras propostas educacionais surgidas no Continente por André Gouvea, Jean Sturm e Claude Baduel. Em 1538, Sturm publicou seu *Liber de literarum ludis recte aperiendis* e Baduel, dois anos mais tarde seu *De Collegio et Universitate Nemausensi*, duas obras que segundo Cameron foram a base das reformas efetuadas em Lausanne em 1547 e em Genebra em 1559, dos quais os autores do Livro da Disciplina deviam conhecer muito bem (CAMEROM, 2005).

6.2.3. Da instituição de universidades (*of the erection of universities*)

“Tendo estabelecidas as escolas de gramática e criadas em seguidas as escolas as de línguas (como dissemos), achamos necessário que três universidades sejam estabelecidas no reino em três cidades importantes” (KNOX, 1560a, p. 137).

John Knox e seus auxiliares propuseram a designação de um mestre escola em cada paróquia para o ensino básico da escrita e da leitura. Depois, a criação em cada cidade de escolas de gramática e latim, sendo os professores designados pela Igreja (Reformada). Para os colégios propunha a criação dessas instituições nas cidades mais importantes para o ensino de lógica e retórica juntamente com o grego¹⁶. Finalmente os grandes colégios, chamados: universidades seriam mantidas em Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen¹⁷.

A organização proposta para Saint Andrews era completa e detalhada e estava dividida em três colégios¹⁸. O primeiro colégio era aquele que permitia a entrada na universidade e era constituído por quatro classes ou estágios, formado pelas artes: dialética no primeiro ano, matemática, no segundo ano, Física no terceiro ano e medicina no último ano. No segundo colégio, haveriam duas classes, a primeira de filosofia moral e a segunda de leis. No terceiro colégio outras duas classes: a primeira de línguas grega e hebraica e a segunda de teologia

6.2.3.1. Dos professores, os graus e o tempo de estudo (*Of Readers¹⁹ and of degrees and time of Study*)

No primeiro colégio o curso de Dialética, que também era a primeira classe, deveria ser cursado em um ano. A matemática que compunha a segunda classe capacitaria o estudante em aritmética, geometria e cosmografia, também seria finalizada

¹⁶ Kirkwall, Channonrie of Ross, Argyle, Aberdeen, Brechin, Saint Andrews, Edimburgh, Jedburgh, Glasglow e Drumfreise.

¹⁷ A Universidade de Saint Andrews foi fundada em 1412 pelo bispo Wardlaw. A Universidade de Glasgow foi fundada pelo bispo Turnbull em 1451 e a Universidade de Aberdeen foi fundada pelo bispo Elphinstone em 1494.

¹⁸ Em 1560 a Universidade de Saint Andrews abrangia: Colégio São Salvador (St. Salvator's College) fundado em 1450; Colégio São Leonardo (St. Leonard's College) fundado em 1512 e Colégio Santa Maria (St. Mary's College) construído em 1537.

¹⁹ A instrução na universidade medieval esteve, na maior parte do tempo, nas mãos dos regentes, que orientavam sua classe de alunos em estágios sucessivos do currículo e os preparava até os exames finais. O século XVI testemunhou o surgimento do professor especialista (lector ou reader). CAMERON, 2005.

em um ano. A terceira classe, de filosofia natural, também precisaria ser concluída em um ano, como as demais. Depois desses três primeiros anos e após a realização de exames era garantido aos alunos o diploma de filosofia. A quarta classe constituída pelo estudo da medicina deveria ser completada em cinco anos.

No segundo colégio, a primeira classe poderia ser cursada em um ano abrangendo o estudo da ética, economia e política. Na segunda classe finalizada em quatro anos após exames que garantiam a graduação em leis. No terceiro colégio de Saint Andrews, composto como o segundo, por duas classes, o tempo de estudo de cada curso deveria ser: no primeiro estágio de ensino da gramática grega e hebraica completado em três semestres e resto do ano pelas leituras do livro de Moisés e os Salmos para o estudante do hebraico; e Platão e partes do Novo Testamento para o aluno da língua grega. Na segunda classe desse terceiro colégio o aluno estudaria para a obtenção da graduação em teologia num período de cinco anos.

Da Universidade de Saint Andrews os alunos se graduavam em filosofia, medicina, leis ou teologia. Filosofia e medicina no primeiro colégio; Leis no segundo e teologia no terceiro colégio. O estudante de medicina permaneceria no primeiro colégio por mais cinco anos, depois do curso preliminar de Artes. O estudante de leis completaria seus estudos no segundo colégio, estudando um ano de filosofia moral e por mais quatro anos, as leis. O estudante de teologia ficaria no segundo colégio para cursar filosofia moral, depois ia para o terceiro colégio aprender o grego e hebreu pelo período de um ano, após o qual por mais cinco anos estudava o Antigo e o Novo Testamento.

6.2.3.2. Da admissão em cada curso

Para Knox e seus colaboradores, ninguém poderia ser admitido no primeiro colégio e ser mantido pela universidade, a menos que tivesse do mestre da escola e do ministro de sua cidade onde fez o curso de línguas, uma testemunha de seu saber, docilidade, idade e família. Ainda assim deveria passar por testes organizados pelo reitor e diretores do colégio. No caso dos alunos que conseguissem provar seus conhecimentos em dialética eles poderiam ser promovidos no mesmo ano para a classe de matemática (KNOX, 1560a, p. 142).

Ninguém seria admitido para o curso de medicina senão aquele que tivesse dado testemunho de seus conhecimentos em dialética, matemática e física e de seu bom comportamento. Para o curso de leis era necessário que o pretendente tivesse provado

seu aproveitamento nos cursos de dialética, matemática, física, ética, economia e política. Para ingressar no curso de teologia o aluno deveria provar domínio suficiente em dialética, matemática, física, ética, economia e política. Além disso, conhecer a língua hebraica, provar seu aproveitamento em filosofia moral.

Na segunda universidade, em Glasgow, deveria haver dois colégios apenas: no primeiro teria um curso de dialética, outro de matemática e o terceiro de física, organizados da mesma forma que em Saint Andrews. No segundo colégio haveriam quatro cursos: o primeiro de filosofia moral, ética, economia e física. O segundo curso seria composto por leis municipais e romanas. O terceiro curso seria de língua hebraica e o quarto de teologia, que deveriam ser organizados nos mesmos moldes que os apresentados em Saint Andrews. A Universidade de Aberdeen, a terceira delas, seria administrada da mesma forma que a Universidade de Glasgow.

6.2.3.3. Da administração (*Of Administration*)

Era preciso, diziam Knox e seus colaboradores, que fosse escolhido do corpo docente de cada colégio, um diretor, homem de saber, prudência e zelo, que pudesse receber todas as rendas do colégio e distribuí-las de acordo com as necessidades de cada área. Ao diretor caberia escolher um assistente semanalmente dentre os regentes ou professores para auxiliá-lo nas tarefas administrativas e pedagógicas, bem como na punição dos crimes cometidos e punidos na convenção semanal realizada com todos os membros do colégio.

Cada universidade deveria ter um reitor eleito da seguinte forma: os diretores de cada colégio reunidos com todos os regentes deveriam nominar um homem que sua consciência testificasse ser capaz de cumprir com dignidade tal encargo. Os três nomes mais citados eram colocados em edital público 15 dias antes da festa de São Miguel (29 de setembro). Chegada a hora, todos se reuniam desde os diretores até os alunos para nominar dentre os três candidatos, aquele que seria o novo reitor da universidade. Ao reitor cabia a visita mensal aos colégios e examinar as lições e os exercícios aplicados em cada um deles. Seu assessor poderia ser um advogado ou um teólogo, cujos conselhos lhe ajudariam a decidir sobre as questões relativas aos membros da universidade.

Em relação à bolsa de estudo, o Livro da Disciplina previa a concessão de 24 bolsas para cada colégio, divididas igualmente entre todos os cursos e séries. Dessa forma para, Saint Andrews, que possuía três colégios: 72 bolsas, para Glasgow e Aberdeen 48 bolsas cada um. Esse auxílio era concedido para custear as despesas com alimentação e as taxas cobradas pelos colégios para aqueles que fossem admitidos nos exames e provassem seu bom comportamento.

6.2.3.4. Dos Estipêndios e Despesas necessárias (*Of the Stipends and Expenses necessary*)

Knox propôs que cada universidade pudesse ser dotada com terras, com rendimentos eclesiásticos dos bispados e dos colégios da Igreja, tanto quanto requerem suas despesas ordinárias e que essa política seja apreciada pelo conselho da Igreja e aprovada pelo Parlamento. Aqui surgiu o grande problema para os reformadores, as rendas que o sistema educacional requeria, precisavam de aprovação do Parlamento que decidiu não aprovar as propostas do Livro da Disciplina elaboradas por Knox e seus colaboradores. Sem os recursos necessários para a implantação desse esquema, quase tudo o que aqui foi apresentado permaneceu na teoria.

Para os estipêndios comuns do leitor de dialética, matemática, física e filosofia moral, Knox achava que 100 pounds eram suficientes para cada um. Para o especialista em medicina, sugeria-se a quantia de 130 pounds. Para os instrutores de língua hebraica, grega e teologia 200 pounds, bem como para cada diretor de colégio. No ano as despesas previstas para a Universidade de Saint Andrews chegavam a 3976 pounds, enquanto que para Glasgow e Aberdeen o valor atingia os 2922 pounds.

6.2.3.5. Dos privilégios da Universidade (*Of the priviledges of the Universitie*)

Nesta última seção, que trata das universidades, os reformadores apresentaram alguns privilégios que os membros da universidade teriam diante da lei civil. Para eles, qualquer pessoa da universidade poderia ser julgada de seus crimes pelas autoridades de cada cidade onde se encontrava uma universidade desde que, tivessem o reitor para assessorá-lo. Nos assuntos que envolviam apenas membros da universidade o julgamento era feito pelo próprio reitor e um assessor.

O reitor e todos os outros membros da universidade deveriam ser isentados de toda a taxaço, impostos e cobranças de guerra ou qualquer outra cobrança que possa ou abstrair dos cuidados de seu ofício de tutoria, ou outro qualquer relativo ao ensino. Esses privilégios eram comuns para a Igreja e as universidades medievais, mas com a Reforma, os privilégios da Igreja foram banidos. O resultado esperado dessas isenções era uma dedicação e um empenho maior na formação da juventude. Tudo isso era justificável porque tendo uma juventude instruída o futuro de um país estaria garantido pela sabedoria e instrução de seu povo. No parágrafo final da seção que trata da educação no Livro da Disciplina, Knox finaliza enfatizando a importância desse tema para a comunidade.

[...] Não há dúvida de que se Deus pode nos conceder tranquilidade e nos dar sabedoria para as letras, devemos deixar sabedoria e conhecimento para nossa posteridade, um tesouro para ser estimado mais do que qualquer tesouro terreno... Sem sabedoria estamos mais propícios à ruína e confusão, do que ajuda e conforto (KNOX, 1560a, p. 155).

Para Knox esse legado que a educação proporciona vale mais do que qualquer tesouro terreno. Apela para que as autoridades se sensibilizem diante dos imensos benefícios que a educação traria para a Igreja e para o Estado (KNOX, 1560a).

O esquema pensado por Knox e seus companheiros contemplava uma organização nacional de toda a educação. Escolas, colégios e universidades serviriam para solucionar os problemas relativos à nova religião e, conseqüentemente, os que se relacionavam com a nova sociedade que emergia da nova fé. A partir desse modelo de educação, pensada das primeiras letras até a universidade, pode-se constatar a presença de quatro tipos de instituições educacionais, a saber: a) as escolas rurais ou paroquiais, onde o ministro da paróquia deveria ser o professor das primeiras letras e do catecismo; b) nas vilas maiores e pequenas cidades, nas escolas em conexão com a Igreja haveria um funcionário preparado, um mestre-escola competente para ensinar gramática e Latim; c) nas cidades maiores, colégios com professores que ensinavam Artes, Lógica e Retórica, tanto quanto línguas e d) as universidades em Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen. Não aprovado pelo Parlamento, o esquema de Knox permaneceu como um ideal onde todos aqueles que vislumbravam uma Escócia mais instruída se baseavam, um ideal pelo qual valia a pena lutar (CLARKE, 2010).

Os ministros, juntamente com outras pessoas instruídas da cidade, formavam um quadro de inspetores que deveriam visitar as escolas trimestralmente. Em qualquer estágio que o aluno deixasse a escola ele deveria estar de posse de conhecimentos básicos de instrução religiosa para se tornar um membro da Igreja (GIBSON, 2010).

Sobre esse sistema educacional Gibson afirma que o esquema é admiravelmente amplo. Seu caráter democrático, sua cuidadosa gradação, do fornecimento dos rudimentos nos mais remotos e esparsos distritos para uma sistemática educação universitária, sua coesão geral, e um modelo sensato no qual o mecanismo existente da Igreja e do Estado era para ser utilizado em sua grande cruzada social para a construção de um povo educado. São características que fazem das audaciosas concepções do Livro da Disciplina, um marco na história das ideias e dos ideais educacionais (GIBSON, 2010).

Sua primeira publicação foi em 1621 na Holanda e a primeira edição britânica foi em 1720. Mas a tradição, se não os detalhes, permaneceram vivos, suas propostas só lentamente foram sendo implantadas. “O sistema de escolas paroquiais imaginado por Knox e seus colegas nunca foi inteiramente realizado, embora no início do século XIX a maioria das paróquias escocesas tivessem suas próprias escolas” (SCOTLAND, 1969). Para James Scotland a importância do **Livro da Disciplina** se deve ao fato de que representou ideias que continham muitas das noções que são hoje, motivos de orgulho para a Escócia. Isso porque previa um sistema projetado tão abrangente que se estendia por todo país; uma educação pensada como direito de todas as crianças, inclusive aquelas que não tinham condições de se manterem. A educação era concebida tendo como base a religião, sistematicamente ensinada nas escolas e universidades; havia recursos para a organização racional das universidades de tal maneira que nenhum outro país mandava mais garotos pobres para a universidade do que a Escócia até o desenvolvimento dos Estados Unidos no século XIX. O esquema era essencialmente prático e suas propostas demonstravam a importância que a educação tinha para seus autores, tanto que sugeriram que ela fosse obrigatória (SCOTLAND, 1969).

A Igreja reformada da Escócia não conseguiu efetivar os planos educacionais que Knox e seus colegas pensaram no Livro da Disciplina, mas manteve o controle sobre a supervisão e a contratação de professores até 1872, pois até essa data era preciso comprovar a devoção à fé protestante para ser admitido como mestre-escola.

Estava claro que se buscava uma educação não apenas para os ofícios religiosos, mas igualmente para a formação do indivíduo inserido no mundo e obrigado a

contribuir com ele por meio de suas habilidades vocacionais. Onde o presbiterianismo abriu uma igreja, era preciso, de acordo com as determinações do Livro da Disciplina, criar também uma escola ou pelo menos manter um mestre-escola. “O ambicioso programa de ter uma escola em cada paróquia e oferecer oportunidade igual para todos serem educados até ao nível universitário, mostrava a intenção de criar e desenvolver uma nação cristã completamente igualitária” (DOUGLAS, 1990, p. 274).

O sacerdócio universal, ou seja, a ideia de que todos somos sacerdotes, inovação teológica defendida por Lutero, exigia que todo o crente conhecesse a Palavra de Deus. Daí porque quase todos os grandes teólogos protestantes também lutaram, assim como Lutero, para a criação de um sistema educacional que fosse oferecido a toda população. A educação foi uma necessidade para os protestantes, pois sabiam que a continuidade e sobrevivência da nova fé dependiam do acesso ao livre exame das Escrituras (ABREU, 2003). A educação servia para sedimentar a fé e, a fé servia para modificar o mundo. O que Lutero propôs para a renovação da Igreja, não podia ser aplicado no campo político ou social. Seu pensamento “democrático” era confinado ao campo teológico, por isso, qualquer tentativa de sublevação era vista como diabólica e condenável.

A crítica que rejeita a preocupação das Igrejas com as relações econômicas e a organização social como sendo uma inovação moderna encontra pouco apoio na história passada. [...] Quando começa a era da Reforma, a economia ainda é um ramo da ética, e a ética é um ramo da teologia; todas as atividades humanas são tratadas como integradas em um único esquema, cujo caráter é determinado pelo destino espiritual da humanidade. [...] a própria Igreja é considerada uma sociedade que exerce autoridade teórica, e às vezes prática em questões sociais (TAWNEY, 1971, p. 259).

Era essa a visão de Calvino sobre o mundo e sobre o homem. Tudo fazia parte do reino de Deus e, portanto, interessava verdadeiramente a todo cristão. A teologia, a política, a economia, a educação e o trabalho eram temas que se desdobravam da fé. Ao desenvolver o conceito luterano de vocação (*Beruf*), Calvino mostrou que todo trabalho útil à sociedade era agradável a Deus.

O mundo existe para a glorificação de Deus, e somente para este fim. O cristão eleito está no mundo apenas para aumentar esta glória, cumprindo seus mandamentos ao máximo de suas possibilidades. Mas, Deus requer obras sociais de cristão, porque Ele deseja que a vida social seja organizada segundo seus mandamentos, de acordo com aquela finalidade. A atividade social do cristão no mundo é primeiramente uma

atividade *in majorem gloriam Dei*. Este caráter é assim partilhado pelo labor especializado em vocações, justificado em termos de “amor ao próximo”. O que era ele, entretanto, permaneceu uma sugestão puramente intelectual, incerta, tornou-se para os calvinistas um elemento característico de seu sistema ético. O amor ao próximo – desde que só podia ser praticado para a glória de Deus e não em benefício da carne – é expresso, em primeiro lugar, no cumprimento das tarefas diárias dadas pela *lex naturae*, assumindo então um caráter peculiarmente objetivo e impessoal – aquele de serviço em prol da organização racional do nosso ambiente social (WEBER, 1981, p. 75).

O verdadeiro cristão não precisava mais buscar glorificar a Deus, na vida ascética, preferia a vida ativa e digna, nas diversas formas de trabalho. O padeiro, o ferreiro, o agricultor, o professor ou o político, estavam servindo a Deus tanto quanto o clérigo. Nesse modelo de mundo, não havia lugares, pessoas ou atividades especialmente sagradas e preferíveis a Deus, pois tudo era parte do grande todo, de Sua obra. Por essa razão, como muito bem afirmou Tawney, não escreviam apenas sobre teologia, mas agiam também na educação, na política e nos problemas sociais de suas localidades e países, como desdobramentos de sua cosmovisão.

A importância do **Livro da Disciplina** é atestada pela influência que suas ideias exerceram na consolidação de um esquema educacional que em nenhum outro lugar havia se pensado. A inovação de suas propostas mostrava que estavam muito à frente de sua época, por isso o amadurecimento gradativo para sua completa realização. As leis aprovadas em 1633 e 1696 são típicos exemplos dessa tentativa de se criar um sistema educacional voltado para todos e com recursos garantidos para sua continuidade.²⁰

Não é de se surpreender, entretanto, que em 1867 a comissão de Argyll tenha apresentado um relatório onde a Escócia possuía um número maior de estudantes universitários per capita do que outros países: 1 por 1.000 comparado com 1 por 2.600 na Alemanha e por 5.800 na Inglaterra. O caráter democrático do sistema educacional é também fortemente realçado pelo fato de que 16% dos estudantes universitários escoceses eram filhos de artesão e trabalhadores. Além disso, 70% dos professores escoceses tinham frequentado a universidade, claramente

²⁰ **Ratificação da lei (1616) do Conselho em relação a implantação de escolas** (*Ratification of the act of council regarding plantation of schools*) de 23 de junho de 1633. **Lei para o estabelecimento de escolas** (*Act for settling of schools*) de 9 de outubro de 1696. Essas leis estabeleciam a obrigatoriedade que os proprietários de cada paróquia tinha para com a manutenção das escolas e dos professores. Não foram plenamente cumpridas porque precisavam de uma fiscalização efetiva.

ilustrando a influência exercida pelas universidades sobre a natureza e a qualidade da educação nas escolas (McINTOSH, 1960, 176-177).

O seu mérito consistia na defesa da proliferação de escolas para atender a todas as crianças e jovens do país. Seu papel foi incentivar que em cada paróquia fosse mantida pelo menos uma escola para o bem da comunidade e para a salvação de suas almas. A educação era um apêndice da religião, mas sem ela, os preceitos básicos do protestantismo teriam sido calados pela força da tradição romana, historicamente dominante na Escócia, como no restante da Europa. Segundo John Strong os méritos do modelo proposto por Knox e seus auxiliares podem ser elencados da seguinte maneira: 1- era um sistema nacional; 2- a educação era gradativa da escola primária até a universidade; 3- todas as escolas deveriam ser periodicamente fiscalizadas; 4- as promoções dependiam dos esforços exitosos de cada um e 5- eram garantidas as provisões para os alunos pobres. Princípios que hoje parecem essenciais em qualquer sistema de organização educacional (STRONG, 2009).

Richard Greaves também discorre sobre as características da educação proposta pelos reformadores sob a supervisão de John Knox. Para ele, o primeiro ponto importante do sistema apresentado no Livro da Disciplina é sua ideia de uma educação para todos. Mesmo com a lei aprovada por Jaime IV em 1496 que obrigava os proprietários enviar seus filhos mais velhos para escola, ela não teve o alcance desejado e nunca foi efetivamente cumprido. As provisões apresentada pelos reformadores eram muito mais extensas, pois abrangia também às meninas e não se limitava aos filhos mais velhos.

O segundo ponto importante que Greaves salienta é a preocupação com os alunos pobres, que não tinham condições de frequentarem as aulas “a oportunidade de receberem uma educação abrangente dependia de sua capacidade e não da riqueza ou da condição social” (GREAVES, 1980, p. 196). Esses alunos deveriam receber auxílio da Igreja para os estudos, garantindo com isso a formação de bons pastores para ela ou habilitados para funções administrativas nas cidades. O terceiro aspecto desse modelo educacional é seu caráter moderadamente liberal em seu currículo, não enfatizando a teologia escolástica, que tinha sido o fator principal da educação superior medieval. Para Greaves o ponto alto do currículo era a inclusão da instrução para os ofícios, precedendo o Estatuto dos Aprendizes elisabetano de 1563.

O quarto ponto da educação reformada apresentada pelo Livro da Disciplina era que seu programa educacional estava impregnado por uma filosofia religiosa que objetivava instruir os jovens a serem piedosos em qualquer atividade que realizavam. As universidades não podiam aceitar alunos que não apresentassem um caráter pio. “Os estudantes deveriam não apenas ser piedosos, mas também dóceis, ou seja, capazes de submeterem-se à instrução, particularmente do ponto de vista protestante” (GREAVES, 1980, p.197). O último ponto apresentado por Greaves é o total controle sobre a educação exercida pela Igreja, que tinha a responsabilidade de criar escolas e disponibilizar os professores. Conseguiram a aprovação de uma lei em 1563 pela Assembleia Geral que obrigava a todos os professores que professassem a fé protestante.

É possível extrair do **Livro da Disciplina** quatro tipos de instituição escolares construídas com base na herança deixada pela Igreja de Roma. A primeira dessas instituições escolares eram as escolas rurais, presentes nos distritos espalhados pelo país, onde o próprio ministro da igreja ou seu auxiliar eram os professores. Nessas escolas, os meninos eram instruídos nos rudimentos da escrita e especialmente no catecismo. Essas primeiras letras duravam dois anos que começava aos seis e terminava aos oito anos. O segundo tipo de escola proposta pelo Livro da Disciplina eram as escolas de gramáticas vinculadas a cada igreja nas vilas maiores e nas pequenas cidades, já com um mestre-escola designado especificamente para a função. Nessas escolas iniciavam na gramática e no Latim com duração de quatro anos, dos oito aos doze anos. Nas grandes cidades deveria surgir o terceiro tipo de escola, ou colégio, nas quais havia sede de bispados protestantes: kirkwall, Fortrose, Argyll, Old Aberdeen, Brechin, St Andrews, Edinburgh, Jedburgh, Glasgow e Dumfries. O curso nesses colégios durava também quatro anos, ou seja, dos doze aos dezesseis e aprendiam línguas e as artes da lógica e da retórica. Ao final desse percurso aqueles que se mostrassem capacitados para os estudos universitário podiam frequentar uma das três universidades, durante os quais passavam três anos no curso de artes e mais cinco num curso profissional. (MORGAN, 1927)

Antes de apresentar de forma mais detalhada seu sistema educacional, Knox já havia escrito em outros textos sobre o assunto, embora de forma mais genérica. No texto **A forma das preces e a maneira de administrar os sacramentos** (*The form of prayers and ministration os sacraments*) de 1556, escrito para sistematizar o culto na congregação inglesa em Genebra, onde foi pastor, ele já defendia a criação de escolas, a

necessidade do estudo das línguas, das ciências humanas e da concessão de bolsas de estudo para os mais pobres. Knox defendeu o que ele chamou de Ordenação de escolas (*Order of Schooles*) reconhecendo sua importância para a religião e que, além disso, estava seguindo os preceitos bíblicos.

Não ignoramos que as Escrituras fazem menção a quatro tipos de ministros deixados pela Igreja de Cristo [...] Esses ministros são chamados de professores ou doutores cujo ofício é ensinar e instruir o fiel na verdadeira doutrina cuidando com toda diligência para que a pureza do Evangelho não seja corrompida pela ignorância (KNOX, 1556, p. 177).

E como a maioria não pode usufruir dos benefícios vindos do Evangelho, a menos que tenha sido anteriormente instruído nas letras e nas ciências humanas e já que Deus cessou de agir miraculosamente transformando o homem, é preciso criar escolas e colégios “mantidos com recursos suficientes, onde a juventude possa ser educada no conhecimento e no temor a Deus e apesar de sua idade possam provar que são membros valorosos de nosso Senhor Jesus Cristo” (KNOX, 1556, 177). Os benefícios dessa educação e dessa formação cristã não se limitavam ao indivíduo e à sua alma, mas se estendia também para a sociedade e para as diversas funções administrativas da política secular (*civil Police*).

Na exortação que escreveu para o povo da Inglaterra, Knox também aconselhou sobre a necessidade de se criar escolas e universidades para o bem da religião e, por consequência, para o bem da nação.

Para a preservação da religião, é da maior importância, que escolas sejam universalmente erguidas em todas as cidades e principais vilas e a superintendência da qual deve ficar sob a responsabilidade dos magistrados e professores pios dessas cidades e vilas (KNOX, 1559, p. 520).

Desses jovens, os melhores deveriam ser preparados para exercerem atividades religiosas como futuros pregadores e divulgadores do Evangelho de Cristo. Como a religião tinha uma importância muito grande nos destinos das nações, segundo os relatos bíblicos nos quais Knox baseava seu pensamento, a educação sendo um agente imprescindível para a manutenção e continuidade da verdadeira religião, também tinha

que ser pensada dentro desse contexto de sobrevivência e fortalecimento das nações, no caso desse texto de Knox, da Inglaterra.

Educação e Reforma, como vimos, estavam novamente entrelaçadas numa interdependência muito comum para os homens do final da Idade Média e do início dos Tempos Modernos, era na verdade, a continuação do que vinha ocorrendo no campo da cultura durante o domínio católico (FRANCO JÚNIOR, 2002). A religião fornecia os conteúdos a serem estudados e os métodos aplicados na educação, por outro lado, a educação fornecia a mão-de-obra necessária e instruída para que a religião pudesse sobreviver e manter-se detentora do saber e da cultura medievais. Com a Reforma, esse entrelaçamento não somente continuou, mas, foi fortalecido pelas necessidades de implantação do novo pensamento religioso no mundo europeu. A estruturação de uma nova cultura religiosa precisava da educação para se firmar. Educação não mais circunscrita a uma elite religiosa e política, mas uma educação que pudesse fornecer os rudimentos da escrita e da leitura para todos os fiéis.

O problema da interação entre religião e educação no final da Idade Média deve ser contextualizado num quadro ainda mais abrangente, ou seja, nas relações entre religião e poder ou, Igreja e Estado. Para a maioria dos reformadores, uma Igreja distinta e independente do Estado era uma concepção pouco provável, enquanto que para os administradores a ideia de um Estado separado da Igreja não era uma opção viável para o pensamento da época. Todos pareciam possuir mais ou menos a ideia de uma teocracia onde sob a supervisão de Deus, Igreja e Estado estavam submetidos à sua Vontade (STRONG, 1909). Por isso a Igreja legislava ou induzia aprovação de leis relativas à educação, uma prerrogativa que depois ficou a cargo apenas do Estado. Em nenhum outro país o domínio da Igreja sobre a educação era tão forte quanto na Escócia e essa supervisão permaneceu até a segunda metade do século XIX.

Por meio das propostas apresentadas no Livro da Disciplina, a Igreja Reformada trabalhou para supervisionar todo o ensino do país, de modo que só era permitido ensinar aquele que professasse sua fé na religião protestante. Por meio de supervisores ligados à Igreja, todos que exerciam funções em escolas, colégios e universidades estavam sob a jurisdição e o controle da Igreja, que designava ou suspendia aqueles que eram aptos ou não para o trabalho educacional. A Igreja Reformada escocesa apenas reassumiu o controle exercido pela antiga Igreja Católica, que detinha o domínio da educação no país.

Os conselhos das cidades lutaram para que gradativamente pudessem controlar as escolas em suas cidades, pagando professores, concedendo bolsas e construindo escolas com seus próprios recursos. John Strong cita alguns exemplos dessas ações como em Edimburgo que em 1578 o Conselho da cidade construiu uma escola de gramática no terreno dos monges dominicanos (*blackfriars*). Em 1600 o Conselho da cidade de Glasgow resolveu construir uma nova escola desde que a antiga se tornara muito decadente (STRONG, 1909). Supervisões das escolas também foram aprovadas pelos conselhos das cidades de Glasgow, Aberdeen e Stirling, para que homens designados por esses conselhos e no caso de Glasgow, pela universidade pudessem visitar as escolas para saber se estavam sendo bem administradas.

Edimburgo, embora fosse a capital, não possuía uma sede episcopal como ocorria em Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen, por isso estava desprovida de colégios e universidades. O conselho da cidade lutou para que fosse permitido a criação de um colégio na cidade e após algumas querelas com os bispos que ainda conseguiam influenciar na política, conseguiu uma carta de aprovação real para que a cidade construísse e mantivesse um colégio.

John Strong cita o exemplo de duas escolas de gramáticas ou secundárias da época cujos registros permitem entender o currículo e o nível de estudos nessas escolas nos momentos posteriores à Reforma. Em Glasgow era requerido dos alunos que no primeiro ano tivessem os rudimentos da etimologia e da sintaxe latina, ensinada em sentenças curtas que deveriam ser decoradas. No segundo ano os alunos iniciavam seus estudos com Despauter e os colóquios de Mathurin Cordier e mais tarde estudavam epístolas selecionadas de Cícero, colóquios menores (*minor*) de Erasmo e os diálogos sagrados de Castellion que ensinavam as Escrituras por meio desses diálogos que serviam a dois propósitos ao mesmo tempo, o aprendizado do Latim e dos Textos Sagrados (STRONG, 1909, p. 76). No terceiro ano os alunos se familiarizavam com os escritos de Terêncio e Ovídio, juntamente com os salmos de Buchanan e também exercitavam a composição em Latim. Horácio era o conteúdo do quarto ano e ainda continuavam com os salmos de Buchanan; dos mais adiantados já se esperava que compusessem versos heroicos ou líricos. Finalmente no quinto ano os alunos ouviam palestras sobre retórica, leitura de poetas clássicos, iniciavam nos rudimentos da gramática grega, traduziam temas para o Latim.

Ao final do século XVI havia dois tipos de escolas que preparavam para a universidade, as escolas paroquiais, que estavam sob a jurisdição da Igreja e as escolas

de gramática, cujo controle era compartilhado pelos conselhos das cidades e a Igreja. Não é fácil entender as relações entre essas duas autoridades, mas, por meio da lei aprovada em 1872, um marco na história da educação na Escócia, percebemos que o texto menciona apenas a jurisdição da Igreja. Para Strong, “qualquer controle que o Conselho da Cidade exercia sobre a escola de gramática ele não era exercido legalmente” (1909, p. 84).

Na sua **Uma breve exortação para que a Inglaterra acelere a adoção do Evangelho** (*A brief exhortation to England for the speedy embracing of the gospel*) de 1559, Knox também fala da importância da educação. Dizia ele em sua carta aos ingleses: “[...] para a preservação da religião, é muito importante que escolas sejam universalmente erguidas em todas as cidades e principais vilas, das quais a supervisão seja confiada aos magistrados e homens pios e instruídos dessas cidades e vilas [...]” (KNOX, 1559, p. 520). Nesta passagem Knox afirma a importância que a educação tinha para ele em consonância com o que defendia os outros reformadores. A educação tinha uma finalidade religiosa e servia não apenas para auxiliar o indivíduo no conhecimento da Palavra de Deus, essencial para a realização de uma vida verdadeiramente cristã; servia também, como consequência, para afastar aquele que se ilumina pela Bíblia, dos vícios e erros comuns da juventude. A educação também era uma ferramenta importante para evangelizar o povo e transformar a sociedade.

A história da educação na Escócia, depois do modelo educacional apresentado ao Parlamento em 1560 pelos reformadores, tendo Knox à sua frente, foi uma história da concretização gradativa desse plano (KERR, 1910). Desde a primeira lei aprovada pelo Parlamento em 1567, que dava a jurisdição sobre as escolas para a Igreja, houve uma série de revogações e confirmações dessas prerrogativas. Na medida em que se restaurava o episcopado essas leis eram descartadas, como em 1606, 1618 e 1662, ou, novamente aprovadas, quando o presbiterianismo retomava a supremacia como em 1592, 1638 e 1690. Em 1690 o Parlamento aboliu seus atos favoráveis ao episcopado, ratificou a Confissão de Fé e estabeleceu a forma presbiteriana de governo da Igreja reformada. A antiga jurisdição da Igreja sobre a educação foi confirmada por renovadas leis. Pelo Estatuto Parlamentar de 1690 intitulado: **Lei de inspeção de universidades, colégios e escolas** (*Act for visitation of Universities Colledges and Schoolls*), os mestres das escolas, tanto quanto os professores, reitores e regentes dentro do reino deveriam assinar a Confissão de Fé, fazer o juramento de obediência e ser uma pessoa

piedosa e de conversação pacífica, com habilidades para o exercício da educação e submeter-se ao governo da Igreja (STRONG, 2009).

Foi, no entanto, em 1696 que a lei aprovada naquele ano marcou grandemente a história da educação na Escócia. Por essa lei ficou estabelecido que: 1) que uma escola seja criada e um mestre-escola designado pelos ministros da Igreja em cada paróquia que ainda não tiver uma; 2) que a Igreja providencie um local adequado para as aulas e garanta um salário não superior a 200 merks e não inferior a 100 merks (cinco libras, 11s 1,5d); 3) os proprietários de terras e membros da comunidade paroquial deveriam pagar as despesas da escola e o salário do professor; 4) caso os proprietários não cumprissem sua obrigação, isso seria feito pelo Presbitério que depois cobraria as taxas dos proprietários conforme suas rendas; 5) se os proprietários ficassem sem pagar os salários por dois períodos letivos, esses valores seriam cobrados em dobro; 6) qualquer cobrança ou diligência feita para garantir os salários, deveriam ser feitas por solicitação do mestre-escola; 7) que as taxas cobradas para a manutenção da educação fosse proporcional à renda de cada proprietário e 8) que as pessoas prejudicadas pela cobrança indevida dessas taxas, poderiam pedir a correção ao *Sheriff* ou outro juiz competente. Essas são em linha gerais o teor da lei de 1696.

Mesmo com todas essas leis e esforços feitos no sentido de fornecer escolas para todas as crianças, em muitas regiões da Escócia elas ainda não existiam. A lei de 1838 foi aprovada para tentar solucionar esse problema com o título: **Lei para facilitar a fundação e a dotação de novas escolas na Escócia** (An act to facilitate the foundation and endowment of additional schools in Scotland). As escolas estabelecidas por essas leis ficaram conhecidas como: Escolas Paroquiais Parlamentares (Parliamentary Parish Schools). A comunidade providenciava a escola e a casa para o mestre-escola, mas o salário do professor passaria a ser pago pelo governo.

Outra lei aprovada pelo Parlamento de alguma importância é datada de 1861 e é conhecida como: Lei dos mestre-escolas do burgo e das paróquias da Escócia de 1861 (Parochial and Burgh schoolmasters (Scotland) act 1861). Por essa lei foi estabelecido os salários dos professores entre 35 e 70 pounds por ano, bem como o fim da profissão de fé para o ensino. Os testes realizados pela Igreja ou religiosos foram abolidos, bastando que o professor se comprometesse em não ensinar nada contrário ao que ensinavam as Sagradas Escrituras. O poder conferido aos Presbitérios para avaliar os candidatos a professor foi transferido para uma junta de examinadores composta por seis pessoas designadas pelas quatro universidades escocesas. Finalmente, a Lei

Educacional de 1872 pôs um fim na influência da Igreja Protestante sobre a educação, criando os Conselhos Escolares, formados pela comunidade e responsáveis para gerir os assuntos referentes à educação em cada cidade ou paróquia²¹. Era a concretização do sonho que Knox teve três séculos antes dessa lei, por razões religiosas, é verdade, mas cujos resultados seriam parecidos com os que o Estado escocês aprovou no século XIX.

²¹ Lei Educacional de 1872 que tornou compulsória a educação para crianças de 5 a 13 anos na Escócia (*The Records of the Parliaments of Scotland to 1707*).

7. CONCLUSÃO

John Knox foi um homem de seu tempo, um teólogo que acreditava no supremo poder do criador e possuía a crença de que todas as ações humanas estavam relacionadas com o sobrenatural. Glorificar a Deus nas ações diárias e nas conversações comuns era o dever de todo cristão para que a sociedade vivesse em paz. Para ele, como para os outros reformadores, ninguém podia se salvar pelas obras, mas, unicamente pela fé nas promessas de salvação de Deus, que escolheu seus eleitos. Nessa doutrina da salvação pela fé, a educação ocupou um papel de destaque, pois, sem o conhecimento da Palavra de Deus, não se concebia uma fé verdadeira e sem ela não poderia haver salvação.

A Igreja Católica Apostólica Romana detentora da hegemonia religiosa no cristianismo por muitos séculos, havia se distanciado, segundo os protestantes, da simplicidade e da pureza iniciais, típicas das primeiras comunidades cristãs. O conhecimento das Escrituras estava restrito a um corpo de clérigos confinados em suas catedrais e mosteiros e sem ligações com o mundo externo, enquanto a maioria do chamado baixo clero perambulava na completa ignorância dos ensinamentos que deveriam propagar. Nesse quadro de penumbra intelectual e miséria moral é que surgiram propostas de mudanças e de reformas que causaram muitas alterações no quadro religioso e político da Europa nos fins da Idade Média e início dos tempos modernos.

O cristianismo cujos ensinamentos permaneceram vivos nas Escrituras Sagradas precisava ser difundido entre todos e do latim, grego e hebraico ser traduzido para as línguas vernáculas. Traduções em inglês, francês e alemão surgiram na Europa no século XVI possibilitando o acesso ao povo que agora precisava aprender a ler e escrever. A educação para o povo sob a supervisão da Igreja Reformada surgiu da necessidade de conhecer os ensinamentos de Deus, direito de todos e obrigação dos eleitos.

John Knox teve um papel fundamental não somente para conduzir a Escócia ao protestantismo, mas uma participação importante para implantar um novo modelo de educação para o país. Elaborou, com a ajuda de outros clérigos, o **Livro da Disciplina**, que continha um programa de educação nacional, inédito para a época, mas que não foi ratificado devido às suas propostas de financiamento para a educação na nova Igreja. O Parlamento, composto por nobres e ricos proprietários que já haviam tomado muito das antigas terras e rendas da Igreja Católica, discordaram da ideia de se usar esses recursos para financiar o sistema de educação dos reformadores.

A criação das escolas deveriam seguir *pari passu* a disseminação de igrejas pelo país de modo que em cada paróquia tivesse pelo menos um mestre-escola para alfabetizar as crianças. Colégios nas cidades principais para o ensino das línguas e da gramática e universidades em Saint Andrews, Glasgow e Aberdeen completava o quadro que foi apresentado no Livro da Disciplina. Nesse sistema educacional não havia distinção entre ricos e pobres, por isso era preciso criar condições para que todos tivessem acesso ao ensino. Recursos deviam ser alocados das rendas da Igreja para financiar a educação daqueles que não podiam se dedicar aos estudos, possibilitando dessa forma, ampliar o conhecimento e sedimentar a nova fé.

O resultado dessa nova política educacional seria benéfico para toda a comunidade que, transformada por meio da fé e instruída pela educação resolveria melhor todos os seus desafios. Um sistema educacional pensado para formar os novos pregadores, necessários para conduzir um rebanho carente de conhecimentos e também para instruir e capacitar funcionários administrativos e jurídicos para os diversos cargos públicos necessários ao bem estar da comunidade. Era uma proposta apenas com fins religiosos, mas, servindo aos propósitos da Igreja,

Todos os manuais de história da educação da Escócia concordam com a importância do Livro da Disciplina para o país como um modelo que serviu para orientar todas as políticas educacionais aprovadas posteriormente. As leis de 1633, 1696 e de 1872, marcos na história da educação no país foram, na verdade, a concretização do sistema sonhado e apresentado pelos reformadores no século XVI, para exemplificar apenas as mais importantes.

A Escócia conseguiu grandes avanços na educação de tal modo que no século XIX ela possuía mais alunos *per capita* na universidade do que a Alemanha e a Inglaterra. Sua história educacional é interessante e de ricas lições para nós brasileiros que ainda discutimos como resolver os problemas da educação no Brasil. A partir do século XVI todo o sistema criado pela antiga Igreja de Roma foi se ampliando com a criação de novas escolas, colégios e universidades. Olhar para a educação na Escócia é penetrar numa história de muitos séculos, interessantes para nos ajudar a pensar a história da educação na Grã-Bretanha e também na Europa.

John Knox ainda é um grande desconhecido entre nós brasileiros, mesmo quando o assunto é a Reforma Protestante. É necessário aprofundar muito mais sobre a vida e o pensamento deste homem para que tenhamos uma noção melhor de qual foi seu papel no pensamento religioso e político de seu tempo. Suas ações e escritos

transcenderam as fronteiras do tempo e do espaço, permanecendo vivos na história da Reforma como o teólogo que lutou pela implantação do protestantismo na Escócia e, na história do pensamento político, como o revolucionário que escreveu sobre a possibilidade, e mais do que isso, a obrigatoriedade de destituir os governos que combatiam a verdadeira religião (reformada) e defendiam a idolatria (catolicismo), uma novidade para a época.

Novos textos e publicações sobre o tema deveriam ser traduzidos para o português, o que possibilitaria a ampliação do acesso não somente para às obras de John Knox, mas também a trabalhos que versam sobre história, Reforma e educação na Escócia. Nos estudos sobre a história da Escócia e da educação na Escócia, a Reforma é um tema importante e sem ela essas histórias ficariam incompletas e, portanto, incompreensíveis.

John Knox foi um importante ator de todo esse momento histórico vivido pela Escócia e trabalhou para transformar o mundo à sua volta por meio da fé. Um homem que deve ser apreciado dentro de suas particularidades históricas e culturais, com seus problemas, medos e crenças. Personagem das mudanças que a religião sofreu no século XVI, deixou suas marcas que nos ajudaram a reconstruir um pouco do passado da religião e da educação na Escócia. A educação, na teologia de Knox era essencial para a sobrevivência da fé e para o bem da comunidade e embora não tenha redigido grandes tratados sobre o assunto, pode ser considerado um educador, um homem que queria mudar o mundo e o indivíduo por meio da fé e da educação.

Os sistemas nacionais de educação que se concretizaram no século XIX foram pensados já no século XVI pelos primeiros reformadores como Lutero, Calvino, Bucer e Knox. As novas bases para a teologia estavam assentadas no conceito de que a fé pairava acima das obras, que o acesso aos textos bíblicos deveria ser garantido para todos, já que disso dependia a salvação de cada um. Uma vez que todos são sacerdotes, ou seja, que devem buscar Deus sem a interferência de outro homem e buscar a comunhão com Ele, sem qualquer intermediário humano. Nessa teologia a educação foi fundamental e para a Escócia, John Knox foi o grande arquiteto desse novo modelo de fé.

REFERÊNCIAS

A BÍBLIA SAGRADA. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

ABREU, Maria Zina Gonçalves. **A Reforma da Igreja em Inglaterra.** Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.

BARRELL, Andrews D. M. **Medieval Scotland.** Cambridge University Press, 2000. Disponível em: http://books.google.com.br/books?id=mFsBMT7tnxIC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em 10 Janeiro 2012.

BRAUN, Harald. **Juan de Mariana and early modern spanish political thought.** London: Ashgate, 2007.

BROWN, Peter Hume. **John Knox: a biography.** Whitefish: Kessinger Publishing, 2007.

_____. Reformation and Renascence in Scotland. In: WARD & TRENT, et al. **The Cambridge History of English and American Literature.** New York: G.P. Putnam's Sons, 1907–21; New York: Bartleby.com, 2000. Disponível em: www.bartleby.com/cambridge. Acessado em 13 Outubro 2011

CALVINO, João. **As Institutas ou tratado da religião cristã.** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. V. 1 e 2, 1985; V. 3 e 4, 1989.

CAMERON, Euan. **The European Reformation.** New York: Oxford University Press, 1991.

CLARKE, John. **Short studies in education in Scotland.** London: Longmans, Green, 2010.

DENNY, George H. Calvin's influence on educational progress. In: DENNY, George H. **Calvin memorial addresses.** Richmond: Presbyterian Committee of Publication, p. 147-174, 1909.

DENZINGER, Enrique. **El magisterio de la Iglesia.** Barcelona: Editorial Herder, 1997.

DOUGLAS, J. D. A Contribuição do Calvinismo na Escócia. In: REID, W. Stanford (Org). **Calvino e sua Influência no Mundo Ocidental.** São Paulo: Casa Editora Presbiteriana. 1990, p. 267-294.

DOUGLAS. Andrew M. **Church and school in Scotland.** Edinburgh: Saint Andrews Press, 1985.

DUNN, Jane. **Elizabeth e Mary – primas, rivais, rainhas.** Rio de Janeiro: Editora Rocco, 2003.

ENCYCLOPAEDIA BRITANNICA. Chicago: Encyclopaedia Britannica Publishing Group, 1993.

ESTRADA, Juan Antonio. **Para compreender como surgiu a Igreja**. São Paulo: Paulinas, 2005.

FORSYTH, Katherine. Origins: Scotland to 1100. In: WORMALD, Jenny. **Scotland a history**. New York: Oxford University Press, 2005. p. 1-38.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. **A Idade Média: Nascimento do Ocidente**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2002.

GOUVÊA, Ricardo Quadros. A importância de João Calvino na teologia e no pensamento cristão. In. **O pensamento de João Calvino**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2000.

GIBSON, W. J. **Education in Scotland a sketch of the past and the present**. London: Longmans, Green, 2010.

GILPIN, Willian. **The lives of John Wycliff**. London: J. Robson. 1766. Disponível em: <http://books.google.com.br/books>. Acesso em: 15 maio 2010.

GREAVES, Richard L. **Theology and revolution in the Scottish Reformation**. Grand Rapids: Christian University Press, 1980.

HABERMAS, Jürgen. **O discurso filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

HENDERSON, G. D. (Ed). **The Scots confession of 1560**. Edinburgh: Saint Andrews Press, 1988.

HERMAN, Arthur. **How the Scots invented the modern World**. New York: Three Rivers, 2001.

HILL, Christopher. **A Bíblia inglesa e as revoluções do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JOHNSON, Paul. **O livro de ouro dos Papas**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.

KERR, John. **Scottish education school and university: from early times to 1908**. Cambridge: Cambridge University Press, 1910.

KNOX, John. A brief exhortation to England for the speedy embracing of the gospel, 1559. In: LAING, David (Ed). **The Works of John Knox**. Vol. 5. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2004. p. 495-522.

_____. A letter addressed to the commonalty of Scotland, 1558. In: LAING, David (Ed). **The Works of John Knox**. Vol. 4. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2004. p. 521-538.

_____. History of the Reformation of Scotland, 1566. In: LAING, David (Ed). **The Works of John Knox**. Vol. 1 e 2. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2004.

_____. On Predestination, in answer to the Cavillations by an Anabaptist, 1560. In: LAING, David (Ed). **The Works of John Knox**. Vol. 5. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2004. p. 7-468.

_____. **The First Book of Discipline**. 1560a. Glasgow: Covenanters Press, 2005.

_____. The First Blast of Trumpet Against the Monstrous Regiment of Women, 1558a. In. MASON, Roger (Ed). **On Rebellion**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

_____. The form of prayers and ministration of the sacraments, used in the English congregation at Geneva, 1556. In. LAING, David (Ed). **The Works of John Knox**. Vol. 4. Eugene: Wipf & Stock Publishers, 2004, p. 141-214.

_____. **The Scots Confession of 1560**, 1560b. Edinburgh: Saint Andrews Press, 1988.

KYLE, Richard G. **The mind of John Knox**. Lawrence: Coronado Press, 1984.

LAHEY, Stephen E. **John Wyclif**. Oxford: Oxford University Press, 2009.

LAMONT, Stewart. **The swordbearer: John Knox and the European Reformation**. London: Hodder and Stoughton, 1991.

LUTERO, Martinho. Aos conselhos de todas as cidades da Alemanha para que criem e mantenham escolas cristãs. 1524. In: **Martinho Lutero: obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal. V. 5, 1995, p. 302-325.

_____. Debate para o esclarecimento do valor das Indulgências, 1517. In: **Martinho Lutero: obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal. V. 1, p. 21-29.

_____. Uma prédica para que mandem os filhos à escola. 1530. In: **Martinho Lutero: obras selecionadas**. São Leopoldo: Sinodal. V. 5, 1995, p. 326-363.

LUZ, Waldyr Carvalho. **John Knox: o patriarca do presbiterianismo**. São Paulo: Editora Cultura Cristã, 2001.

LUZURIAGA, Lorenzo. **História da Educação e da pedagogia**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2001.

LYNCH, Michael (Ed). **Oxford Companion to Scottish History**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

McINTOSH, Douglas M. Scottish Education, Past, Present and Future. In: International Review of Education. Vol 6, Nº 2, 1960. <http://www.jstor.org/stable/3441536>, acesso em 06/05/2011.

MACKIE, J. D. **A history of Scotland**. London: Penguin Books, 1991.

MAINKA, Peter Johann. A França na época do confessionalismo (1516-1598): a Reforma Protestante e as Guerras Civis Religiosas. In: MAINKA, Peter Johann (Org). **A caminho do mundo moderno**. Maringá: EDUEM, 2007.

MASON, Roger. Renaissance and Reformation: the sixteenth century. In: WORMALD, Jenny (Ed.) **Scotland a history**. Oxford: Oxford University Press, 2005. p. 107-142.

_____. **Usable pasts: history and identity in Reformation Scotland**. The Scottish Historical Review, Vol. 76, 1997, p. 54-68.

_____. Knox, resistance and the royal supremacy. In: MASON, Roger (Ed). **John Knox and the british reformations**. Aldershot: Ashgate Publishing, 1998, p. 154-175.

MARX, Karl. **A ideologia Alemã**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. **Sobre a Religião**. Lisboa: Edições 70, 1972.

McKIM, Donald K. **John Calvin**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004

McNEILL, John T. **The history and character of Calvinism**. Oxford: Oxford University Press, 1967.

MITCHISON, Rosalind. **A history of Scotland**. New York: Routledge, 2002.

MORGAN, Alexander. **Rise and progress of Scottish education**. Edinburgh: Tweeddale Court, 1927.

MUIR, Edwin. **John Knox: Portrait of a Calvinist**. Edinburgh: J. and J. Gray, 1929.

PORTO, Humberto; SCHELESINGER, Hugo. **Dicionário enciclopédico das religiões**. Petrópolis: Vozes, 1995.

REID, William Stanford. **Trumpeter of God – a biography of John Knox**. Grand Rapids: Baker Book House, 1982.

_____. **John Knox's theology of political Government**. Sixteenth Century Journal XIX, n 4, p. 529-540, 1988

RIBEIRO Jr. João. **Pequena história das heresias**. Campinas: Papirus, 1989.

RIDLEY, Jasper. **John Knox**. Oxford: Clarendon Press, 1968.

ROPS, Daniel. **A Igreja da Renascença e da Reforma**. São Paulo: Quadrante, 1996.

SCASE, Wendy. Lollardy. In: BAGCHI, David & STEINMETZ, David C. **Reformation Theology**. Cambridge: University Press, 2004.

SCHÜLER, Oswaldo. **John Wiclif a dissolução do Universalismo Medieval**. Canoas: Editora da ULBRA, 2003.

SCOTLAND, James. **The history of scottish education**. Edinburgh: T. & A. Constable, 1969.

SKINNER, Quentin. **As fundações do pensamento político moderno**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

STALKER, James. **John Knox, his ideas and ideals**. Charleston: Bibliobazaar, 1905.

STONE, Lawrence. **Causas da Revolução Inglesa 1529-1642**. Bauru: EDUSC, 2000.

STRONG, John. **A history of secondary education in Scotland**. Charleston: Bibliobazaar, 2009.

SUFFERT, Georges. **Tu és Pedro**. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2000.

TAWNEY, R. H. **A religião e o surgimento do capitalismo**. São Paulo: Perspectiva, 1971.

THE RECORDS OF THE PARLIAMENTS OF SCOTLAND TO 1707. Disponível em: <http://www.rps.ac.uk>. Acesso em 22 mar 2010.

TREVOR-ROPER, Hugh. **A crise do século XVII – religião, Reforma e mudança social**. Rio de Janeiro: TOPBOOKS, 2007.

VIEIRA, Paulo Henrique. **Calvino e a educação**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2008.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1981.

WRIGHT, Alexander. **The history of education and of the old parish schools of Scotland**. Charleston(SC): BiblioLife, 2009.

WYLIE, James Aitken. **History of the Scottish nation**. Disponível em: <http://www.reformation.org/history1.html>. Acesso em: 15 maio 2010.

ADENDOS

1- MONARCAS DA ESCÓCIA DESDE O SÉCULO XI ATÉ 1625
(MITCHISON, 2002)

Malcolm II	1005-34
Duncan I	1034-40
Macbeth	1040-1057
Lulach	1057-8
Malcolm III	1058-93
Donald Ban	1093-4
	1094-7
Duncan II	1094
Edgar	1097-1107
Alexander I	1107-24
David I	1124-53
Malcolm IV	1153-65
William I	1165-1214
Alexander II	1214-49
Alexander III	1249-86
John Balliol	1292-6
Robert Bruce	1306-29
David II	1329-71
Robert II	1371-90
Robert III	1390-1406
Jaime I	1406-37
Jaime II	1437-60
Jaime III	1460-88
Jaime IV	1488-1513
Jaime V	1513-42
Mary (I)	1542-1567
Jaime VI	1567-1625

2- NOTAS CRONOLÓGICAS (LAING, 2004)

1505-13 – Ano de nascimento de John Knox na vila de Gifford próximo a cidade de Haddington.²²

1522 – Depois de estudar em Haddington, Knox foi mandado para a Universidade de Glasgow. O nome “Johãnes knox” aparece nos registros da universidade entre os alunos matriculados naquele ano.

1536 – Knox foi ordenado sacerdote; há suspeitas de que entre os anos 1535 e 1540 em seus estudos particulares, a leitura cuidadosa de Santo Agostinho e outros antigos Pais da Igreja o tenha levado a renunciar à teologia escolástica e aderir ao protestantismo.

1541 – 8 de março. O nome de “Schir John Knox” aparece entre as testemunhas para o feito relativo à Lei Rannelton, num livro protocolo do município de Haddington.

1544 – Knox tornou-se tutor de Francisco e George Douglas da família de Hugh Douglas de Longniddry; e também de Alexandre Cockburn, filho de John Cockburn de Ormiston.

1545 – Adesão ao pensamento de George Wishart na época de sua primeira visita ao East-Lothian.

1546 – Martírio de George Wishart em Saint Andrews em 1º de março e em 29 de maio o cardeal Beaton foi assassinado.

1547 – 10 de abril. Knox entrava no Castelo de Saint Andrews com seus pupilos, como um lugar mais seguro contra as perseguições do clero papal.

²² Não há um entendimento entre os biógrafos de Knox quanto à data de seu nascimento, alguns como David Laing e Peter Hume Brown preferem 1505, (BROWN, Peter Hume. **John Knox: a biography**. Whitefish: Kessinger Publishing, 2007). Outros como W. Stanford Reid adotam o ano de 1513 (REID, W. Stanford. **Trumpeter of God – a biography of John Knox**. Grand Rapids: Baker Book House, 1982).

- Maio. No final desse mês ele recebeu um chamado público para o ministério, que obedeceu com grande relutância; pregou tanto na paróquia como no castelo até sua rendição.

- Junho. A frota francesa aparecia na baía de Saint Andrews para montar um cerco contra os rebeldes, que se renderam em 30 de julho. Contrariando os termos da capitulação, os principais líderes foram presos e levados pelas galés francesas.

1548 - A embarcação retornou para a Escócia no momento do cerco a Haddington em junho; e quando avistou Saint Andrews, Knox proferiu sua famosa previsão de que ele ainda sobreviveria para pregar naquele lugar.

- Durante o inverno desse ano, Knox foi mantido prisioneiro em Rouen, onde escreveu um prefácio do Tratado da Justificação de Balnaves, que foi enviado para a Escócia.

1549 – Fevereiro. Knox obteve sua liberdade depois de dezenove meses. Ele foi para a Inglaterra e logo depois foi nomeado pelo Conselho Inglês para a função de pregador na cidade de Berwick.

1550 – Knox foi convocado a comparecer em Newcastle diante do Dr. Tostall, bispo de Durham, para dar explicações sobre sua doutrina.

- No final desse ano Knox foi removido de Berwick para Newcastle, onde continuou seu trabalho ministerial.

1551 – Dezembro. Knox foi nomeado pelo Conselho Privado da Inglaterra, um dos seis capelães de Eduardo VI. Isso o levou a residir em Londres durante os anos 1552-1553.

1552 – Outubro. Recebeu uma oferta da diocese de Rochester, mas recusou a promoção.

1553 – Fevereiro. Knox foi convocado pelo Conselho Privado da Inglaterra, para se explicar das reclamações feitas pelo duque de Northumberland, mas, foi absolvido.

- Julho. Eduardo VI morre no dia 6 desse mês e as perseguições aos protestantes foram retomadas pela rainha Maria. A maioria dos ministros reformados e muitos leigos fugiram do país e procuraram refúgio no estrangeiro.

1554 – Janeiro. No dia 28 Knox foi para Dieppe onde permaneceu até o final de fevereiro. Depois prosseguiu até Genebra.

- Abril. A rainha Maria de Guise foi empossada como regente da Escócia.

- Setembro. Knox recebia convite para se tornar o ministro da congregação inglesa em Frankfurt.

1555 – Em razão das disputas que surgiram na congregação inglesa de Frankfurt, em relação ao uso do Livro da Prece Comum (*Book of Common Prayer*) e a introdução de várias cerimônias, Knox foi obrigado a renunciar ao cargo; e tendo feito uma pregação de despedida em 26 de março, retornou para Genebra. Knox programou uma viagem para a Escócia e deixou a cidade para se dirigir a Dieppe e em setembro desembarcava na costa leste do país, próximo a Berwick.

1556 – No início desse ano Knox foi para Ayrshire acompanhado de muitos dos líderes protestantes do país e pregou abertamente na cidade de Ayr e em outras partes da Escócia.

- Tendo recebido um convite para retornar a Genebra para exercer a função de pastor, Knox deixou a Escócia em julho. Antes disso ele se casou com Marjory Bowes.

- Setembro. No dia 13, Knox juntamente com sua esposa e sua sogra foram admitidos formalmente como membros da congregação inglesa. Na eleição anual para ministros, em 16 de Dezembro, Knox e Goodman foram reeleitos.

1557 – Aceitou um convite para retornar à Escócia. Knox deixava Genebra e ia para Dieppe, lá recebeu cartas pedindo para que adiasse sua ida ao país esperando momento mais propício, logo depois ele retornou novamente para Genebra.

- Maio, batizado de seu filho Nathaniel.

1558 – Abril. Maria Stuart se casou em Paris, com Francisco, Delfim da França.

- Nesse ano Knox reeditou sua carta para Maria de Guise; e também sua **Apelação da sentença cruel dos bispos e clero da Escócia** (*Appellation from de cruel sentence of the Bishops and Clergy of Scotland*); e seu **O primeiro toque da trombeta**

contra o governo monstruoso de uma mulher (*The first blast of trumpet against a monstrous regiment of women*).

- Novembro. No dia 17 de novembro com a morte da rainha inglesa Maria Tudor, ascendia ao trono Elizabeth.

1559 – Janeiro. No dia 7 daquele mês, Knox partiu definitivamente de Genebra, em consequência de um convite para retornar à Escócia.

- Março. Knox chegou em Dieppe e ficou sabendo que o governo inglês não lhe garantia o salvo conduto para atravessar o país em direção à Escócia.

- Abril. No dia 22, ele embarcou para Leith e chegou em Edimburgo no dia 2 de maio. Durante aquele mês a rainha regente publicou uma declaração contrária aos protestantes. Os nobres protestantes da Congregação enviaram uma delegação que protestou contra essa declaração. Não sendo ouvidos pela rainha empunharam as armas para a defesa de sua causa.

- Junho. No dia 11 Knox pregava em Saint Andrews e em Perth no dia 25, quando a população atacou muitas igrejas e monastérios da cidade.

- Julho. Foi eleito ministro em Edimburgo. Devido aos distúrbios, ele logo abdicou dessa função. No dia 10 morria Henrique II da França, seu filho Francisco que se casava com Maria Stuart, ascendeu ao trono.

- Agosto. No dia 1º os protestantes se reuniram em assembléia e decidiram solicitar ajuda da Inglaterra.

- Outubro. No dia 18 os protestantes entravam em Edimburgo enquanto a rainha regente se retirava para Leith, com as tropas francesas que vieram em seu auxílio.

1560 – Fevereiro. Foi concluído um tratado entre a Inglaterra e os nobres da Congregação, no dia 27. A Inglaterra bloqueou o porto de Leith e enviou reforços, ao mesmo tempo em que suas tropas entravam na Escócia.

- Junho. No dia 10 morre Maria de Guise no castelo de Edimburgo.

- Agosto. O Parlamento escocês reunido em assembléia no dia 17 aprovou a Confissão de Fé e a religião protestante foi formalmente estabelecida. No dia 25 desse mês foi concluído o **Primeiro Livro da Disciplina**.

- Dezembro. Morria no dia 5 o rei Francisco II da França, marido de Maria Stuart, rainha da Escócia. No dia 20 desse mês ocorreu a primeira assembléia geral em Edimburgo. Morreu no final desse ano a esposa de John Knox.

1563 – A cidade de Edimburgo forma apenas uma paróquia. Knox foi eleito ministro dessa comunidade.

1564 – Knox contraiu um segundo casamento com Margaret Stewart, filha de Andrew Lord Ochiltree.

1566 – Nesse ano Knox parece ter escrito a maior parte de seu trabalho sobre a história da Reforma na Escócia, trabalho que ele havia começado em 1559 ou 1560.

- Junho. Jaime VI nascia no castelo de Edimburgo.

- Dezembro. Knox recebeu do governo inglês um salvo conduto para visitar seus filhos que moravam na Inglaterra com um parente de sua mãe.

1567 – Knox pregou na abertura do Parlamento e no dia 20 de dezembro, a Confissão de Fé, que havia sido aprovada em 1560, com várias leis favoráveis aos protestantes, foi solenemente ratificada.

1568 – A rainha Maria Stuart fugiu para a Inglaterra, mas foi presa por ordem de Elizabeth. Ela permaneceria trancafiada até a sua decapitação em 1586.

1571 – Maio. No dia 5, devido à grande agitação que vivia o país, Knox deixou a cidade e se retirou para Saint Andrews.

- Setembro. Notícias chegavam do massacre dos protestantes na véspera de São Bartolomeu em 24 de agosto na cidade de Paris e em outras partes da França.

1572 – Julho. Com o fim das hostilidades, no final desse mês uma delegação dos cidadãos de Edimburgo foi enviada a Saint Andrews com uma carta a John Knox esperando que “mais uma vez, sua voz pudesse ser ouvida entre eles”. Ele retornou em agosto.

- Novembro. No dia 24 tendo atingido a idade de 67 anos, morria aquele que foi o grande nome da Reforma na Escócia. Ele foi enterrado no pátio de Saint Giles, mas como no caso de Calvino em Genebra, nenhum monumento foi erguido para marcar o lugar onde foi sepultado.